



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GISLAINE DOMINGUES

**ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS KAINGANG DA TERRA  
INDÍGENA APUCARANINHA**

---

Londrina  
2022

GISLAINE DOMINGUES

**ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS KAINGANG DA TERRA  
INDÍGENA APUCARANINHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientador: Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino.

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

DOMINGUES, GISLAINE.  
ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS KAINGANG DA TERRA INDÍGENA  
APUCARANINHA / GISLAINE DOMINGUES. - Londrina, 2022.  
124 f.

Orientador: FABIANE CRISTINA ALTINO.  
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. ATITUDES LINGUÍSTICAS - Tese. 2. LÍNGUAS INDÍGENAS - Tese. 3. KAINGANG - Tese. 4. LINGUÍSTICA - Tese. I. ALTINO, FABIANE CRISTINA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

GISLAINE DOMINGUES

**ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS KAINGANG DA TERRA  
INDÍGENA APUCARANINHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Marcelo Silveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Guerra  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leticia Fraga (Membro Externo)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa –  
UEPG

---

Prof. Dr. Angel Corbera Mori  
Universidade Estadual de Campinas –  
UNICAMP

Londrina, 20 de setembro de 2022.

*Dedico este trabalho ao meu querido amigo e professor Ludoviko dos Santos.  
Presente em nossa memória e em nosso coração.*

## AGRADECIMENTOS

Sou grata por ter chegado até aqui e me sinto muito amparada por pessoas que seguraram a minha mão no período do doutorado. Quero nesse espaço expressar minha gratidão a pessoas que foram especiais durante essa jornada.

Primeiramente, agradeço a Deus e aos Encantados, que me deram energia e capacidade para trilhar o caminho do doutorado, uma experiência que eu não pensava que seria tão difícil.

Minha imensa gratidão ao povo Kaingang da Terra Indígena do Apucarantina, obrigada por me acolherem e por contribuírem com este trabalho, sem vocês essa produção não seria possível de acontecer. Obrigada, amiga Damaris, pela ajuda na condução da pesquisa e pela amizade que nos une.

Aos meus colaboradores Hemival, Kleber, Dailson, Menegildo, Tiago, Manoel Felisbino. Às minhas colaboradoras Kesia, Margarida, Geni, Marilene, Evellyn, meu eterno agradecimento.

Gratidão às mulheres da família Felisbino.

Gratidão à Geni, uma Kaingang de força e carisma, sempre me recebendo com honras em sua casa, guardo-te no meu coração.

Agradeço à minha orientadora, professora Fabiane Altino, por ter aceito o desafio da orientação em uma área ainda nova para ela, o campo de pesquisa de línguas indígenas. Gratidão pela sua ajuda e apoio.

Sou imensamente grata à minha banca, representada pelos professores: Angel Corbera Mori, Letícia Fraga, Marcelo Silveira, Maria José Guerra, obrigada pelas preciosas contribuições feitas na qualificação e por acompanharem o resultado final da minha tese.

Agradeço o apoio do meu psicólogo, Anderson Souza de Oliveira, pelos momentos de escuta e incentivo à reflexão, em situações de muitas angústias e anseios.

Sou grata ao meu esposo, Marcelo, pelo companheirismo, pela parceria na pesquisa, seja me ajudando na coleta dos dados ou nos momentos (foram muitos) em que segurou a minha e me abraçou com ternura e me disse: "Vai dar certo".

À minha filha, Anna, e aos meus filhos Renan e Vitor, agradeço pela compreensão, pelo afeto e pela torcida.

Às minhas ancestrais, às mulheres que me formaram, minha rede de apoio: minha mãe, Maria, minhas tias, em especial a Lulu, que cuidou tão bem da minha família enquanto eu precisei me ausentar por conta da pesquisa. À minha irmã, Angélica, pela ajuda de sempre. Às minhas primas, tão queridas e apoiadoras. Obrigada por estarem sempre do meu lado, pelo encorajamento que veio de vocês, na observação das suas lutas eu me reconheço como uma mulher fortalecida.

Sem dúvidas, sou uma mulher apoiada por grandes mulheres, a quem sempre serei grata, às amigas do PPGEL: Anna Carolina Chierotti, Marilze Tavares, Marigilda Cuba, pela escuta em tantos momentos difíceis, à Luciana Tabosa, companheira de pesquisa na ocasião do meu mestrado, amiga para a vida, à amiga Rosana Rosa, uma grande incentivadora do meu trabalho.

Em especial, agradeço pela vida da amiga Valeska Gracioso, pessoa que foi fundamental para a conclusão dessa etapa, me acolhendo na casa dela para que eu conseguisse terminar a pesquisa, sempre disposta a me ajudar, valeu, amiga, amote.

Às amigas pesquisadoras indígenas, maravilhosas: Maria Pankararu e Maia! Paiakan.

Para todas as mulheres pesquisadoras pretas, minha gratidão e admiração.

Minha alegria e gratidão pela oportunidade de conhecer e ter recebido tanto carinho da professora Silvia Braggio, uma grande pesquisadora, sensível às questões indígenas, uma referência para a minha tese.

Minha gratidão ao professor Maxwell Miranda, pela escuta e por compartilhar tantas coisas boas comigo.

Agradeço ao amigo Andrey Nikulin, pelas trocas significativas e pelas risadas também.

Aos colegas de trabalho, companheiros de labuta no Colégio Estadual da Warta, deixo aqui registrada a minha gratidão.

Por último, mas não menos importante, ao contrário, a intenção era deixar o espaço maior para esse agradecimento. Ao meu querido professor, amigo e mestre Ludoviko Carnasciali dos Santos, por ter me ajudado a encontrar o caminho das pesquisas em línguas indígenas, sem ele eu não teria chegado até aqui.

Estendo minhas homenagens à minha querida amiga Liana, mais um presente que o Ludoviko me proporcionou em vida, uma apoiadora do meu trabalho e uma fonte inesgotável de afeto.

Às amigas Bianka e Karol, por fazerem parte dessa história também.

Enfim, são muitas pessoas que estiveram perto de mim e por quem tem muito apreço, não caberia aqui nesse pequeno espaço tantos nomes e homenagens.

Por isso agradeço a todos os meus amigos e amigas, parentes, colegas de trabalho, colegas da UEL.

## RESUMO

DOMINGUES, Gislaine. **Atitudes linguísticas dos Kaingang da Terra Indígena Apucarantina**. 2022. 124 f. Tese de Conclusão de Curso (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

Esta tese apresenta uma investigação sobre as atitudes linguísticas dos Kaingang da Terra Indígena Apucarantina, localizada na região norte do Estado do Paraná. O cenário sociolinguístico da aldeia é complexo, haja vista o conflito instaurado pelo contato entre as línguas portuguesas e kaingang. Buscamos analisar e descrever o uso das línguas nos domínios sociais da aldeia (em casa, na aldeia, nos espaços da religião/igreja) e apontar os possíveis fatores que têm favorecido a manutenção da língua indígena, no contexto de diglossia. Da mesma maneira, tratamos da relação entre o falante e a língua, a partir da avaliação que os Kaingang estabelecem com a língua indígena e a língua portuguesa, no espaço da educação escolar. Discutimos também questões relacionadas à identidade Kaingang, com base nas comparações entre as falas dos colaboradores desta tese e a de participantes de outro trabalho realizado por Pereira (2000). O estudo de caráter sociolinguístico tem como principal aporte teórico a Sociologia da Linguagem, discutindo as temáticas das atitudes, do bilinguismo e da diglossia. Desenvolvemos a tese partindo do pressuposto de que o conjunto de valores e representações acerca da língua é fundamental para ditar os rumos que ela seguirá. Os passos metodológicos seguidos pela pesquisa foram: observação; elaboração de questionário; entrevistas; transcrição e análise dos dados. O *corpus* foi coletado de forma presencial durante nossas idas para a aldeia, entre os anos de 2019 e 2020. Também foram realizadas entrevistas de forma remota. No total contamos com 12 participantes, sendo 6 do gênero feminino e 6 do gênero masculino, observadas três faixas etárias: 14 a 18 anos, 19 a 30 anos e acima de 31 anos. Utilizamos como base para as entrevistas um questionário elaborado sob critérios próprios de pesquisas semelhantes, aplicadas à realidade sociolinguística e cultural das comunidades indígenas, com perguntas específicas para avaliar atitudes em relação às línguas kaingang e ao português. Os resultados apontaram para a valorização positiva da língua Kaingang, sendo a variedade linguística usada em praticamente todos os espaços sociais da terra indígena; a Língua Portuguesa, por sua vez, circula nos espaços institucionais (escola, posto médico, algumas igrejas). No espaço da religião, o uso da língua Kaingang foi observado em alguns dos cultos de matriz cristã/evangélica e nas celebrações e ritos da religião tradicional dos Kaingang. Em relação às práticas de escrita, dá-se prioridade à língua portuguesa. Nas práticas sociodiscursivas orais, o Kaingang é a língua mais usada, dada a importância que a oralidade tem para os indígenas. As atitudes em relação ao uso das línguas portuguesa e kaingang no espaço da escola apontaram para o interesse pelo modelo de ensino bilíngue. Para os falantes da Terra Indígena Apucarantina, a língua indígena é um traço constitutivo da identidade Kaingang.

**Palavras-chave:** kaingang; atitudes linguísticas; diglossia; bilinguismo; línguas em contato.

## ABSTRACT

DOMINGUES, Gislaine. **Language attitudes of Kaingang people of the Apucarantina Indigenous Land.** 2022. 124 p. Tese de Conclusão de Curso (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

This dissertation presents an investigation into the language attitudes of the Kaingang people of the Apucarantina Indigenous Land, located in the northern region of the Brazilian state of Paraná. The sociolinguistic scenario of the village is complex, given the conflict brought about by the contact between the languages Portuguese and Kaingang. We seek to analyze and describe the use of each of these languages in the social domains of the village (at home, in the village, in religious spaces/in the church) and point out possible factors that have favored the maintenance of the indigenous language in the context of diglossia. Similarly, we address the relationship between the speaker and the language, based on the evaluation that the Kaingang establish with the indigenous language and with Portuguese in the context of school education. We also discuss issues related to Kaingang identity, drawing on a comparison between the statements of the collaborators of this dissertation and those of participants in another study by Pereira (2000). The sociolinguistic study has as its main theoretical contribution the Sociology of Language, addressing the issues of attitudes, bilingualism, and diglossia. This study was carried out considering that the set of values and representations about language is fundamental to dictate its future directions. The methodological steps followed in this study were: observation; elaboration of a questionnaire; interviews; transcription and data analysis. The corpus was collected in a face-to-face manner during our trips to the village, between 2019 and 2020. Interviews were also conducted remotely. We worked with a total of 12 participants, including 6 women and 6 men, belonging to three age groups: 14 to 18 years, 19 to 30 years, and over 31 years. The questionnaire used for the interviews is based on criteria adopted in similar studies on the sociolinguistic and cultural reality of indigenous communities, and includes specific questions that assess attitudes towards the Kaingang and Portuguese languages. The results suggest that the Kaingang language is positively valued, and is used in practically all social spaces within the indigenous land. Portuguese, on the other hand, is prevalent in institutional spaces (the school, the medical center, and some churches). In the religious context, the use of the Kaingang language was observed in Christian/Evangelical services as well as in celebrations and rites representing the traditional Kaingang religion. With regard to writing practices, the Portuguese language is given priority. In oral socio-discursive practices, the Kaingang language is the most used language, given the importance of orality for the indigenous population. The attitudes toward the use of the Kaingang and Portuguese languages in the school suggest that there is some interest in the bilingual education model. For the speakers of the Apucarantina Indigenous Land, the indigenous language is a key feature of the Kaingang identity.

**Keywords:** kaingang; language attitudes; diglossia; bilingualism; languages in contact.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Tronco linguístico Macro-Jê .....	25
<b>Figura 2</b> – Mapa de distribuição das nações falantes Macro-Jê .....	26
<b>Figura 3</b> – Terras Indígenas Kaingang no Paraná .....	31
<b>Figura 4</b> – Mapa de localização da Terra Indígena Apucarantina .....	32
<b>Figura 5</b> – Moradias na sede da aldeia .....	33
<b>Figura 6</b> – Posto médico de saúde na TI-Apucarantina .....	34
<b>Figura 7</b> – Pátio das lideranças.....	35
<b>Figura 8</b> – Escola pública Ensino Infantil e Fundamental Anos Iniciais.....	36
<b>Figura 9</b> – Escola pública Ensino Fundamental e Médio .....	37
<b>Figura 10</b> – Salto do Apucarantina.....	38
<b>Figura 11</b> – Hidrelétrica Apucarantina.....	39
<b>Figura 12</b> – Estrada de acesso à Reserva Apucarantina .....	40

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Línguas família Jê .....	27
<b>Quadro 2</b> – Perfil Resumido dos colaboradores da pesquisa .....	69
<b>Quadro 3</b> – Matriz dos participantes Kaingang .....	70
<b>Quadro 4</b> – Facilidade linguística no Kaingang: Você pode entender uma conversa em Kaingang? .....	77
<b>Quadro 5</b> – Facilidade linguística no Kaingang: Você pode falar em Kaingang? .....	77
<b>Quadro 6</b> – Facilidade linguística no Kaingang: Você pode ler em Kaingang?; .....	77
<b>Quadro 7</b> – Facilidade linguística no Kaingang: Você pode escrever em Kaingang? .....	78
<b>Quadro 8</b> – Facilidade linguística no Português: Você pode entender uma conversa em Português? .....	81
<b>Quadro 9</b> – Facilidade linguística no Kaingang: Você pode falar em Português? .....	81
<b>Quadro 10</b> –Facilidade linguística no Kaingang Você pode ler em Português?; .....	81
<b>Quadro 11</b> –Facilidade linguística no Português: Você pode escrever em Português? .....	82
<b>Quadro 12</b> –Uso da língua no domínio social da família: Língua usada para falar com as crianças .....	83
<b>Quadro 13</b> –Uso da língua no domínio social da família: Língua usada para falar com os mais velhos.....	83
<b>Quadro 14</b> –Uso da língua no domínio social da família: Língua falada entre pessoas da mesma idade .....	84
<b>Quadro 15</b> –Uso da língua no domínio social da religião não indígena .....	92
<b>Quadro 16</b> –Língua usada na religião indígena: Língua usada na religião indígena nos rituais e nas festas .....	94
<b>Quadro 17</b> –Avaliação de qual língua deve ser ensinada na escola.....	100
<b>Quadro 18</b> –Avaliação de qual língua os professores devem usar nas aulas .....	101
<b>Quadro 19</b> –Avaliação da língua mais bonita.....	103
<b>Quadro 20</b> –Percepção dos Kaingang sobre os outros falantes indígenas que usam o português nas práticas sociodiscursivas .....	104
<b>Quadro 21</b> –Avaliação dos Kaingang sobre os indígenas que só falam o português .....	105
<b>Quadro 22</b> –Avaliação da língua mais bonita.....	106

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PALAVRAS INICIAIS</b> .....	13
1.1	APRESENTANDO A PESQUISA .....	14
<b>2</b>	<b>KAINGANG: POVO E LÍNGUA</b> .....	19
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AOS CONTATOS INTERÉTNICOS .....	19
2.2	COSMOVISÃO: AS METADES CLÂNICAS .....	22
2.3	A LÍNGUA.....	24
2.4	A TERRA INDÍGENA APUCARANINHA .....	30
<b>3</b>	<b>APORTE TEÓRICO</b> .....	42
3.1	A SOCIOLINGUÍSTICA .....	42
3.2	A SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM .....	45
3.3	ATITUDES LINGUÍSTICAS .....	52
3.4	BILINGUISMO INDIVIDUAL E BILINGUISMO SOCIAL: ALGUNS APONTAMENTOS.....	56
3.5	DIGLOSSIA .....	61
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	65
4.1	A ESCOLHA DA LOCALIDADE.....	65
4.2	OS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	66
4.3	CONTEXTUALIZAÇÃO: OS MEIOS E OS MÉTODOS DA PESQUISA .....	70
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS</b> .....	76
5.1	AS FACILIDADES LINGUÍSTICAS: O BILINGUISMO NA PRÁTICA DISCURSIVA DOS KAINGANG .....	76
5.2	COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO NOS DOMÍNIOS FAMÍLIA E DA ALDEIA.....	83
5.3	COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO NOS DOMÍNIO DA RELIGIÃO .....	90
5.4	ATITUDES EM RELAÇÃO AO USO DA LÍNGUA .....	97
5.5	O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA .....	106
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115

<b>APÊNDICES</b> .....	122
APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados:	
Questionário para Teste Atitudes Linguísticas.....	123

## 1 PALAVRAS INICIAIS

Esta tese traz para o centro do debate a paisagem linguística da Terra Indígena Apucarantina (TI-Apucarantina), onde residem, quase que em totalidade, indígenas da etnia Kaingang. A pesquisa agora apresentada é fruto de um trabalho maior, o qual partiu da ideia de colaborar com a descrição linguística do Kaingang, a partir do incentivo de projetos tocados na Universidade Estadual de Londrina, pelo saudoso professor Ludoviko Santos, com quem tive o privilégio de entender a importância em contribuir para a documentação das línguas indígenas, como meio de dar voz aos povos originários, valorizando suas culturas, de modo a estender a possibilidade aos representantes mais jovens dessas nações indígenas, para que eles possam conhecer e lutar pela continuidade do uso das línguas de seus ancestrais.

No início nos anos de 2010, quando comecei minha pós-graduação, no curso de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, meu olhar estava ainda muito voltado às questões puramente linguísticas que envolvem a descrição gramatical de uma língua, contudo, durante o desenvolvimento do trabalho, pude perceber a complexidade e, ao mesmo tempo, a importância sociocultural de se abordar, em um próximo trabalho, a temática do bilinguismo/diglossia, tendo como ponto de discussão, a realidade sociolinguística das aldeias indígenas paranaenses.

Na condução do projeto de mestrado, fiz parte de importantes projetos <sup>1</sup>, desenvolvidos na Universidade Estadual de Londrina, os quais contribuíram ainda mais para o entendimento acerca das questões sociolinguísticas e educacionais presentes no universo das comunidades indígenas.

Devo ressaltar que o exercício da escuta; de ouvir os professores indígenas durante os encontros dos projetos, quando falavam sobre suas demandas e das dificuldades em fazer valer o direito legal de um processo escolar próprio, que priorize as características de uma educação diferenciada, orgânica e aprendida no seio das comunidades tradicionais; foi fundamental para a tomada de decisão de propor uma pesquisa de doutoramento, com viés social e linguístico, construída a partir da observação das práticas sociodiscursivas de falantes Kaingang bilíngues, moradores

---

<sup>1</sup> Os projetos que participei foram: “A escola indígena e seu currículo: lugar da pertença e das identidades”, coordenado pelo professor Wagner Roberto do Amaral; “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” coordenado pelo professor Marcelo Silveira.

da Terra Indígena Apucarantina.

Compreendo que a universidade é uma parte importante e fundamental para a formação teórica de qualquer pesquisador, entretanto, elegi como desafio a formação intelectual a partir do outro, nesse caso, observando com muito respeito quem tem propriedade para falar de si e da realidade que partilha com os seus.

A partir do reconhecimento de que sou mais uma pesquisadora em terras indígenas, passei a reconfigurar esse estado na busca de me tornar uma colaboradora, capaz de ofertar um espaço para dar voz aos Kaingang, com quem tenho trabalhado.

Nesse ensejo, entendo que esta tese foi elaborada e construída de forma coletiva, coube a mim ofertar esse espaço reconhecidamente acadêmico para visibilizar os resultados da pesquisa. Sinto-me honrada pela oportunidade de trazer para os leitores a possibilidade de refletirem sobre a situação sociolinguística da TI-Apucarantina.

Portanto, a partir dessas ponderações, a escrita deste trabalho elege, daqui a diante, o uso da primeira pessoa do plural, não de forma meramente estrutural, mas, simbólica, como maneira de fazer ouvir as diversas vozes que ecoam nesta produção.

## 1.1 APRESENTANDO A PESQUISA

Desde a colonização europeia até os dias atuais, muitas nações indígenas foram exterminadas e, durante todo o processo histórico brasileiro, colocadas em situação de minorias, marginalizadas e subjugadas, vítimas da omissão de um Estado excludente, o qual negou a identidade dos povos originários do Brasil.

Ao utilizarmos o termo “nações indígenas” rememoramos o movimento indígena criado em 1980, intitulado de União das Nações Indígenas (UNI), apadrinhado pelo antropólogo Darcy Ribeiro; a união composta por representantes de diferentes etnias indígenas reivindicava a autodeterminação das nações indígenas brasileiras, entendendo que somente eles, os indígenas, poderiam salvar a si mesmos. A UNI deixou explícito o descontentamento em relação à forma como os indígenas vinham sendo tratados pelo Estado. Foi a partir desse movimento que o Brasil pôde vislumbrar momentos que ficarão eternizados na história, tal como o emblemático discurso proferido pelo líder indígena Ailton Krenak, na Assembleia Constituinte, em 1987. Enquanto discursava, em apelo à aprovação da Emenda

Popular da União das Nações Indígenas, o líder Krenak pintou seu rosto com a tinta preta do jenipapo. A atuação dele foi decisiva para a mudança do olhar jurídico sobre as nações indígenas do Brasil.

A antropóloga e professora Sylvia Caiuby Novaes (1985), ainda no período de debate da Constituinte (1987, 1988), ponderou que pensar numa proposta para a nova Constituição, no que dizia respeito aos indígenas e a FUNAI, implicaria necessariamente uma reflexão mais ampla sobre a especificidade das sociedades indígenas e ainda sobre as possíveis relações entre os indígenas e o Estado. Nesse sentido, propôs a possibilidade de substituição do termo “povos indígenas” para “nações indígenas”, nos escritos da Carta Magna Brasileira.

Ao argumentar pela mudança de nominalização, Novaes (1985) explica que o termo “nações indígenas” ampliaria o conceito de “povos indígenas”, pois, enquanto este implica em primeiro lugar, um agrupamento de pessoas que se reúnem em função das várias afinidades que mantêm entre si, não necessariamente se tratando de uma organização formal ou poderes formalmente constituídos, aquele, por outro lado, transfere a noção de localidade para território, condição essencial da própria existência das sociedades indígenas: “O conceito de nação implica não apenas no compartilhar de certas afinidades, mas, também, a organização política destas pessoas sob um único governo, tal como ocorre nas sociedades indígenas no Brasil” (1985, p. 1).

Novaes (1985) provoca uma discussão necessária ao afirmar que parece ser muito difícil para o Estado pensar os povos indígenas como nações, pois isso implicaria no direito soberano dos povos originários sobre seus territórios. Seria até possível, certamente depois de vários conflitos políticos e históricos, pensar na possibilidade de um estado pluriétnico ou plurirracial, ainda que esse debate também tenha passado por diversos episódios de negação, afinal lidar com a ideia de uniformidade tem sido por séculos uma estratégia política utilizada pelo Governo, como forma de se eximir da necessidade de promoção de políticas públicas para a promoção de um Estado igualitário ou, pelo menos, equitativo. Entretanto, quando a reflexão parte para o debate sobre a consolidação de um estado plurinacional, o sistema que busca a manutenção da atual representação econômica e política brasileira, pautada em uma cadeia exploratória, marcada pela expropriação dos territórios indígenas, é diretamente confrontado.

A respeito disso, Ramos (1993) argumenta que o termo “nações indígenas”, desde que foi pensado no Brasil, tem incomodado muito, principalmente aos governantes que tomam o vocábulo como expressão de perigo para a soberania nacional.

Nossa intenção aqui não é esmiuçar os conceitos de *nação* para os diferentes campos de estudos (antropológico, jurídico, sociológico, dentre outros), tampouco supor uma negativa da nacionalidade brasileira aos indígenas ou promover uma ideia separatista entre indígenas e não indígenas brasileiros. Dito isso, nosso posicionamento pelo uso da nomenclatura “nações indígenas”, ao lado de outros termos tais como: povos tradicionais, etnias e povos originários, é antes de tudo um ato político, o qual entendemos ser necessário e coerente com o que defendemos: o protagonismo indígena e o reconhecimento de organizações sociais milenares, detentoras de territórios próprios, sociopoliticamente estruturados.

Além disso, compreendemos que, embora o termo “nações indígenas” não seja usado de maneira comum nas esferas políticas e acadêmicas brasileiras, é fundamental dar visibilidade a essa nomenclatura, como um recurso de legitimação da relevância dos povos originários para a construção sociocultural do nosso país.

A resistência tem sido uma constante na vida dessas nações, dada à violência à qual vem sendo submetidos. Diante dessa cena, é comum a perda das práticas culturais, dentre elas, o uso de línguas seculares, que, ao serem extintas, levam consigo parte da memória de seu povo. Por isso, muitos linguistas e indigenistas têm encarado o desafio de descrever as línguas faladas pelos representantes das diversas nações indígenas brasileiras, bem como de dar visibilidade a essa temática tão importante.

Atentos a essa realidade, propusemos a elaboração de uma pesquisa com foco nas línguas indígenas, entendendo-as como um instrumento representativo da cultura e da identidade dos povos que as falam. A tese tem como foco o povo e a língua Kaingang (Tronco Macro-Jê, Família Jê), em especial, analisamos a língua falada na Terra Indígena Apucarantina (TI-A), localizada na Região Norte do Estado do Paraná.

O principal objetivo é descrever as atitudes dos Kaingang, perante a situação de contato entre as duas línguas faladas na aldeia: o português e o kaingang. Além da observação das atitudes objetivamos especificamente:

a) descrever o quadro sociolinguístico da Terra Indígena do Apucarantina, em análise do uso das línguas indígena e portuguesa, nos diferentes domínios sociais partilhados pelos falantes Kaingang;

b) contribuir para a formação de um acervo teórico consultivo, que possa servir como base na elaboração de materiais voltados à educação escolar bilíngue, bem como para a criação de políticas linguísticas que visem à manutenção e/ou revitalização das línguas indígenas.

As interrogações levantadas na pesquisa são: Quais as perspectivas que os indígenas têm a respeito da língua tradicionalmente falada pelo seu povo e a língua oficial brasileira? Qual o valor atribuído para ambas as línguas? Qual é o espaço que ambas as línguas ocupam nos domínios sociais da aldeia? Como o conflito entre as línguas está instalado na paisagem diglósica da TI-Apucarantina?

Além dessas inquirições, a pesquisa foi motivada a partir do reconhecimento da necessidade de se tratar das condições extralinguísticas que influenciam na criação de um complexo espaço de tensões ideológicas, comum aos ambientes de bilinguismo com diglossia (FERGUSON, 1959; FISHMAN, 1972, 1995; HAMEL, 1983).

Convém mencionar que, em relação à cultura, à história, situação de bilinguismo e suas implicações na aprendizagem, há vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Igualmente, no campo da linguística temos acompanhado um expressivo aumento de trabalhos de cunho fonético-fonológico e morfossintático, voltados à descrição das diferentes línguas indígenas brasileiras, com o objetivo de contribuir para a elaboração de gramáticas e de materiais pedagógicos a serem utilizados nas escolas das aldeias, dentre outros.

Por outro lado, trabalhos direcionados à investigação das Atitudes Linguísticas dos indígenas paranaenses ainda são escassos. Conforme Botassini (2015), as pesquisas de atitudes podem contribuir para ampliar a discussão sobre os desdobramentos desses estudos, tais como: os fatores de mudanças e de manutenção linguísticas de dialetos, a influência sobre o aprendizado de segundas línguas, as questões de prestígio e desprestígio (que levam ao preconceito não só em relação à língua que o outro fala, mas também em relação à comunidade desses falantes, o que pode contribuir para a desvalorização de variedades dialetais e, por extensão, de marcas identitárias), e a manutenção do discurso monolíngue em nosso país.

A tese está organizada em 6 seções. A seção 1, de caráter introdutório, aponta as razões que motivaram a pesquisa, bem como os objetivos que pretendemos alcançar com o estudo proposto. A seção 2, denominada de “Kaingang: povo e língua”, apresenta informações a respeito da história dos Kaingang, do contato interétnico, da cosmovisão, da localidade onde residem os colaboradores da pesquisa, além de questões gerais sobre a língua. A seção 3 aponta os pressupostos teóricos que orientaram a análise dos dados, discutindo os conceitos relacionados aos estudos de línguas em contato, sob a luz da Sociolinguística e da Sociologia da Linguagem, bem como assuntos comuns a essas áreas: atitudes linguísticas, bilinguismo e diglossia.

Na seção 4, discorreremos a respeito das especificidades metodológicas da pesquisa. A seção 5 traz a análise e a descrição dos dados. Por fim, na seção 6, realizamos as considerações finais sobre a pesquisa.

## 2 KAINGANG: POVO E LÍNGUA

Nessa seção apresentamos alguns dados históricos dos Kaingang, tratamos brevemente sobre os contatos interétnicos, da cosmovisão, da localidade onde a pesquisa foi realizada. Também fizemos alguns apontamentos a respeito da língua Kaingang.

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AOS CONTATOS INTERÉTNICOS

Os Kaingang, juntamente com os Xoklêng/Lakanõ, integram o ramo Jê meridional (tratamos melhor desse assunto na seção em que abordamos perspectivas relacionados à língua Kaingang), habitando a porção Sul e Sudeste do Brasil.

Inicialmente, os Kaingang e os Xokleng foram tratados como um único povo, dada a proximidade dos seus territórios e por apresentarem costumes em comum. Todavia, com base em observações de características biológicas e práticas etnoculturais, foi possível compreender que se tratavam de povos diferentes, de línguas distintas (RODRIGUES, 1986).

No decorrer do processo de contato, os Kaingang receberam diversas denominações por parte dos colonizadores, tais como: Guanhanás, Guaianazes, Camés, Votorões, Coroados, dentre outros. O termo *Coroado* fazia menção ao corte de cabelo, em forma de uma coroa, que os indígenas dessa etnia usavam; essa alcunha foi muito utilizada entre agentes do Estado, religiosos e demais da sociedade durante os séculos XIX e XX.

O século XVII marca o início do contato entre os Kaingang e os colonizadores europeus. Em registros realizados por padres jesuítas nas reduções do Guairá, entre 1626 e 1630, aparecem as denominações “Gualachos” e “Chiquis” para se referir aos indígenas daquela localidade. Segundo Veiga (1994), apesar de esses registros descreverem práticas culturais ligadas ao povo Xokleng, possivelmente os Kaingang ocupavam as mesmas reduções. A autora aponta esses contatos como sendo os primeiros mais duradouros entre os Kaingang e representantes da sociedade colonial, constituída pela ordem jesuíta.

A experiência das reduções do Guaíra foi muito breve, devido aos ataques das bandeiras paulistas às missões. Diante das sucessivas afrontas dos bandeirantes, os jesuítas fundaram novas reduções na Província do Tape (atual estado do Rio Grande

do Sul). Alguns registros históricos apontam para a possibilidade de que os Kaingang tenham sido influenciados pela redução jesuítica de Santa Tereza, na região do Passo Fundo.

Muitos desses indígenas, no entanto, não aceitaram viver sob a tutela dos religiosos e passaram a viver livremente nos campos e florestas do Sul do Brasil. Como bem postulam Tommasino e Fernandes (2002), no período em que ocorreram as reduções, notou-se a presença dos Kaingang no planalto Sul do Brasil, nas áreas de florestas de araucárias, estando presentes desde o estado de São Paulo até os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ainda nos dias atuais, os Kaingang vivem nessas regiões.

No século XVIII, posteriormente à destruição das reduções jesuíticas, ocorreram no estado do Paraná as primeiras tentativas de conquista dos campos e florestas ocupados pelos Kaingang. Contudo, os indígenas não aceitaram a invasão de suas terras e reagiram com vigor à ideia de serem expulsos de seus territórios, o que obrigou os pretensos invasores a abandonarem a empreitada de conquista das terras dos Campos Gerais. Ao final do mesmo século, o interesse pela região de Guarapuava contribuiu para que os exploradores europeus adentrassem, novamente, nas terras pertencentes aos Kaingang. Houve diversos embates, o que não impediu que no século XIX a expedição militar ocupasse o território. A partir daí, iniciam-se a catequese e o aldeamento dos Kaingang da região.

Veiga (1994) enfatiza que a conquista de Guarapuava ocorreu nos moldes da guerra justa contra os “índios bárbaros”. Nesse sentido, a violência contra os indígenas, bem como a escravidão à qual foram submetidos, eram respaldadas pela Carta Régia de Dom João VI, Príncipe Regente do Brasil, o qual determinou o povoamento daqueles campos.

Após a colonização de Guarapuava, começou o movimento de expansão colonial em direção ao Sul. O interesse pelas terras que pertenciam aos Kaingang ocasionou emprego de violência contra aqueles que se opunham à conquista ou, melhor dizendo, à invasão.

A abrupta retirada das terras ocupadas pelos indígenas na região centro-norte do Paraná aconteceu a partir de 1850, com a fundação da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos próximos ao Rio Tibagi, a saber: Aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra. Ao mesmo tempo, a intensificação do avanço pastoril no Rio Grande do Sul forçou a invasão dos Campos de Erechim. A frente

agrícola, sustentada pela imigração estrangeira, colaborou, também, para a ocupação da região nordeste daquele estado. De acordo com Veiga (1994), o interesse pela extração da erva-mate contribuiu com a expansão paranaense em direção ao oeste. As primeiras plantações de café em Jacarezinho fizeram com que ocorressem usurpações das terras indígenas do norte do Paraná.

As últimas tomadas no Paraná ocorreram por volta de 1920. Para facilitar o contato com alguns Kaingang que ainda se mantinham arredios quanto à invasão de suas terras, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou um “Posto de Atração” na região dos rios Laranjinha e Cinzas. Apesar disso, tal medida não foi suficiente para a preservação dos indígenas, pois muitos foram alvos de ações criminosas que resultaram no desaparecimento dos que resistiam ao aldeamento.

A respeito dos contatos pacíficos entre indígenas e colonizadores, discursa Veiga (1994, p. 35-36): “O destino dos Kaingang a partir dos contatos ‘pacíficos’ com a sociedade luso-brasileira foi o confinamento em reservas, liberando as áreas de caça, de coleta e de perambulação para a ocupação pastoril e agrícola”.

Apesar do histórico de luta e resistência empreendida pelos Kaingang a fim de manterem seu povo e território, no histórico de colonização das terras do Paraná, esses fatos foram esquecidos ou até mesmo omitidos. Lúcio Tadeu Mota (1994), em *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*, chama atenção ao fato de que no Paraná a empreitada colonizadora fora enaltecida e legitimada nos documentos que tratam da invasão, dando mérito aos que tomaram as terras de forma cruel. Nessas circunstâncias, os indígenas sequer são mencionados como parte do povo que compunha esse território.

A ausência de registros sobre os povos indígenas no Paraná pré-colonizado pode ser entendida dentro do conceito de “vazio demográfico” amplamente discutido por Mota (1994). Essa noção foi fortalecida pelos relatórios elaborados por geógrafos interessados no povoamento das terras. Nesses documentos, o Paraná é tratado como um lugar desabitado, um sertão pronto a ser desbravado. Assim, a colonização e ocupação do espaço foi romantizada, a fim de conferir mérito aos homens brancos que, com emprego da força e da violência, dizimaram muitos indígenas de diferentes nações.

Outro conceito questionável é de que os Kaingang se mostraram pacíficos à ocupação de suas terras, criando assim a ideia de um contato harmonioso entre os colonizadores/bandeirantes e os indígenas. Esse conceito é falacioso, pois, ainda que

tenha ocorrido, no início do contato, uma possível confiança nas intenções dos homens brancos, quando os indígenas perceberam que os invasores pretendiam transformar suas terras sagradas em lotes comerciáveis, passaram a desenvolver técnicas de guerras, capazes de fazer frente a adversários muito superiores em armamento e número de pessoas.

Mesmo com o empenho em tentar manter suas terras e preservar os elementos sagrados presentes nelas, os Kaingang não puderam resistir por muito tempo, visto que, lamentavelmente, como já notado em outras circunstâncias de colonização e até atualmente nas lutas para retomadas de territórios, as ações violentas contra os indígenas são justificadas pela efetivação e manutenção do progresso.

Os Kaingang, assim como outras diversas nações indígenas, não foram apenas alvos de violência física por parte dos invasores, mas assistiram ao extermínio de seus semelhantes, tiveram limitadas as terras de onde provinham seus suplementos, cenários de seus ritos, perderem grande parte do seu espaço sagrado e, em vários momentos, foram privados até mesmo de falarem sua língua.

Apesar do histórico de violência e de privação de liberdade cultural experimentado pelos Kaingang no decorrer do processo de contato, eles se mantiveram unidos e, atualmente, estão entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil. Constituem a maior etnia pertencente à família Jê, também mantiveram viva a língua ancestral, como forma de resistência e de marca identitária.

## 2.2 COSMOVISÃO – AS METADES CLÂNICAS

O povo Kaingang tem uma ligação muito estreita com a terra, pois dela emanaram seus criadores Kamê e Kanhru. Conforme mito relatado por Nimuendajú (1993, p. 58-59):

A tradição dos Kaingang conta que os primeiros desta nação saíram do chão, por isso eles têm a cor de terra. Numa serra do sertão de Guarapuava, não sei bem onde, dizem eles que até hoje se vê o buraco pelo qual eles subiram. Uma parte deles ficou embaixo da terra, onde eles permanecem até agora, e os que aqui em cima morrem vão se juntar outra vez com aqueles. Saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome Kañerú e Kamê, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos. Dizem que Kañerú e sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto em seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamê e

seus companheiros, ao contrário eram de corpo grosso, pés grandes e vagarosos em seus movimentos e resoluções. Como foram estes dois irmãos que fizeram as plantas e os animais, e que povoaram a terra com seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ao clã Kañeru ou ao de Kamẽ. Todos ainda manifestam sua descendência ou pelo seu temperamento ou pelos traços físicos ou pela pinta. O que pertence ao clã Kañeru é malhado, o que pertence ao clã Kamẽ é riscado. O Kaingang reconhece esta pinta tanto no couro dos animais como nas pernas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas ou na madeira das plantas.

Tradicionalmente, os Kaingang dividem-se em metades exogâmicas, de forma que uma pessoa pertencente ao clã Kamẽ deve se casar com outra pertencente ao clã Kanhru, e patrilineares, pois os filhos pertencem à metade do pai.

De acordo com Veiga (2004), os heróis míticos Kanhru e Kamẽ personificam a percepção de mundo perfeitamente simétrica, formada por pares opostos e complementares. Por esse motivo, a relação de troca entre as metades é algo comum:

A relação de troca entre as metades é permanente. Casa-se na metade oposta, enterram-se os mortos da outra metade e, quando alguém passa por um período de liminaridade<sup>2</sup>, é acompanhado e servido por pessoas da metade oposta à sua. Quando um menino vai à caça pela primeira vez, o passarinho que mata é oferecido ao avô materno, membro da metade contrária, para que tenha sorte como caçador. O acesso aos conhecimentos xamânicos também são transmitidos por pessoas da outra metade.

[...] A cosmologia Kaingang é aberta para a alteridade, sendo o outro parte constitutiva de uma unidade. Costumam referir-se à outra metade como 'o nosso outro lado'. A complementaridade é vista com perfeição, como portadora de vida, enquanto a união de iguais é considerada estéril (VEIGA, 2004, p. 269-270).

Como se pode notar, as metades opostas regem toda a organização social dos Kaingang. Essas metades distinguem-se pelas funções desempenhadas pelo grupo determinado às práticas específicas: os Kamẽ, considerados de espírito mais forte, lideram os rituais relacionados aos mortos, os Kanhru lideram os assuntos políticos e

---

<sup>2</sup> De acordo com o antropólogo Victor Turner o conceito de liminaridade corresponde a um momento de margem dos ritos de passagem: fase ritual na qual os sujeitos apresentam-se indeterminados, em uma espécie de processo transitório na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um entre-lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. A liminaridade é tida como condição social efêmera vivenciada por sujeitos, que estão temporariamente situados fora da estrutura social. (NOLETO; ALVES, 2015).

de guerras. As pinturas corporais, feitas em ocasiões de rituais, denunciam a metade à qual o indivíduo pertence: Kamê – desenhos de traços compridos (*téj*) –, e Kanhrú – desenhos de traços redondos (*ror*).

Conforme Ferreira (2020, p.15), toda a organização sociocultural Kaingang é firmada nos princípios cosmológicos dualistas, não obstante essa dualidade não impõe uma separação espacial entre os diferentes clãs, pois é regida pelo princípio social de reciprocidade e de complementariedade. A cooperação é uma marca cultural importante entre os Kaingang; diferente da cultura ocidental, entre os indígenas a empatia e a relação de troca não são consideradas como mera ajuda, mas como regra social.

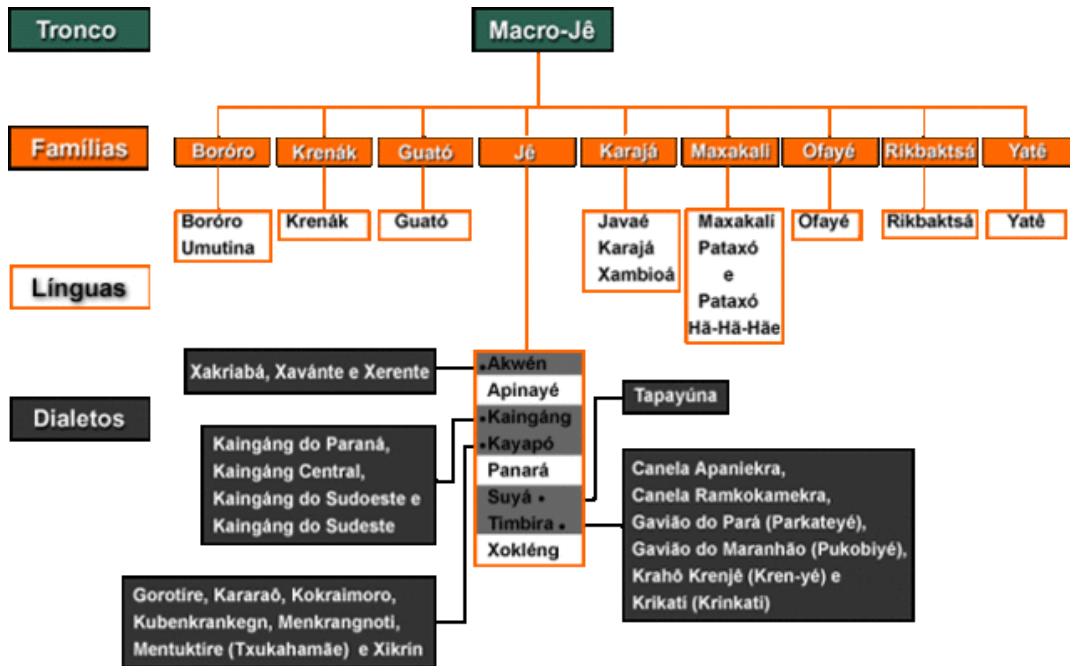
### 2.3 A LÍNGUA

Segundo Rodrigues (1986, p. 17), “Como todas as demais, as línguas dos povos indígenas do Brasil são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos”. O autor pontua que, embora algumas línguas sejam substancialmente diferentes, conservam elementos comuns que possibilitam reconhecê-las como descendentes de uma só língua anterior.

As línguas indígenas brasileiras caracterizam-se por apresentarem semelhanças nas suas origens, fazendo assim parte de famílias linguísticas; estas, por sua vez, pertencem a grupos ainda maiores, classificados como troncos linguísticos. Os maiores troncos linguísticos indígenas são o Tronco Tupi e o Tronco Macro-Jê.

O debate em torno da constituição do Tronco Macro-Jê é profícuo e parece estar longe de se encerrar. A partir de estudo comparativo lexical, Rodrigues (1999), propõe a composição de 12 famílias linguísticas para o referido tronco: Jê, Kamakã, Maxakalí, Krenák, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató e Rikbáktsa. Destas já estariam extintas as línguas das famílias Kamakã, Purí e Kariri. Excetuando as famílias das quais não há mais registro de vitalidade linguística, temos um quadro de 9 famílias que seguem com línguas ainda em uso.

**Figura 1:** Tronco Linguístico Macro-Jê

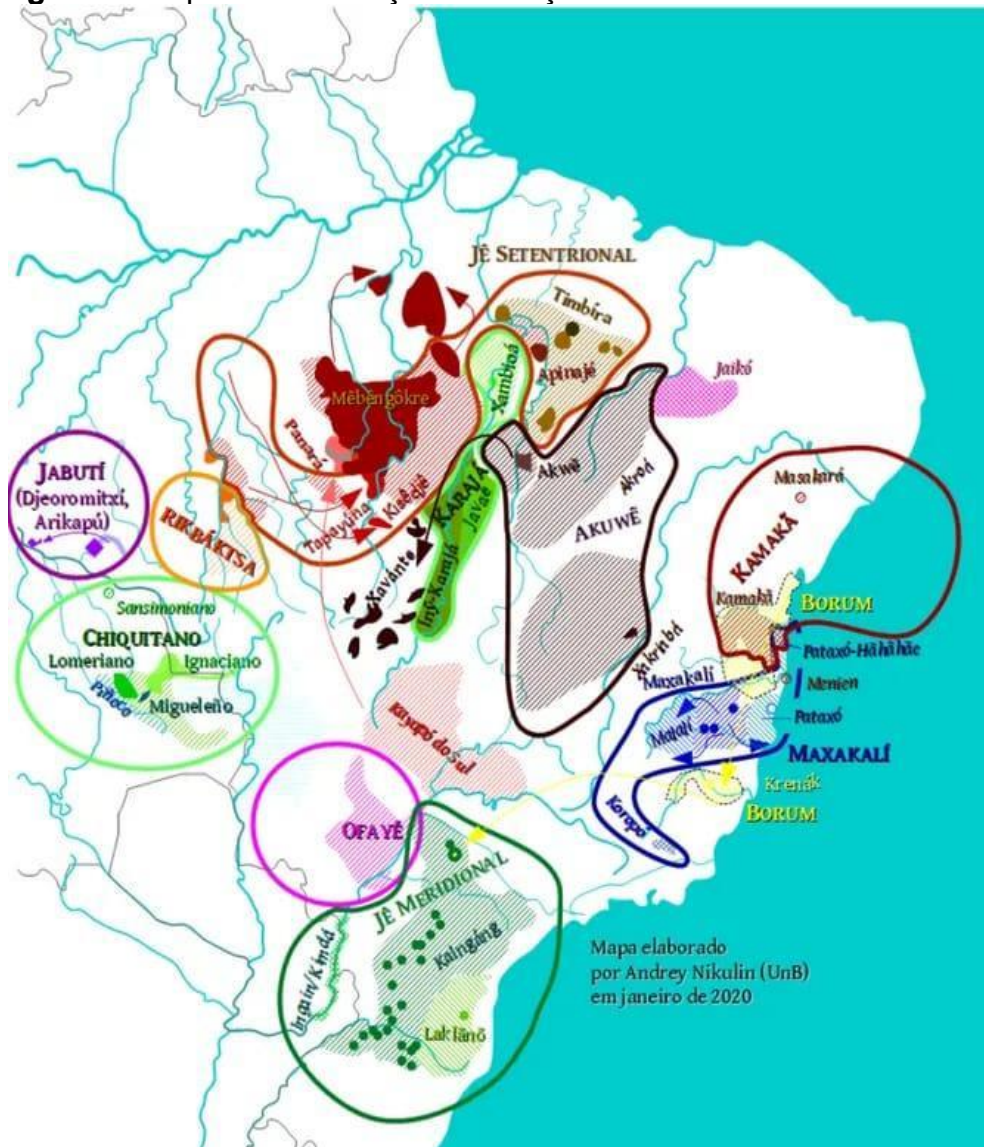


Fonte: Instituto Socioambiental ([www.https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas](http://www.https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas))

Rodrigues (1999) pondera que o Tronco Macro-Jê é uma hipótese em elaboração; logo, há a possibilidade de reelaboração dessa proposta, a partir do desenvolvimento de novas pesquisas de cunho histórico-comparativo.

Em trabalho recente, Nikulin (2020) defende, justamente, sob a perspectiva histórico-comparativa, a seguinte divisão de famílias do tronco Macro-Jê: Jê, Jaikó, Maxakalí, Krenák, Kamakã, Karajá, Ofayé, Rikbáktsa e Jabutí. O autor considera também, nessa proposta de divisão, a família Chiquitana, relacionada às famílias, em um nível mais profundo. Ainda de acordo com o linguista, os falantes Macro-Jê habitam uma vasta região que se estende, no eixo longitudinal, desde o litoral Atlântico até o Bosque Seco Chiquitano e o Rio Guaporé e, no eixo latitudinal, desde o baixo Tocantins até o norte do atual estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstra o mapa.

**Figura 2:** Mapa de distribuição das nações falantes Macro-Jê



Fonte: Nikulin (2020, p. 4).

Não iremos nos aprofundar na discussão a respeito das possibilidades de formação do Tronco Macro-Jê, dado o fato de não ser esse o foco da nossa pesquisa. Ainda assim, consideramos ser de interesse a apresentação de ao menos duas propostas para a divisão do respectivo tronco.

A família Jê é o constituinte maior do tronco Macro-Jê, as línguas que constituem esse grupo são faladas principalmente nas regiões dos campos cerrados que se estendem do sul do Maranhão e do Pará, em direção ao sul, pelos estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2002).

Apresentamos a seguir, uma classificação das línguas e as variedades da família Jê.

**Quadro 1:** Línguas família Jê

<b>FAMÍLIA JÊ</b>	
<b>Língua</b>	<b>Variedade</b>
Akwén	Xakriabà Xavánte Xerénte
Apinayé	
Kaingang	Kaingang do Paraná Kaingang Central Kaingang do Sudoeste Kaingang do Sudeste
Kayapó (Mebengokre)	Gorotire Kararaô Kokraimoro Kubenkrankegn Menkrangnoti Mentuktíre (Txukahamãe) Xikrin
Panará (Kren-akore, Kren-akarore)	
Suyá (Kisêdje)	Suyá Tapayúna (Beíço-de-Pau)
Timbira	Canela Apaniekra Canela Ramkokamekra Gavião do Pará (Parkateyé) Gavião do Maranhão (Pukoblyé) Krahô Krikatí (krinkatí)
Xocléng/Lakanõ	

**Fonte:** elaborado pela pesquisadora (Cf. ISA <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>)

Devido à extensão territorial ocupada pelos Kaingang, alguns dialetos foram desenvolvidos, de acordo com a região em que os falantes vivem. Wiesemann (2002) elencou 5 possibilidades:

1. dialeto do São Paulo;
2. dialeto do Paraná (entre os rios Parapenema e Iguaçu);
3. dialeto central (Iguaçu e Uruguai);
4. dialeto do Sudoeste (sul do Uruguai e leste do rio Passo Fundo);
5. dialeto do Sudeste (sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo).

Segundo Wiesemann (2002), esses dialetos apresentam diferenças de vocabulário, pronúncias e preferências de construções. É importante considerarmos que essa divisão dialetal, provavelmente, já tenha sido modificada, em virtude do contato interétnico, da relação com a educação escolar, dentre outros tópicos.

D'Angelis (2008) arrazoia que, embora didática, a classificação dos dialetos defendida por Wiesemann não é segura ou razoável em muitos aspectos. Alguns fatores foram considerados pelo linguista para justificar a discordância de tal classificação, dentre os quais, a heterogeneidade da população Kaingang do Paraná; o contato intergrupos; a afinidade linguística entre as aldeias que ficam geograficamente mais próximas umas das outras.

A língua Kaingang foi abordada em trabalhos publicados anteriormente à sistematização da escrita da língua, primeiro em publicações influenciadas por projetos de catequização ao catolicismo, depois passa a ser abordada por linguistas e antropólogos e já na segunda metade do século XX volta a ser estudada com o pretexto de “conversão” dos indígenas ao cristianismo; dessa vez, as publicações partiram de missionários protestantes. É seguro observar que a divulgação de trabalhos linguísticos a respeito da língua Kaingang, com interesse na documentação para fins de uso pedagógico da língua, é um fato recente.

No início do século XIX, no ano de 1918, o capuchinho italiano Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana elaborou o “Ensaio de Grammatica Kainjgang”. Nesse trabalho, foram realizadas observações importantes sobre a fonologia, morfologia e sintaxe da língua. Em 1920, Val Floriana publica o “Diccionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang”, produzido com base na pesquisa realizada por ele junto aos Kaingang do Tibagi, no norte paranaense (D'ANGELIS, 2003).

Mansur Guérios foi o primeiro linguista a publicar artigos científicos a respeito da língua Kaingang: em 1942 elaborou um trabalho sobre o dialeto de Palmas, no estado do Paraná, “Estudo sobre a língua cainguan: notas histórico-comparativas”, no qual traçou uma comparação entre os dialetos de Palmas e Tibagi. Em 1945, Guérios publicou, nos Arquivos do Museu Paranaense, um artigo comparando a língua dos Kaingang com a dos Xokleng, com o título: “O Xocrén é idioma Caingangue”.

Wanda Hanke (1950), antropóloga alemã, também publicou vários trabalhos sobre o Kaingang, dentre eles “Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de los Cainganges de la ‘Serra de Apucarana’, Paraná, Brasil”, baseado no dialeto falado pelos Kaingang do Posto Indígena Apucarana.

A linguista Ursula Wiesemann, missionária protestante do *Summer Institute of Linguistics*<sup>3</sup> (SIL), divulgou trabalhos mais amplos sobre a fonologia e a sintaxe Kaingang. Foi ela também quem estabeleceu a ortografia oficial da língua. Wiesemann elaborou, ainda, materiais de ensino da língua para os missionários, além de cartilhas para alfabetização do Kaingang. Apesar de grande parte dos trabalhos de Ursula Wiesemann estarem ligados ao SIL, no sentido de agência fomentadora, o caráter linguístico das pesquisas é notório e muitos pontos importantes para o esclarecimento da estrutura da língua Kaingang surgiram a partir dos seus trabalhos.

Ao tratar da escrita Kaingang, Wiesemann (2002) relata que a ortografia da língua foi elaborada junto com os Kaingang do Posto Indígena Rio das Cobras, no Estado do Paraná. A linguista comenta que o processo foi árduo e longo, tendo sido considerados temas importantes, como por exemplo, a revisão de várias palavras que se apresentavam com duas sílabas, mas, que de fato, correspondiam a palavras monossílabas, condição que interferia no processo de ensino e aprendizagem de leitura do Kaingang. Wiesemann (2002) propôs algumas possíveis alterações e, com o auxílio dos professores bilíngues indígenas, revisou o sistema ortográfico, firmando o padrão oficial da escrita Kaingang, em 1966.

Existem materiais de leitura em Kaingang (dicionários, materiais didáticos, bíblia, cartilhas, etc.), mas a publicação de uma gramática pedagógica da língua

---

<sup>3</sup> O *Summer Institute of Linguistics* (SIL), fundado em 1934, nos Estados Unidos, é uma organização missionária protestante cujo o maior objetivo é o estudo e descrição de línguas minorizadas, de grupos étnicos diversos, como forma de traduzir a bíblia, como meio de catequização.

Kaingang ainda é desafio a ser enfrentado pelos linguistas que têm se dedicado à pesquisa dessa língua. Há, entretanto, diversos trabalhos acadêmicos que abordam os níveis estruturais da língua, pesquisas que têm sido utilizadas inclusive como material de consulta para a elaboração de materiais didáticos escolares.

É importante mencionar as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores indígenas que abordaram o Kaingang em seus estudos. Esses trabalhos reforçam o olhar do indígena sobre suas práticas culturais, dentre as quais, a língua. Além disso, confere protagonismo aos próprios indígenas e legitimam ainda mais os resultados dos estudos propostos.

Ressaltamos aqui os trabalhos de Marcia Nascimento (2013; 2017), que defendeu pesquisas de mestrado e doutorado, abordando as categorias de Tempo, Modo, Aspecto e Evidencialidade no Kaingang. Tratando de temáticas relacionadas à língua, educação escolar e ensino damos ênfase aos trabalhos de dissertação e mestrado dos pesquisadores indígenas: Zaqueu Key Claudino (2013), “A Formação da Pessoa nos Pressupostos da Tradição Educação Indígena Kaingang”; Fátima Trindade do Amaral (2013); “O Protagonismo Kaingang no Espaço da Escola Indígena”. Bruno Ferreira (2014;2020), “Educação Kaingang: Processos Próprios de Aprendizagem e Educação Escolar” e “Ûn si ag tũ pẽ ki vënh kajrãnrãn fã: o papel da escola nas comunidades kaingang; Elisangela Wilchak Queiroz (2020), “Levantamento Linguístico na Terra Indígena de Mangueirinha/Pr a partir da perspectiva Kaingang: Um Trabalho Em Co-Labor”.

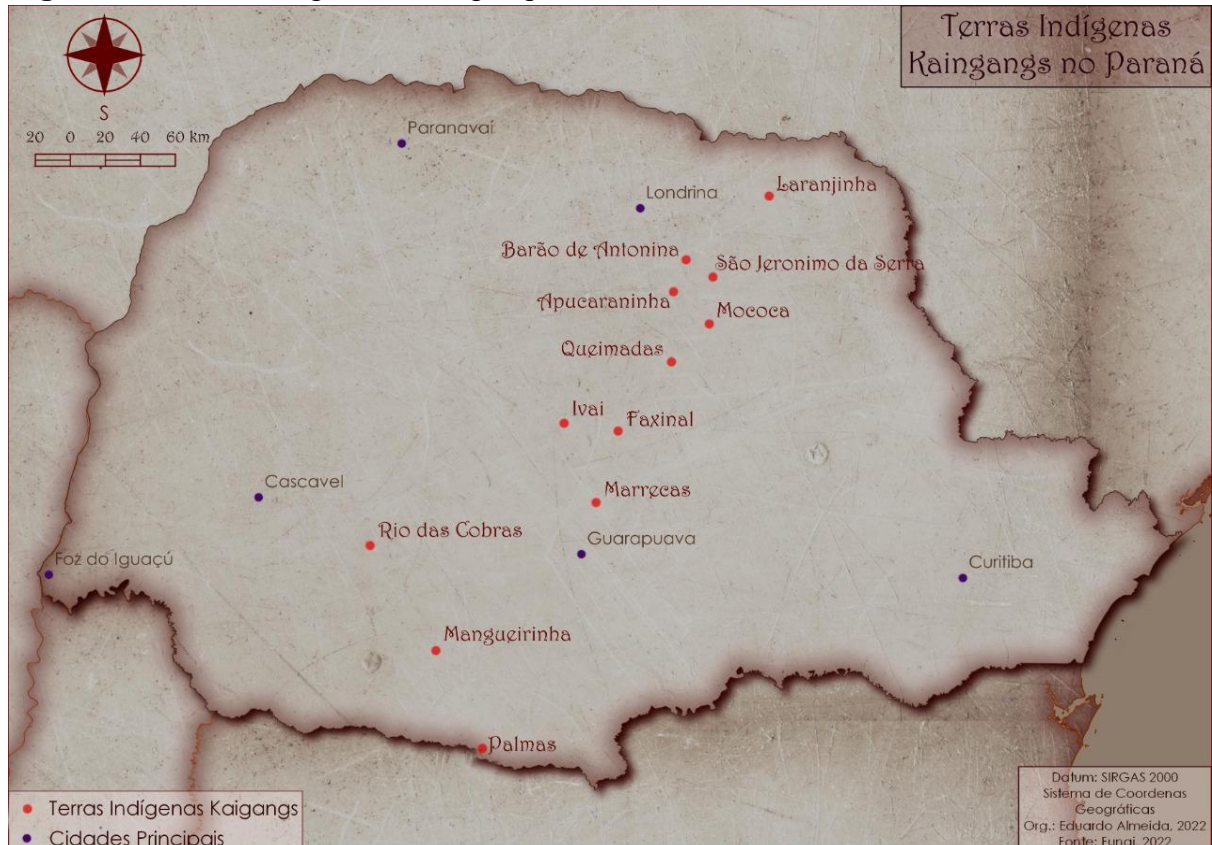
Os trabalhos citados são exemplos de produções realizadas por pesquisadores indígenas; certamente, outros trabalhos estão sendo desenvolvidos nas diversas universidades brasileiras, marcando um momento importante para o conhecimento do povo e da língua Kaingang. Inclusive na Terra Indígena Apucarantina temos uma pesquisa de mestrado em andamento sendo desenvolvida pela pesquisadora Kaingang Damaris Kaninsãnh Felisbino.

#### 2.4 A TERRA INDÍGENA APUCARANINHA

No Estado do Paraná existem 17 Terras Indígenas, nas quais habitam representantes de três diferentes etnias indígenas: os Kaingang, os Guarani, Xetá e Xokleng.

Os Kaingang estão distribuídos em 12 das Terras Indígenas demarcadas no Estado. A Reserva do Apucarantina faz parte desse conjunto de comunidades, as quais, em essência, são espaços propriamente destinados à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar, à reprodução física e cultural, segundo os usos, costumes e tradições dos povos originários (BRASIL, 1988).

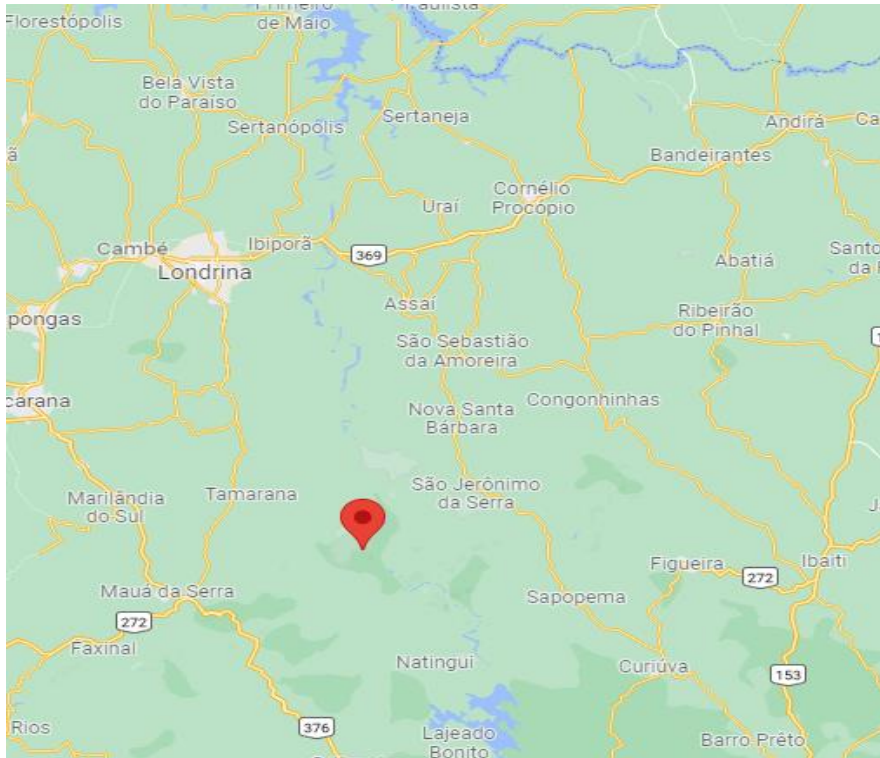
**Figura 3:** Terras Indígenas Kaingang no Paraná



**Fonte:** própria autora

Localizada nas confluências dos rios Apucarana e Apucarantina com o rio Tibagi, a Reserva Apucarantina tem por via de acesso à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), sentido Londrina/Lerrovile (52 Km). De Lerrovile até a TI-A percorrem-se mais 28 quilômetros de estrada sem pavimentação.

**Figura 4:** Mapa de localização da TI- Apucararinha



**Fonte:** Google Maps (2022)

A área atual da TI-A é de 5.574 hectares, compõe-se de 3 aldeias: Sede, Água Branca e Barreiro, onde residem aproximadamente 2000 pessoas (conforme informações dos próprios moradores). Neste trabalho, porém, utilizamos o termo aldeia, relacionado ao espaço da terra indígena como um todo.

As moradias da TI-A dividem-se entre os modelos que se mantiveram mais próximos ao formato tradicional de habitações Kaingang (ranchos de madeira); construções em alvenaria, feitas pelo governo, parte dessas últimas foram modificadas pelos moradores, a fim de preservarem a tradição de suas antigas habitações.

As habitações costumeiramente estão próximas às roças das famílias, os moradores se agrupam em núcleos familiares. As famílias, em geral, são numerosas, as crianças circulam livremente pelos espaços das moradias, visto que se sentem protegidas, pois estão entre os parentes mais próximos: pais, avós, tios e tias.

**Figura 5:** Moradias na sede da aldeia



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Na sede da aldeia concentram-se os espaços comuns, institucionais e de reuniões do povo: posto de saúde básica, igrejas católica e protestantes, além de uma cadeia, utilizada para fins de admoestação, espaço para guarda de maquinários, espaço para preparação de assados e festas, espaço destinado à permanência das lideranças e escolas.

O atendimento médico básico é realizado no posto de saúde da aldeia, onde também são realizadas ações para a prevenção de doenças, por meio de campanhas de vacinação e de projetos de conscientização da importância do autocuidado.

**Figura 6:** Posto Médico da Aldeia Apucarantina



**Fonte:** acervo Jornal Folha de Londrina

O cacique da Terra Indígena é ajudado por outras lideranças, que se colocam à disposição, prestando aconselhamentos e intervindo em situações que necessitam ser mediadas para a resolução de conflitos comuns à convivência cotidiana dos moradores da aldeia e na busca de solução para as demandas que se apresentam para a manutenção de um espaço de harmonia e respeito entre os que habitam na Terra Indígena.

**Figura 7:** Pátio das lideranças



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

No território da aldeia há a oferta do ensino escolar básico, desde o infantil até o Ensino Médio, o que facilita o acesso dos alunos indígenas à educação escolar. Antes da oferta do Ensino Médio na aldeia, os alunos precisam se deslocar para as escolas da região, a fim de concluir a última etapa do ensino básico. Essa situação foi parcialmente amenizada com a inauguração, em 2012, da Escola Estadual Benedito Rokag, com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio. Antes da inauguração da referida escola, ofertava-se na aldeia apenas o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Na primeira fase do Ensino Fundamental o ensino é bilíngue; até o 4º ano o ensina-se somente o Kaingang, após o 5º ano, as aulas de português são introduzidas. No Ensino Fundamental II e Médio, os alunos continuam a ter aulas de Kaingang. Entretanto, é mais comum que professores não indígenas ministrem as aulas de outras disciplinas da grade curricular, considerando o reduzido número de professores indígenas atuantes nessas modalidades de ensino.

A maior parte dos professores não indígenas é contratada em regime celetista, ou seja, possui contrato temporário, fato que dificulta a permanência de um mesmo docente por um período maior na escola, o que é lamentável, pois, quando os alunos começam a se acostumar com os professores, o contrato é interrompido. Esse

problema, somado à falta de interesse de professores concursados em firmarem seus padrões nas escolas da aldeia, dificulta o processo de ensino, tendo em vista que, muitas vezes, é preciso esperar que surja interesse de docentes para lecionar na TI-Apucarantina. A dificuldade está atrelada, na maior parte, aos problemas de acesso à aldeia e também à falta de informação dos professores em relação à cultura Kaingang. À vista disso, o preconceito também reforça a dificuldade em conseguir professores efetivos para a escola.

**Figura 8:** Escola pública Ensino Infantil e Fundamental Anos Iniciais



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

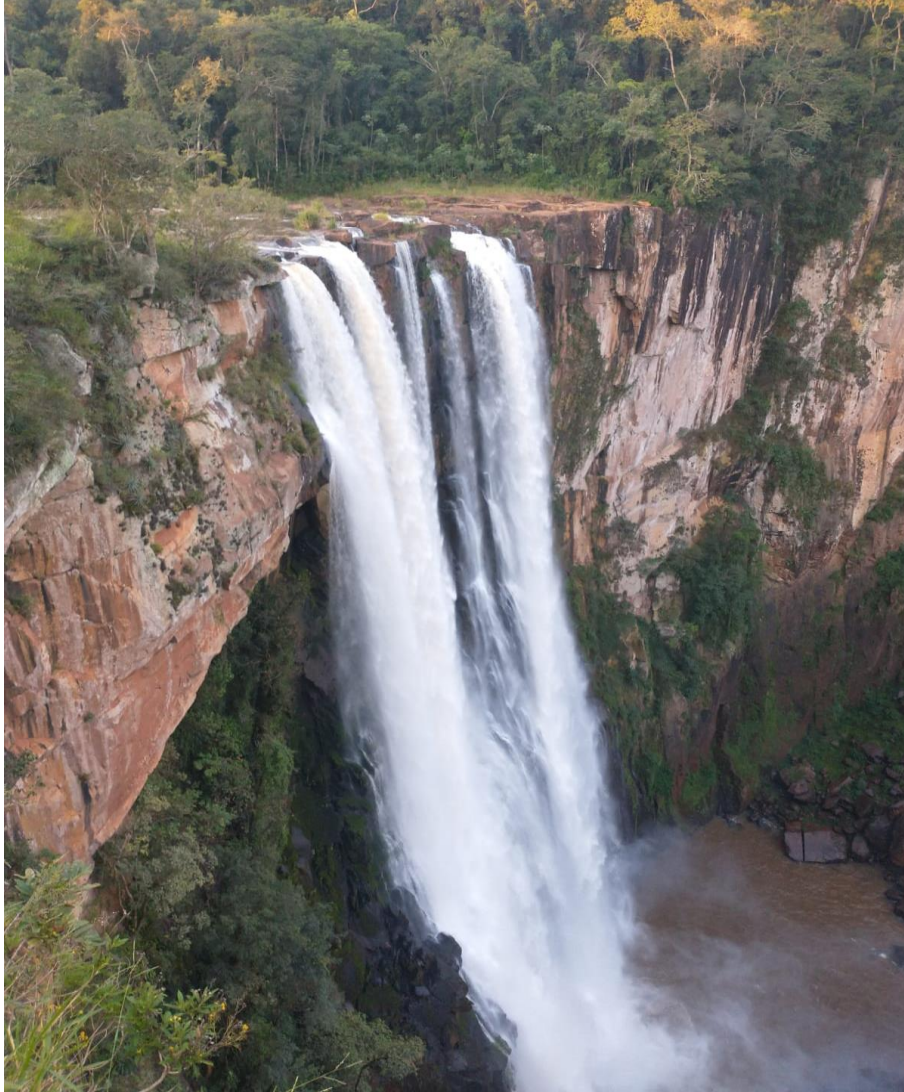
**Figura 9:** Escola pública Ensino Fundamental e Médio



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

A aldeia do Apucarantina está cercada por matas e por propriedades rurais habitadas por não indígenas. Na entrada da TI está localizado o Salto do Apucarantina, famoso pela sua beleza, é aberto à visitação.

**Figura 10:** Salto do Apucarantina



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Na década de 1940, parte da reserva do Apucarantina foi tomada para a construção de uma hidrelétrica pela Empresa Elétrica de Londrina; mais tarde, em 1974, a usina foi incorporada à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná (COPEL). Diante disso, o território destinado ao povo Kaingang do Apucarantina foi reduzido. Os indígenas daquele lugar lutaram durante décadas pelo ressarcimento das terras invadidas e danos ambientais causados pela instalação da hidrelétrica.

Após as intensas lutas dos Kaingang pelo reconhecimento da ilegalidade que lhes foi feita, em 2006, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta, celebrado entre o Ministério Público Federal, Comunidade Indígena Apucarantina, Fundação Nacional do Índio e COPEL, estabelecendo o pagamento de uma indenização pelos danos causados devido à exploração dos recursos naturais da aldeia.

**Figura 11:** Hidrelétrica Apucarantina



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Apesar de a TI-A estar relativamente próxima das cidades de Tamarana e Londrina, há uma evidente falta de estrutura no que diz respeito ao acesso dos moradores ao meio urbano, isto porque a estrada que dá acesso à cidade não é pavimentada, tornando difícil o deslocamento em dias chuvosos.

**Figura 12:** Estrada de acesso à Reserva Apucarantina



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Quanto à economia, os Kaingang vivem da agricultura de subsistência, cultivando arroz, feijão, milho, palmito pupunha, dentre outros, do assalariamento temporário e da venda de artesanatos, confeccionando cestos, balaios, arcos, que são vendidos fora da aldeia.

Em nossa estadia na aldeia observamos que alguns costumes relacionados à alimentação ainda são mantidos e passados para as novas gerações; além do preparo de comidas à base de milho, a caça e a pesca são práticas comuns entre os moradores, a tradição de ensinar essas atividades aos mais jovens é ainda mantida com vigor no Apucarantina.

Tradicionalmente, os Kaingang, que são grandes pescadores, com a técnica do *Pãri* (armadilha de taquara), costumavam sair à pesca e levar muitos peixes para a aldeia. No entanto, os moradores do Apucarantina têm encontrado dificuldades em pescar peixes grandes nos rios que circundam a reserva. Eles relatam que alguns não indígenas têm invadido o espaço da aldeia para a pesca indiscriminada utilizando barcos a motor e redes. Diante disso, tem ocorrido a diminuição dos peixes, o que, conseqüentemente, afeta a prática de pesca, costume secular entre os Kaingang.

Em vista dos apontamentos até aqui realizados, compreendemos que, além das terras, foi também retirado dos Kaingang moradores da Reserva Apucarantina o

direito de decidirem sobre elas. Hoje a aldeia tem sofrido com a falta de espaço, tendo em conta que sua população vem aumentando sucessivamente e o território do qual dispõe encontra-se limitado para o acolhimento das novas famílias.

O aumento populacional somado à falta de espaço compromete a manutenção de agricultura de subsistência. Atualmente, a TI-A tem suprimido os espaços destinados ao plantio de seus alimentos para dar lugar a construções de moradias. Além disso, as festas e reuniões tradicionais da comunidade tendem a se limitar, devido à falta de espaço para suas realizações. É importante ressaltar que o espaço físico tem sentido fundamental na vivência cultural dos indígenas, porque os elementos da natureza apresentam ligação simbólica entre o Kaingang e o mundo que o cerca.

Na observação da natureza, por exemplo, surgem os nomes dos Kaingang, que, ao nascerem, além de receberem um nome não indígena, recebem também um nome indígena baseado em algum animal, planta ou fenômeno que o pai tenha observado na natureza. Essa prática reforça a necessidade do espaço enquanto possibilitador de manutenção dos costumes Kaingang.

Apesar disso, a possibilidade de uma nova demarcação de terra para a TI-A é quase que inexistente, até porque os indígenas dividem espaço com famílias que há anos estão instaladas em terras próximas da aldeia, conseqüentemente, há um parâmetro considerável antes de se pensar em uma possível retomada dessas terras.

### 3 APORTE TEÓRICO

A elaboração desta tese foi direcionada por estudos que focalizam a relação língua e sociedade. O principal aporte teórico de nossa pesquisa é a Sociologia da Linguagem. Considerando a ligação com a área de estudos sociolinguísticos, tratamos, também, brevemente de alguns conceitos relacionados à Sociolinguística, para enfim, abordar alguns conceitos observados na análise dos dados desta pesquisa, a saber: Atitudes Linguísticas, Bilinguismo e Diglossia.

#### 3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA

A Sociolinguística se desenvolveu como disciplina própria, principalmente, nos Estados Unidos e Canadá a partir dos anos de 1970, opondo-se ao conceito de *homogeneidade*, por ter noção de que as comunidades linguísticas são heterogêneas e reais. Silva-Corvalán (1989) ressalta que os estudos sociolinguísticos surgem com uma metodologia própria, analisando a língua dentro de seu contexto social, com vistas, sobretudo, a explicar a variabilidade linguística. A Sociolinguística surge como uma possível compensação para os estudos linguísticos, em busca de centralizar em suas análises os fatores externos à língua, demonstrando a covariação sistêmica das variações linguística e social (BRIGHT, 1964).

Os estudos sociolinguísticos consideram a relação que se estabelece entre linguagem e sociedade, entendendo essa associação como motivadora da diversidade linguística. Para Mollica (2004, p. 10).

A sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas pelos fatores estruturais e sociais.

Nas palavras da autora, os fatores sociais junto aos estruturais apresentam influências diretas no processo de variação linguística. Dessa forma, a principal tarefa da Sociolinguística é a de descrever a relação correlacionada às diferenças sociais sistemáticas. Isto posto, é seguro afirmar que a diversidade linguística é o objeto de estudo da Sociolinguística.

Alkmin (2001) inclusive afirma que para a Sociolinguística a diversidade não é um problema, mas uma qualidade que compõe o fenômeno linguístico; assim, seria deveras redutível conceber apenas o invariável, tendo em vista que, em qualquer comunidade linguística, coabitam a diversidade ou a variação.

Em acréscimo, chama-nos a atenção a exposição feita por Bright (1964), acerca dos possíveis campos das pesquisas sociolinguísticas, enfatizando o caráter interdisciplinar desse vasto campo dos estudos linguísticos, o autor aponta algumas dimensões condicionadoras para a diversidade linguística, dentre as tais:

1. Identidade social do emissor/falante: variação diastrática – fatores socioidentitários do falante (gênero, profissão, faixa etária), relativos aos estratos socioculturais.
2. Identidade social do ouvinte/receptor: tipos de falas, determinados pela identidade do receptor. Bright (1964) menciona, como exemplo dessa dimensão, a forma como os adultos falam com os bebês (*baby talk*).
3. Contexto social: Variação estilística e social compreende, paralelamente, as identidades dos indivíduos envolvidos no processo de comunicação e o ambiente da comunicação.

Bright reforça que existem outras dimensões que não são basicamente evidenciadas no comportamento linguístico, mas nos objetivos do pesquisador. Nesse ensejo, aponta outros alcances da Sociolinguística: as pesquisas orientadas pelas variações sincrônica e diacrônica; os estudos das atitudes linguísticas; os estudos geolinguísticos, dentre outros.

Por fim, o autor trata da última dimensão a ser reconhecida nas pesquisas sociolinguísticas: a da “Aplicação”, explicando que o caráter desses estudos é interdisciplinar, dada a correlação entre língua e sociedade, que é foco direto dessa disciplina linguística.

Cita abordagens que são mais direcionadas aos estudos sociológicos, linguísticos, linguístico aplicado, identidade linguística, atitudes, planificação e/ou política linguística, dentre outros.

Vale ressaltar que as dimensões mencionadas são correntes independentes que percorrem a área de estudos; apesar disso, é possível que haja intersecção entre duas ou mais das características citadas em um mesmo estudo sociolinguístico.

Monteiro (2000) pondera que a sociolinguística pode ser dividida sob duas perspectivas, a de macroanálise e a de microanálise.

A perspectiva da macrossociolinguística trata das relações entre língua e sociedade como um todo, pautando suas análises e descrições, mais precisamente sob um viés sociológico e político.

Ao tratar dos campos das pesquisas sociolinguísticas, Calvet (2002) apresenta uma interessante análise, ao apontar que a pergunta sobre os vínculos entre língua e identidade transitam em duas posições simétricas, quais sejam: interrogar a sociedade por meio da língua ou interrogar a língua por meio da sociedade. A partir dessas interpelações, a sociolinguística distingue-se em nas abordagens micro e a macro.

Essa divisão não sugere essencialmente a aplicação de um binarismo arbitrário, considerando tratar-se de uma visão teórica compartilhada, acerca da ligação língua e sociedade; o que de fato precisa ser considerado é a orientação metodológica dos referidos campos de pesquisa, por exemplo, a microssociolinguística está mais direcionada à análise das interferências que os fatores sociais exercem sobre a estrutura linguística. Dessa maneira, corresponde aos estudos voltados para uma teoria de variação sistematizada e orientada.

As pesquisas macro relacionam-se, mais diretamente, com as pesquisas nas comunidades da fala, fazem uso de metodologia quantitativa, em vistas de descrever a realidade existente por detrás de um quadro conceitual e abstrato, que envolve a variação linguística. Monteiro (2000, p.27) esclarece que:

Enquanto a macro-sociolinguística toma a sociedade como ponto de partida e trata da linguagem como um elemento básico na organização das comunidades, a micro-sociolinguística toma a própria língua como alvo e trata as pressões sociais como fatores essenciais na determinação das estruturas linguísticas.

Atentos às formulações acerca da vastidão de possibilidades que a Sociolinguística oferece enquanto campo de análise linguística, colocamo-nos como pesquisadora do campo da macrossociolinguística, dado o fato de este trabalho focalizar nos enfoques da manutenção linguística de uma língua minoritária; descrição de um cenário de bilinguismo com diglossia; análise de atitudes linguísticas e suas implicações para a manutenção da língua indígena.

### 3.2 SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM

Conforme já mencionamos na seção anterior, a divisão de frentes investigativas no campo dos estudos sociolinguísticos não necessariamente deve ser encarada de forma polarizada, isso porque as pesquisas partem de um princípio básico, a correlação existente entre uma dada língua e o povo que a fala.

Desse modo, a Sociologia da Linguagem floresce nos ramos dos estudos sociolinguísticos, em análise do uso da língua e da sua organização social, incluindo nas observações: “não só o uso da língua *per se* mas também atitudes linguísticas e comportamentos manifestos em relação à língua e aos seus usuários” (FISHMAN, 1974, p. 25).

Labov (2008, p.215), precursor da Teoria da Variação, coaduna com Fishman e reforça que a sociologia da linguagem como área de pesquisa da sociolinguística:

Lida com fatores sociais de larga escala e sua interação mútua com línguas e dialetos. Há várias questões abertas e diversos problemas práticos associados com o declínio e assimilação de línguas minoritárias, o desenvolvimento do bilinguismo estável, a padronização das línguas e o planejamento do desenvolvimento da língua em nações recém-surgidas.

Fishman (1974, 1995) afirma que a língua não é apenas um veículo de algum conteúdo. É também um conteúdo em si, pois, ao mesmo tempo em que indica lugares sociais e relações pessoais, é carregada de valores e marca situações e temas. No ponto de vista do autor, a Sociologia da Linguagem examina duas características do comportamento humano: o uso da língua e a sociedade, focando toda a gama de tópicos relacionados com a organização social do comportamento linguístico.

Assim, enquanto a Sociolinguística busca, por meio da análise dos elementos sociais, uma melhor compreensão sobre a estrutura e o funcionamento da língua, a Sociologia da Linguagem se atém aos valores simbólicos que as variedades linguísticas têm para os seus falantes.

Moreno-Fernández (1998) salienta que a sociolinguística enfatiza mais nos aspectos linguísticos, enquanto a sociologia da linguagem nos fatores sociais, contudo, mesmo que virtualmente seja feita essa divisão ante a um objeto de estudo concreto, as duas disciplinas podem ser aplicadas em conjunto, por exemplo, uma pesquisa acerca do bilinguismo oferece abertura para a discussão sobre a variação

linguística condicionada pelo ambiente multilíngue, em consonância com a observação do uso das variedades nos diferentes espaços sociais dos falantes.

Fishman (1995) defende que a sociologia da linguagem não se limita a uma simples classificação de exemplos de conflitos e planificação linguística; o autor pondera uma divisão teórica descritiva e dinâmica para os estudos sociológicos da linguagem.

A Sociologia Descritiva tem como tarefa descrever os possíveis padrões de organização social no uso linguístico, de forma a esclarecer o arranjo social que envolve o uso da língua em uma determinada comunidade, no estabelecimento das normas e padrões, assim como as atitudes linguísticas ante a linguagem e suas redes e comunidades sociais e concretas. Ao descrever a sistematização linguística, busca responder as indagações: qual ou quais língua(s) ou variedade(s) é(são) falada(s) em determinada comunidade linguística? quem/ para quem/ com qual finalidade tal língua e/ou variedade(s) é(são) falada(s)?

O autor (1974) pondera que uma das descobertas básicas da sociologia descritiva da linguagem é o fato de que membros de complexos sociais e comunidades nem sempre compartilham do mesmo modo de uso da língua ou do mesmo comportamento linguístico. Cita como exemplo um recorte do comportamento linguístico observado em Bruxelas, capital da Bélgica. A Bélgica se constitui como um país de tradição multilíngue, sua população é composta, em sua maioria, por povos de origem flamenga, falantes do neerlandês (também admitida como sendo uma variedade do holandês, característico da região dos Flandres, no norte da Bélgica) e, em menor número, pelos valões, que falam francês. Além dessas variedades, o alemão e outras diversas línguas de tradição étnica são faladas no Estado.

Nesse meio de pluralidade, Fishman (1995) ressalta as atitudes linguísticas de funcionários administrativos, de origem flamenga, que prestam serviço para o governo de Bruxelas, os quais, no ambiente de trabalho:

Nem sempre falam o holandês entre si, mesmo quando todos sabem o holandês *muito* bem e *igualmente* bem. Não só há ocasiões em que falam francês *entre si*, em vez de holandês, como também há algumas ocasiões em que falam entre si o holandês *standard* enquanto em outras usa essa ou aquela variedade do holandês. De fato, alguns da mesma forma usam diferente variedades do francês: uma variedade particularmente carregada de termos administrativos oficiais, outra correspondente ao francês não técnico falado nos círculos de educação superior e refinados da Bélgica, e, ainda outra não é apenas

um “francês” mais coloquial, mas o francês coloquial dos que são flamengos. Em suma, essas diversas variedades do holandês e de francês constituem o *repertório linguístico* de certos complexos sociais flamengos em Bruxelas (1974, p. 28, grifos do autor)

Pelas explicações dadas por Fishman (1995), compreendemos que, embora os flamengos tenham uma personalidade cultural e linguística bem estabelecida, por algum motivo essa caracterização é parcialmente omitida nos espaços institucionais de trabalho por esses falantes.

O paradigma de análise feito por Fishman (1995) evidencia o percurso empreendido pela sociologia descritiva da linguagem de identificar e descrever o comportamento linguístico, em uma dada comunidade linguística. Possivelmente, o pesquisador tenha optado por mencionar uma situação pesquisada em Bruxelas, justamente para evidenciar a importância da abordagem da sociologia descritiva da linguagem, em ambientes linguísticos tensionados.

Perante a perspectiva de comportamento linguístico apontado pelo autor, podemos perceber, empiricamente, uma das principais tarefas da sociologia descritiva: evidenciar a natureza sistêmica das alternâncias entre duas ou mais variedades linguísticas, colocadas em práticas por falantes que compartilham de todo um repertório.

Por sua vez, a Sociologia Dinâmica busca analisar e especificar as razões motivadores para as mudanças na organização social do uso da língua, procura explicar o porquê e de que modo a organização social do uso linguístico e o comportamento diante da língua podem ser, seletivamente, diferentes dentro das mesmas redes ou comunidades, em momentos distintos.

Para a Sociologia Dinâmica da linguagem cabe, então, apresentar as prováveis razões que expliquem o que leva uma língua a ocupar lugar de prestígio ou de rechaço entre os falantes de uma comunidade, bem como apontar o nível de usabilidade linguística de uma dada variedade em relação a outra falada pelos membros do grupo, apontando os possíveis fatores para tal comportamento.

Ao empreendermos os conceitos dos campos da sociologia descritiva e dinâmica da linguagem no caso específico da língua indígena Kaingang, na comunidade linguística pesquisada, direcionamo-nos para a condição da vitalidade de uma língua de representação étnica que se encontra em contato direto com o português. Nesse sentido, interessa-nos descrever o comportamento linguístico dos

falantes Kaingang, considerando a situação diglössica mantida na comunidade. Em observância às atitudes dos participantes da pesquisa, buscamos entender os possíveis motivos que colaboram para a manutenção da língua indígena, bem como analisar como se dá o uso das línguas portuguesa e kaingang, no espaço social da terra indígena.

Para tal análise seguimos a prerrogativa defendida por Fishman (1995), de que a língua é uma ferramenta comunicativa capaz de enunciar, de marcar espaços e relações sociais.

Para o mesmo autor (1995), o princípio para a descrição da organização social do uso da língua é estabelecer os domínios sociais entre os falantes de uma mesma comunidade linguística. Por comunidade linguística compreende-se: “aquela cujos membros partilham de pelo menos uma variedade linguística e de normas para seu uso adequado” (FISHMAN, 1995 p. 54).

Ao tratarmos da representação de comunidades linguísticas, pensamos ser importante pontuar alguns conceitos, os quais são abordados e correlacionam-se nos estudos sociolinguísticos e da sociologia da linguagem, dentre eles, os conceitos de comunidade de fala, comunidades linguísticas e redes sociais.

Moreno-Fernández (1998) entende que uma comunidade de fala corresponde a um grupo de falantes que, além de compartilharem a mesma língua, partilham normas, valores sociolinguísticos (atitudes linguísticas), fatos linguísticos, dentre outros.

Por seu turno, Alkmin (2001, p.31) arrazoa que uma comunidade de fala não se caracteriza pelo fato de ser constituída por pessoas que falam do mesmo modo, mas por pessoas que interagem por redes de comunicação diversas.

Coelho (2010) pondera que a noção de redes se originou na Antropologia Social como organismos dependentes das estruturas econômicas e sociopolíticas; desse modo, uma análise sociolinguística baseada em redes sociais procura captar a dinâmica dos comportamentos interacionais dos falantes.

A concepção de Redes Sociais de interação defendidas Bortoni-Ricardo (2014) é de um conjunto de vínculos de todos os tipos entre os indivíduos em um grupo.

Em nossa tese, adotamos a percepção de comunidade linguística defendida por Fishman (1995), o qual considera que o termo deve ter um sentido neutro para o pesquisador, a fim de que não se empregue valoração a uma comunidade em

detrimento de outra. Utilizamos também o termo “comunidade da fala” com o mesmo sentido de “comunidade linguística”, sendo, assim, terminologias correlatas.

Por redes sociais, entendemos que são espaços comunicativos concretos, formados em torno das diferentes relações sociais (família, trabalho, laços de amizade, dentre outras). As redes sociais estão interligadas aos fatores socioculturais presentes em uma sociedade.

As comunidades de fala, apesar de em algum momento compartilharem de uma mesma variedade linguística, podem apresentar contrastes por níveis de comunicação e pela integração simbólica da competência comunicativa.

Fishman (1995) inclusive discorre acerca das diversas possibilidades de formação das comunidades linguísticas, observando que mesmo os grupos menores podem ser estruturados diferencialmente, de acordo com a distribuição de redes comunicativas ou até mesmo pela frequência de contato estabelecido com outros grupos. A exemplo disso, podemos citar, conforme faz o autor, alguns grupos sociais isolados ou os de clãs nômades, os quais não somente representam pequenas comunidades linguísticas, mas também grupos que se formaram a partir de uma pequena especialização de categorias funcionais, ou seja, a vivência “fechada” entre os falantes da comunidade os aproxima de experiências e responsabilidades vitais à permanência do grupo, delimitando, pois, as categorias e as funções sociais e linguísticas, o que interfere diretamente na elaboração do repertório verbal dessas comunidades.

Ainda é possível observar a distribuição de diversas redes comunicativas, mesmo em pequenas e autônomas comunidades linguísticas, a partir do estabelecimento de diferenças sociais, relativas ao gênero, às faixas etárias, às relações de poder politicamente estruturadas, dentre outros arranjos sociais. Essas possibilidades estendem-se, do mesmo modo, às outras pequenas comunidades linguísticas, que, pela necessidade de frequente contato externo (comércio, turismo, dentre outros) com outros grupos, também estabelecem repertórios linguísticos funcionalmente diferenciados.

Fishman (1995) ressalta ser possível que, em uma comunidade linguística grande e diversificada, algumas variedades linguísticas possam ser adquiridas ou reforçadas, a partir da necessidade de uma interação verbal real de redes concretas, ou por meio de integração simbólica. O autor explica que o idioma oficial de um país seria a forma simbólica, enquanto a língua regional seria representada pela variedade

correspondente. Nesse ensejo, faz menção a um exemplo de integração simbólica e interação verbal, de comum ocorrência na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Por ser uma cidade que concentra diversos nichos de empregos e ramos comerciais, Nova Iorque recebe todos os dias pessoas que vão às compras, turistas estadunidenses e moradores de localidades adjacentes, os quais trabalham na cidade. Ocorre que, durante a jornada de trabalho, os falantes de outros dialetos diferentes do nova-iorquino, no caso relatado pelo autor, moradores de Connecticut e da Pennsylvania, utilizam diferencialmente traços indicadores dos seus dialetos locais, enquanto, no mesmo contexto, muitos falantes empregam uma variedade linguística mais próxima ao inglês padrão, de modo a atenuar as particularidades da variedade usualmente utilizada nas redes sociais das comunidades onde os falantes residem.

Desse modo, há o estabelecimento de uma variedade neutra, ou seja, a variedade regional não é falada, nem tampouco, o “inglês nova-iorquino” é aderido pelos falantes. Frente a esse comportamento linguístico, conclui-se que o inglês padrão é referência nas relações de trabalho ou comércio para os falantes que não moram em Nova Iorque. Nesse caso, essa variedade não apenas representa a integração simbólica, mas, de igual modo, desempenha funcionalidade num processo de comunicação social.

Na mesma linha de raciocínio, ponderamos que no Brasil a língua portuguesa é a oficial, padronizada, de uso institucional, então cumpre o papel simbólico de integração nas relações sociais concretas; ainda assim, não podemos ignorar o fato de que outras centenas de variedades linguísticas do português e outras línguas também são faladas no território brasileiro, na interação verbal cotidiana de diferentes comunidades e redes linguísticas (colônias de imigrantes, aldeias indígenas, quilombos, dentre outras), nas ocasiões em que os falantes de outras variedades precisam interagir em ambientes diferentes da comunidade linguística da qual fazem parte, o português padrão cumpre o papel de “língua neutra”, tendo em vista que, funcionalmente, serve aos propósitos de comunicação.

Essa situação é facilmente verificada nas relações discursivas estabelecidas entre os Kaingang e falantes do português, em contextos institucionais. Nas práticas discursivas com os não indígenas os Kaingang fazem uso de uma variedade mais próxima do português padrão/formal.

Os repertórios linguísticos não são exclusivos a grupos plurilíngues, mesmo em comunidades monolíngues, o repertório de determinados grupos sociais pode variar de acordo com a divisão socioeconômica estabelecida pela sociedade. No Brasil essa constatação é perceptível diante das vertentes informais da variedade padrão, utilizadas em diferentes situações interacionais da linguagem.

Nesse ensejo, a variedade formal estabelece convívio com as outras variedades sendo uma opção “neutra” em contextos funcionais diversos (espaços institucionais, educação escolar, dentre outros). Diante dessa realidade, é possível considerarmos que, em uma mesma comunidade linguística, uma ou mais variedades podem exercer distintas funções. “A complexidade das comunidades linguísticas assim definidas muda de acordo com a variação das redes de experiência e atitudes que comportam (FISHMAN, 1995, p. 57).<sup>4</sup>

As comunidades linguísticas se estabelecem como redes comunicativas concretas, podem ser constituídas por pequenos ou grandes grupos de falantes e podem apresentar diferentes redes e repertórios linguísticos, de acordo com as condições socioculturais estabelecidas entre os membros do grupo.

Por repertório linguístico compreende-se os diferentes níveis das diferenças de interesse ou atuação dos falantes, tais como, diferenças sociais (escolaridade, diferenças econômicas, étnicas, culturais) e regionais (variedades regionais divergentes/dialetos). Dessa maneira, o repertório linguístico relaciona-se às diversas variedades e aos níveis linguísticos presentes em uma comunidade. A variação funcional de uma ou mais variedades ocorre tanto nas pequenas quanto nas grandes comunidades, conforme os domínios linguísticos acessados pelos falantes.

Por domínio linguístico, compreende-se determinado lugar sociopolítico de convívio e atuação sociodiscursiva. Fishman (1972,1995) aponta que o conceito de *domínio* foi inicialmente proposto por Georg Schmidt-Rohr em 1932, em um estudo do comportamento linguístico de alemães que migraram para outros países. Schimdt-Rohr apontou a existência de nove domínios: a família, o espaço de lazer, a escola, a igreja, a literatura, a imprensa, o militar, a corte e a administração governamental. Para Fishman (1972), entretanto, não há limitações numéricas de domínios, estes devem ser definidos empiricamente, de acordo com a especificidade de cada comunidade;

---

<sup>4</sup> “La complejidad de las comunidades lingüísticas así definidas cambia de acuerdo com la variación de las retículas de experiencia y actitud que comportan” (FISHMAN, 1995, p. 57).

todavia, o autor aponta cinco tipos de domínios principais: a família, o trabalho, a escola, a igreja e a rua (em extensão, bairro, vila, aldeia).

Os domínios são instituídos de forma sociocultural, de acordo com as instituições firmadas em uma comunidade linguística. São abstrações particularmente úteis para a descrição funcional de grandes comunidades, que experimentam variação socialmente estruturada (FISHMAN, 1995, p.74).

Spolsky (2016, p.34), ao tratar de políticas linguísticas, reitera que “cada um desses domínios tem suas próprias políticas, com alguns pontos controlados internamente e outros sob influência ou controle de forças externas”. Neste trabalho, analisamos as atitudes linguísticas de falantes bilíngues Kaingang, em observação dos domínios: família, aldeia, escola e religião.

Passamos a seguir a tratar de duas temáticas importantes a serem consideradas durante a análise e descrição dos dados da tese: Atitudes Linguísticas e Bilinguismo e Diglossia.

### 3.3 ATITUDES LINGUÍSTICAS

A sociolinguística apropriou-se da definição de *atitudes* defendida pela Psicologia Social, a fim de proceder com a análise dos comportamentos linguísticos. Na acepção dos psicólogos sociais Lambert e Lambert (1972), as atitudes são compostas por alguns elementos, a saber: os pensamentos e as crenças, os sentimentos/emoções e as tendências para reagir. Ponderam os autores que:

As atitudes desempenham uma função essencial na determinação de nosso comportamento; por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre os outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos. (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 83).

Para López-Morales (1993, p. 231), o estudo das atitudes linguísticas é um importante capítulo para a sociolinguística atual, é também um fato decisivo à consciência linguística na explicação da competência. Segundo o autor, existem as atitudes positivas de aceitação e as negativas de rechaço, ou seja, não se é possível pensar em atitude neutra.

Uma atitude positiva pode favorecer o percurso de uma mudança linguística, tornando-a mais rápida, ao passo que uma atitude negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma variedade linguística ou impedir a sua difusão (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998).

Moreno-Fernández (1998) pontua que na década de 1970 Rebeca Agueisi e Joshua Fishman já haviam sinalizado para a importância dos estudos das atitudes no campo da sociolinguística, como forma de tratar de forma mais aprofundada de temas como a eleição institucional de uma língua em sociedade multilíngue, a inteligibilidade, planificação linguística, ensino de línguas. O autor complementa dizendo “também as atitudes influenciam decisivamente nos processos de variação e mudança linguística que ocorrem nas comunidades de fala”<sup>5</sup>. Ainda conforme o mesmo autor:

A atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos por focar e referir-se especificamente tanto à língua quanto ao uso que dela é feito na sociedade e quando falamos em língua incluímos qualquer tipo de variedade linguística: atitudes em relação à diferentes estilos, socioletos diferentes, diferentes dialetos ou línguas naturais. (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998, p.177)<sup>6</sup>

As atitudes linguísticas estão relacionadas com a língua e com a identidade do grupo de falantes.

Na perspectiva dos estudos linguísticos, Moreno-Fernández (1998, p.180) pontua que a identidade possibilita a diferenciação de um grupo, povo e etnia. Desse modo, as atitudes, assim como a identidade linguística possuem caráter particular e, ao mesmo tempo, comunitário, pois partem do universo sociolinguístico de um falante, que está inserido em uma sociedade.

Em análise às sinalizações do autor, é possível depreender que o caráter sistêmico cultural e social da língua a coloca como um importante fator de identidade. Nesta linha de raciocínio, são pertinentes as observações feitas por Câmara Júnior (2004), de que a língua é em si mesma um dado cultural, compõe e ao mesmo tempo veicula a cultura.

---

<sup>5</sup> “además las actitudes influyen decisivamente em los procesos de variación y cambio lingüísticos que se producen em las comunidades de habla.” (FERNÁNDEZ, 1998, p.177)

<sup>6</sup> “La actitude lingüística es una manifestación de la actitude social de los individuos por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace em sociedad, y al hablar de ‘lengua’ incluímos cualquier tipo de variedad lingüística: actitudes hacia estilos diferentes, socioletos diferentes, dialectos diferentes o lenguas naturales.” (FERNÁNDEZ, 28, p.177)

Ainda tratando da ligação linguagem e identidade, retomamos Moreno-Fernández (1998) por concordarmos com a proposição do sociolinguista, de que há um lugar para a língua na definição da identidade, visto que uma comunidade se caracteriza pelo uso comum de uma variedade ou mais variedades linguísticas, determinadas como funcionais pelo grupo de falantes. Nesses termos, as atitudes tendem a reforçar ou omitir traços marcantes do falante ou da comunidade de fala da qual ele faz parte.

As atitudes linguísticas podem fortalecer ou desestimular o uso de uma variedade, a partir dos sentimentos que os falantes nutrem por ela. A língua é também uma ferramenta de poder, as variedades utilizadas em uma comunidade de fala representam os espaços de poder social e institucional.

Um exemplo disso pode ser comprovado no clássico trabalho que Labov (2008) desenvolveu, em 1963, em Martha's Vineyard, uma ilha da costa leste dos Estados Unidos. Ao empreender um estudo sobre uma mudança fonética verificada no inglês falado na ilha, Labov observou a incidência de fatores socioculturais no comportamento dos falantes; parte dos moradores que mostravam-se favoráveis à preservação da ilha tal como era antes do aumento do número de turistas na região, buscavam marcar a fala como forma de preservação a tradição do lugar, em vista disso, a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ operava como um marcador de identidade local. A pesquisa em Martha's Vineyard atesta que as atitudes podem fortalecer ou desestimular o uso de variedades linguísticas específicas, a partir dos sentimentos que os falantes nutrem pela sua língua ou pela sua comunidade de fala.

A língua é também uma ferramenta de poder, as variedades utilizadas em uma comunidade de fala representam os espaços de poder social.

As atitudes têm sido estudadas sob duas abordagens: a comportamentalista ou behaviorista e a mentalista. A perspectiva comportamentalista interpreta a atitude como uma conduta, uma reação ou resposta a um estímulo, por exemplo, diante de uma língua ou de uma situação sociolinguística específica, o falante apresenta um tipo de reação comportamental.

A concepção mentalista compreende a atitude como uma disposição mental, perante condições e fatos linguísticos concretos; nesse sentido, a atitude seria uma categoria intermediária entre um estímulo e o comportamento individual.

Os comportamentalistas utilizam como procedimento de estudo a observação direta das condutas objetivas; já os mentalistas recorrem às técnicas de maior

complexidade, as quais permitem desvendar algo tão intangível, como um estado mental (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998).

Na concepção mentalista, interpreta-se a atitude como uma disposição mental, não sendo possível observá-la diretamente, mas inferir por meios indiretos e diretos.

As medições indiretas são aplicadas sem que o falante tenha consciência do propósito da investigação, o modelo de medição indireta mais aplicado e conhecido é o *matched guise*, ou pares falsos. A técnica foi elaborada por Wallace Lambert, na década de 1970, com a finalidade de medir e inferir a atitude.

Inicialmente, Lambert e Lambert aplicaram o método de pares falsos (*matched guise*), a partir da reprodução de dois áudios que correspondiam à leitura de um texto escrito em duas línguas (francês e inglês) gravados por um falante bilíngue, das duas línguas em questão. Na reprodução do áudio, intercalava-se os textos, de maneira a sugerir que a reprodução da leitura tinha sido realizada por dois diferentes falantes. Com base na escuta das narrativas, os ouvintes deveriam atribuir características ao narrador, tais como simpatia/antipatia, inteligência/não inteligência, origem social, dentre mais qualidades.

A predominância de avaliação diferenciada para um mesmo falante evidenciou que a língua utilizada em cada texto exerceu influência nas atitudes do ouvinte.

O método direto costuma ser aplicado com uso de questionários ou de entrevistas. Quanto aos questionários podem ser dos tipos aberto ou fechado. Nos modelos abertos as perguntas são elaboradas de forma a permitir que os participantes da pesquisa forneçam respostas que julguem adequadas; já na estrutura fechada, limita-se às possibilidades de resposta que são oferecidas aos entrevistados.

Lambert e Lambert (1972) defendem que, na abordagem mentalista, as atitudes são inferidas, seja por meio da observação do comportamento das pessoas em situações sociais, ou pelos padrões de respostas a questionários, os quais são especialmente elaborados para refletirem prováveis modos de pensar, sentir e reagir a ambientes sociais concretos e reais.

O método de medições diretas, empregado nas pesquisas mentalistas, é realizado por meio de entrevistas e questionários. Os instrumentos de pesquisa podem apresentar estrutura aberta, semiaberta ou fechada. Para esta tese, adotamos a perspectiva mentalista, de medição direta.

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas, com a aplicação de um questionário semiaberto e nas observações do cotidiano dos participantes, na análise da relação entre o falante bilíngue e as línguas usadas por ele.

Foi dada preferência para a investigação dos componentes da atitude; conforme orientação da Psicologia Social percebemos elementos comportamentais ligados à Valoração (componente afetivo), Crença e saber (componente cognitivo) e a Conduta (componente conativo).

Entender as atitudes dos Kaingang em relação aos usos e valores das línguas indígena e portuguesa é um meio de compreender o *status* que essas línguas ocupam na consciência dos falantes e da comunidade de fala da qual fazem parte.

Ao tratar da relação de conflito entre as línguas indígenas e a língua oficial, nos espaços diglóticos do México, Hamel (1988) assinala que o conjunto de valores e representações que existem acerca da língua é um fator fundamental para a relação assimétrica que se estabelece na oposição entre língua dominante e língua dominada.

As línguas indígenas brasileiras estão em constante conflito linguístico dada as condições impostas pelos quadros de bilinguismo com diglossia comum nas aldeias; se de um lado há o interesse em manter viva a língua originária do povo, do outro há a necessidade de uso da língua portuguesa, para que seja possível ao falante circular em esferas sociais onde o português é a única variedade aceita. Portanto, a atitude do falante bilíngue e dos membros de sua comunidade de fala será fundamental para direcionar os rumos que as línguas seguirão, trata-se de uma situação conflituosa que envolve diversos fatores extralinguísticos, de ordens política e socioculturais.

De acordo com o que discutimos a respeito do tema atitudes linguísticas, podemos afirmar a necessidade e a importância da elaboração de trabalhos direcionados à análise e descrição de contextos de línguas em contato, como meio de verificar os fatores que vêm contribuindo para a vitalidade, processos de revitalização e desaparecimento de variedades linguísticas.

#### 3.4 BILINGUISMO INDIVIDUAL E BILINGUISMO SOCIAL: ALGUNS APONTAMENTOS

O conceito de bilinguismo é amplo e defendido em diferentes perspectivas. Bloomfield (1933) apresentou uma definição resumida para o fenômeno, conceituando o bilíngue com um indivíduo que possui total domínio de duas línguas, capaz de interagir perfeitamente em quaisquer delas. Desde que foi publicada, tal perspectiva

de bilinguismo tem sido contestada por diferentes teóricos, pois o modelo de falante ideal defendido por Bloomfield (1933) destoa da realidade percebida nas comunidades multilíngues, tendo em vista que os contextos de interação social são multiformes; diante disso, não necessariamente em uma situação comunicativa os falantes precisarão possuir um elevado nível de proficiência linguística para conseguirem interagir entre si.

Haugen (1953), por sua vez, defende o bilinguismo como uma condição na qual o falante é capaz de produzir sentenças completas significativas em outra língua, apesar de essa noção ser mais ampla do que a defendida por Bloomfield (1933), continua a ser limitada, até mesmo pela dificuldade em se estabelecer qual a fronteira para que uma sentença seja considerada completa, isso vai depender razoavelmente do contexto discursivo.

Ainda na década de 1950, Uriel Weinreich (1953) rompe com a ideia de falante bilíngue completo ou quase que completo, ao propor a aceção de bilinguismo como a capacidade de alternância de códigos, ou seja, a habilidade que falante possui de intercalar as línguas, de acordo com a necessidade comunicativa que o quadro interacional requer, nesse ensejo, o bilíngue não necessariamente deve ter total domínio linguístico das línguas com os quais têm contato.

Heye (1979) discorda das percepções de bilinguismo como fenômeno restrito e definido pela capacidade completa de dominância de duas línguas, defendendo o bilinguismo como uma condição linguística de existência de duas ou mais línguas no limite de uma mesma sociedade.

Nessa mesma linha de raciocínio, Grosjean (1982) complementa que os falantes bilíngues adquirem e utilizam suas línguas com diferentes propósitos, em diferentes situações de vida e com diferentes pessoas. Para esse autor, o bilinguismo está presente em praticamente todos os países, não se tratando de um fenômeno raro. Reforça que alguns fatores contribuem para que uma pessoa se torne bilíngue: processos de migração, casamentos interétnicos, pluralidade linguística em um mesmo território, dentre outros, sendo assim, um fenômeno complexo, que envolve mais do que uma habilidade puramente linguística, mas, antes, está atrelado a demandas psicossociais, culturais e linguísticas.

Como é possível observar, a temática do bilinguismo tem sido muito discutida no campo da linguagem. Compreendemos que as variadas percepções do fenômeno condizem com o tempo e o espaço das reflexões sugeridas, ressaltamos, porém, que

nesta tese seguimos as orientações teóricas que percebem o bilinguismo como algo dinâmico e gradativo (GROSJEAN, 1982, 2010; HEYE, 2003).

Diante dessa escolha, entendemos ser necessário observar as circunstâncias que promovem e consolidam nossos colaboradores como falantes bilíngues; o contato das línguas está então atrelado a conflitos sociolinguísticos diversos, em geral, motivados pela imposição da língua majoritária. Nesse lugar de tensão, instaura-se o bilinguismo social, caracterizado pela correlação de convivência de duas línguas num mesmo espaço (HAMEL, 1988). Essa relação não está livre de conflitos; pelo contrário, o espaço discursivo não é acionado de forma aleatória, mas mobilizado por vários fatores. Conforme, Braggio (2003, p 128):

A escolha da língua a ser usada entre os interlocutores bilíngues, nunca é ao acaso. Sempre segue regras sociolinguísticas e pode ter várias razões (entre elas os participantes, o tópico, o status dos interlocutores, o contexto situacional de lealdade de grupo, para marcar a identidade, para excluir um outro falante).

Moreno-Fernández (1998) pontua que, de uma perspectiva muito geral, pode-se falar em classes de bilinguismo: o bilinguismo individual e o bilinguismo social.

O bilinguismo individual se concebe e se explica, naturalmente, como um fenômeno característico de um indivíduo. Siguán e Mackey (1986) consideram como bilíngue uma pessoa capaz de se comunicar, com eficácia, em mais de uma língua, em geral, a primeira língua é a materna, ou uma variedade aprendida durante a infância. As características básicas do bilinguismo individual, apontadas pelos autores são:

- a) A independência dos códigos: manejo das línguas, uso espontâneo das variedades, com todas as regras que o levam a construir mensagens.
- b) Alternância: mudança de um sistema linguístico ao outro, em função dos interlocutores, das situações nos contextos comunicativos.
- c) Tradução: capacidade de expressar os mesmos significados por meio de dois sistemas, podendo traduzir um texto de uma língua para a outra, ou seja, poder transferir um mesmo significado de uma língua para a outra.

Moreno-Fernández (1998) observa que a concepção de *bilinguismo individual* defendida por Siguán e Mackey (1986) exige a definição de duas línguas, melhor dizendo, de dois códigos que sejam inteligíveis entre si e que sejam considerados

diferentes pelos falantes das comunidades que os utilizam e das que não os utilizam. Cabe mencionar que apesar dos estabelecidos parâmetros para definir o bilinguismo, não se pode considerar um modelo unívoco para a categorização de falante bilíngue, como bem postula Moreno-Fernández (1998); o que encontramos, na verdade, são indivíduos que se aproximam mais ou menos desse ideal de bilíngue, que transita por duas línguas.

Mackey (2000) ainda abordando essa questão, apresenta quatro variáveis a serem observadas ao se pensar no bilinguismo, quais sejam: i) o grau de conhecimento que o bilíngue possui das línguas das quais faz uso; ii) a função, relacionada à funcionalidade das línguas (para que e quando usá-las?); iii) alternância (em quais condições há a alternância das línguas e como e quando isso ocorre?); e iv) interferência (há a capacidade de manter as línguas separadas ou elas as juntam em determinado momento da comunicação?).

Diante dos apontamentos de Mackey (2000) entendemos que o bilinguismo individual é um fenômeno de caráter subjetivo, pois, ainda que o indivíduo esteja inserido na sociedade, pode ou não compartilhar de um ambiente definitivamente bilíngue. Essa situação muda de figura quando nos deparamos com um quadro de bilinguismo social, situação na qual toda uma comunidade é afetada pelo processo de contato entre línguas.

Moreno-Fernández (1998) defende que uma comunidade bilíngue pode ser definida por pessoas que em sua maioria falam mais de uma língua. Tal definição interpreta o bilinguismo coletivo como subsidiário ao bilinguismo individual. Mas, tanto em sua forma individual quanto na social, o bilinguismo implica em fatores sociais e psicológicos. O autor assinala que, ao tratar do bilinguismo social, é necessário acrescentar que nas comunidades há, em geral, uma distribuição de usos e funções da língua, fato que nos leva a distinguir as situações de bilinguismo e de diglossia, esta última entendida como uma desigualdade funcional das línguas. Nessa disfunção estão implicados diversos fatores: culturais (cultura predominante e cultura limitada); sociopolíticos (grupo de poder e grupo dominado) e linguístico (distância entre as línguas, inteligibilidade, difusão da língua, número de falantes no mundo).

Para Hamel (1988), o bilinguismo social consiste na existência de duas línguas no mesmo espaço sociocultural. Nesse quadro, o contato entre línguas é manifesto pelo contato entre os falantes. Entretanto, é necessário considerarmos que, nas

comunidades linguísticas bilíngues, a línguas estão em constante disputa por espaço; conseqüentemente, o conflito é uma característica peculiar ao contato.

Os sociolinguísticos catalães tiveram papel fundamental na argumentação de que o contato ocorre como um conflito. Tal posicionamento surge num momento de tensão política, quando os pesquisadores enfrentavam o desafio de lutar pela manutenção da língua catalã, no contexto de violência e repressão do regime franquista, o qual objetivava aniquilar o catalão, destruindo ou neutralizando suas fontes de codificação linguística e proibindo seu uso em público<sup>7</sup> (HAMEL; SIERRA, 1983).

A partir daí se explica o percurso desse grupo, que passou de uma atividade defensiva, semiclandestina, para uma posição de ofensiva e de certo poder político no atual governo da Catalunha, o qual enfrenta o problema delicado de propor uma legislação justa que respeite os direitos, tanto das maiorias catalãs, quanto das minorias falantes de espanhol, na Catalunha (HAMEL; SIERRA, 1983, p.96, tradução nossa)<sup>8</sup>

Conforme podemos observar, a luta pela manutenção de uma língua carregada de valores para seus falantes partiu deles mesmo; contudo, diferentemente de outros panoramas sociolinguísticos parecidos, a Catalunha já possuía certa representação política, que lhe favoreceu no processo de resistência pela vitalidade da sua língua.

No Brasil, a luta pela valorização e manutenção das línguas indígenas tem ocorrido de forma permanente, mas, diferentemente da condição da Catalunha, que dispõe de um aparato de Estado, as nações indígenas sofrem por conta do descaso governamental e pela ausência da efetivação de programas de valorização das línguas faladas pelos povos originários; mesmo com o empenho dos próprios indígenas para manterem vivas as suas línguas, ainda há muito a se percorrer nessa caminhada de construção de políticas linguísticas que assegurem o fortalecimento das diversas línguas mantidas pelas diferentes nações indígenas que povoam o nosso país.

---

<sup>7</sup> As publicações que marcam o uso do termo “conflito linguístico” partem de Aracil (1982 [1965]) e Ninyoles (1969).

<sup>8</sup> “De ahí se explica el itinerario de este grupo que pasó de una atividade defensiva, semi-clandestina, hacia una posición de ofensiva y un cierto poder político en el actual gobierno de Cataluña, por lo que enfrenta con el delicado problema de proponer una legislación justa que respete los derechos, tanto de las mayorías catalanas, como de las minorías hispanohablantes en Cataluña” (HAMEL; SIERRA, 1993, p.96.)

É importante destacar o papel da sociolinguística catalã para o debate acerca dos quadros de línguas em contato. Os primeiros trabalhos desses pesquisadores surgem paralelamente às divulgações dos estudos norte-americanos, provocando discussões contrárias ao conceito de línguas em contato (Weinreich, 1953) e de diglossia defendido por Ferguson (1959) e depois por Fishman (1972).

A respeito do conceito de línguas em contato sugeriu-se a substituição do termo para línguas em conflitos, haja vista que, em uma situação em que suas línguas estão a disputar território, o conflito está instaurado. Hamel (1988), inclusive, ressalta que o conflito linguístico não se trata de uma luta entre línguas, mas de uma disputa entre grupos diferenciados por fatores econômicos, sociais e étnicos.

### 3.5 DIGLOSSIA

Em 1953, Uriel Weinreich publica a obra *Languages in Contact*, um marco na história das ideias sociolinguísticas. A ênfase recaiu sobre os problemas do bilinguismo, entretanto, Weinreich não abordou o fenômeno sob uma perspectiva social, algo que merecia ser destacado.

Na esteira das reflexões a respeito do bilinguismo social, Ferguson (1959) introduz seu argumento acerca da diglossia, ao analisar a diferença funcional de duas ou mais variedades de uma mesma língua, utilizando como paradigma para sua proposição as situações linguísticas que envolvem o uso da língua árabe, a situação da Grécia (demótico e catarévussa), do Haiti (com a circulação do crioulo haitiano e o francês clássico) e a parte germanófona da Suíça (suíço alemão/alto-alemão). Conforme o pesquisador, nesses quadros linguísticos, a variedade informal (*Low*-falada no cotidiano, entre os familiares e amigos) e a variedade formal (*High*-institucionalizada, de prestígio) convivem em um mesmo espaço, sendo esse um fenômeno relativamente estável.

Em muitas comunidades linguísticas, as pessoas utilizam duas ou mais variantes de uma mesma língua em diferentes condições. Talvez o exemplo mais conhecido seja a língua padrão e o dialeto regional como são usados, por exemplo, no italiano ou no persa, onde muitas pessoas falam seu dialeto local em casa ou entre familiares e amigos da mesma área dialetal, mas usam a língua padrão quando em contato com pessoas de outros dialetos ou quando falam em público (FERGUSON, 1956, p. 99).

A definição de Ferguson estabelece algumas condições para a existência da diglossia:

1. **Função** social das variedades linguísticas:
2. **Prestígio** que as variedades possuem, o que determina a variedade *Hight*- Alta (A) e a variedade *Low*- Baixa (B)
3. **Herança Literária**: em cada uma das línguas definidoras a variedade A é a que possui grande acervo de produção literária.
4. **Aquisição**, a criança geralmente adquire a língua B em casa, mas, a educação escolar prioriza a variedade A.
5. **Padronização**, a língua A é que tem tradição de estudos gramaticais.
6. **Estabilidade**, a diglossia permanece estável por séculos, as tensões que surgem durante o percurso podem ser resolvidas pelo uso de formas linguísticas não codificadas, e por empréstimo de vocabulares entre as variedades A e B.
7. **Gramática**, marcada por diferenças aparentes entre A e B.
8. **Léxico**, em situação de diglossia é mais frequente que a variedade Alta possua um léxico culto e dicionarizado.
9. **Fonologia**, as fonologias das variedades A e B podem ser bem parecidas.

Fishman (1972) amplia o conceito de diglossia defendido por Ferguson, ao sugerir aplicar a situação não apenas entre duas variedades de uma mesma língua, mas em qualquer situação em que diferenças marcantes entre os sistemas linguísticos se correlacionem estritamente com a classe social ou com funções sociais.

A partir dessa definição, Fishman propõe quatro tipos de relações entre o bilinguismo e a diglossia:

1. **Diglossia e bilinguismo**: os falantes conhecem a forma Alta e a forma Baixa (cita o caso do Paraguai onde a grande maioria da população fala o Espanhol- variedade Alta e o Guarani- variedade Baixa).
2. **Bilinguismo sem diglossia**: paradigma diglósico em que numerosos bilíngues vivem em uma comunidade, mas não utilizam as formas linguísticas para usos específicos (a situação tende a ser transitória, haja vista se tratar de sociedades que vivem mudanças sociais rápidas ou grande

desenvolvimento social, como modelo cita as comunidades industrializadas que recebem diversos migrantes em busca de trabalho, conforme vai se passando as gerações, a língua da comunidade majoritária vai substituindo as línguas de emigração).

3. **Diglossia sem bilinguismo:** em que há a divisão funcional de usos entre duas línguas em uma comunidade, mas um grupo só fala a forma alta, e outro, só a baixa (situação comum em sociedades subdesenvolvidas e socialmente estáticas, tipo da Rússia czarista, onde os nobres falavam francês e o povo o russo).

4. **Nem diglossia, nem bilinguismo,** em que há uma só língua na comunidade (fenômeno raro, ocorre em sociedades isoladas e pequenas).

A diglossia apresentada por Ferguson (1956) e Fishman (1972) se assemelham por defender uma suposta estabilidade de conceito, deixando de lado as tensões provocadas pela situação de línguas em contato/conflito. Esse tem sido o motivo principal de questionamentos ao conceito apresentado pelos referidos autores.

Conforme Hamel e Sierra (1983), há dois pontos de referência que cristalizam e polarizam o debate acerca da diglossia. O primeiro é supor uma situação de contato não conflitiva, pois o conflito sempre existirá, de forma latente ou intensa. O segundo ponto discutível está relacionado à noção de uma diglossia estável, visto se tratar, na verdade, de uma situação de disputa entre variedades linguísticas, na qual a representante de maior poder sobrepujará à variedade de menor prestígio.

As conceituações de diglossia fergusoniana e fishmaniana estão voltadas à estrutura funcionalista da sociolinguística; devemos considerá-las como um marco importante para as reflexões a respeito das questões do bilinguismo social e dos contatos linguísticos. Contudo, é realmente questionável a possibilidade de um panorama diglótico linear e livre de conflitos.

Parece-nos ser inconcebível a tentativa de categorizar um quadro de bilinguismo sem antes observar toda a especificidade do contexto no qual o fenômeno ocorre. No caso das comunidades linguísticas minorizadas, o bilinguismo acontece como uma imposição, ainda que de um lado haja a intenção de manter a língua materna, nesse caso, a variedade Baixa, por outro lado, faz-se necessária a utilização

da língua oficial, variedade Alta, para o acesso de espaços fora daquela comunidade linguística.

Ainda assim, entendemos que categorizar a situação do Kaingang da TI-Apucarantina não é uma tarefa fácil, não podemos ignorar o fato de que para os indígenas o bilinguismo não foi uma opção, mas um meio de resistir, pois, enquanto utilizam as duas línguas, conseguem manter viva a variedade ancestral e, ao mesmo tempo, circular por lugares onde ela não é falada ou aceita. Nesse sentido, encaixar a situação complexa do conflito linguístico da TI-Apucarantina em uma linha de estudo não foi uma tarefa fácil.

Isso não ocorreu pela escassez de teorias que tratem da temática, muito pelo contrário, contamos com inúmeros trabalhos publicados, os quais trazem importantes contribuições para esse debate, o valor dessas pesquisas não está sendo por nós questionado. O que queremos assinalar é que, para a realidade de levantamentos sociolinguísticos direcionadas à situação de contatos/conflitos que envolvem o português e as línguas indígenas brasileiras, as teorias nos auxiliam na caminhada, mas ainda não são suficientes para nos levar a um destino.

Ao projetarmos as conceituações de bilinguismo individual/ social, conflito entre línguas e diglossia defendidas por diferentes teóricos, construímos um diálogo justamente com as ideias advindas de pesquisadores de situações diglósicas em contexto de resistência de povos indígenas.

Isto posto, analisamos os dados desta tese a partir de uma visão da linguagem como práticas discursivas, sustentadas na interação e nos arranjos sociais, em lugares de tensões motivadas por conflitos políticos e ideológicos que se refletem na língua. Diante disso, as propostas feitas pela sociolinguística de produção latina foi a escolha que mais se aproximou do caso que estamos estudando, sobretudo observando Hamel (1988), que já possui uma longa caminhada nas pesquisas direcionadas ao conflito linguístico que envolve línguas indígenas e línguas oficializadas, representantes de estados, tais como o México e o Brasil.

Por último, cabe a reflexão sobre a importância da produção de mais pesquisas que foquem nos quadros sociolinguísticos dos povos indígenas, a fim de favorecer a luta em prol de políticas afirmativas de valorização e manutenção das línguas faladas pelos representantes das centenas nações indígenas que ainda habitam o Brasil.

Tratamos a seguir sobre o percurso metodológico trilhado na pesquisa.

## 4 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta tese. Discorreremos acerca da escolha da localidade e dos participantes da pesquisa, dos meios e métodos aplicados na coleta e na análise dos dados.

### 4.1 A ESCOLHA DA LOCALIDADE

A pesquisa, como já explicado, foi realizada na Terra Indígena Apucarantina; tratamos melhor sobre a localidade na seção 2, quando foram abordadas questões históricas e culturais do povo Kaingang.

Por ocasião da nossa pesquisa de mestrado, com dissertação defendida no ano de 2013, passamos a ter um contato mais aproximado com moradores da Terra Indígena Apucarantina, considerando que nosso trabalho descreveu as classes dos nomes e dos verbos, da variedade linguística falada naquela localidade.

De forma paralela, começamos a participar, como colaboradora, de alguns projetos voltados à educação escolar indígena e de descrição de línguas indígenas, desenvolvidos na Universidade Estadual de Londrina. Assim, por meio das atividades dos projetos, pudemos experienciar momentos de interação com indígenas de diferentes etnias e localidades, em encontros, cursos e oficinas direcionadas para formação dos professores indígenas bilíngues, os quais atuam nas escolas das aldeias.

A partir da experiência de trabalho com diferentes povos indígenas, observamos que a condição sociolinguística das aldeias merecia maior atenção.

Tivemos a confirmação de que a Reserva Apucarantina seria um lugar simbólico para o desenvolvimento desta produção durante os momentos de diálogos que estabelecemos com alguns moradores, um processo moldado na percepção dos detalhes cotidianos dos falantes do Apucarantina, dos relatos acerca do uso em comum de duas línguas, que concorrem em um mesmo espaço, das situações desafiadoras motivadas pela situação do bilinguismo e das implicações desse cenário nas práticas sociais dos membros da comunidade pesquisada.

## 4.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na seleção dos participantes da pesquisa, consideramos a condição de os colaboradores terem nascido na Terra Indígena ou terem se mudado para lá ainda criança. Além desse critério, adotamos as variáveis extralinguísticas idade e gênero.

Para a variável idade, a pesquisa considerou três grupos de faixas etárias: 14 a 18 anos, 19 a 30 anos, mais de 31 anos. A escolha pautou-se em algumas hipóteses iniciais da pesquisa.

1. A primeira faixa etária 14 a 18 anos, possivelmente, permitiria abordar na pesquisa alguns jovens estudantes da educação escolar bilíngue, visto que esse grupo etário, normalmente, realiza os estudos nas escolas da aldeia, isso contribuiria com a familiarização de recursos midiáticos diversificados e, por consequência, possibilitaria um contato maior com a língua portuguesa.
2. Para a faixa etária de 19 a 30 anos supomos também que os participantes tivessem maior contato com a língua portuguesa, considerando que nesse grupo há a possibilidade de algum representante estar cursando o Ensino Superior ou trabalhando no entorno das aldeias ou em cidades próximas.
3. Os participantes da terceira faixa etária tenderiam a ter menos contato com a língua portuguesa, haja vista que a maior parte deles tem suas atividades estabelecidas na aldeia.

Quanto à variável gênero, estudos sociolinguísticos apontam para a relevância dos papéis desempenhado pelos sujeitos do gênero feminino e do gênero masculino, no que tange à manutenção de padrões linguísticos.

Apesar desses estudos empreendidos pela Sociolinguística Variacionista demonstrarem a importância da observação das variáveis linguísticas e extralinguísticas no processo de variação, não podemos desconsiderar que tais levantamentos, sistematicamente quantitativos, foram, em grande parte, realizados em sociedades ocidentais, as quais estabelecem uma relação social modelada em visões culturais próprias.

Pautados nessa reflexão, entendemos que o ambiente linguístico não é uniforme, sobretudo quando tratamos de um ambiente linguístico monolíngue e de um paradigma multilíngue, dito isso, é importante frisar que, nesta pesquisa, realizamos a análise da variável gênero, sob outro ponto de vista, o dos indígenas. Compreendendo que os papéis sociais de gênero homem e mulher devem ser percebidos por meio da observação dos costumes Kaingang.

Haja vista que, as sociedades indígenas são constituídas por modos de sentir, ver e agir próprios, milenares e que ainda guardam memórias ancestrais. Por esse motivo, precisamos romper com o costume de fazer pesquisa baseados, somente, nas experiências ocidentais, é preciso ouvir o indígena, observar os modos de organização das práticas socioculturais do grupo, relevar o contexto das análises, pois, afinal, somos estrangeiros nas terras indígenas, nosso lugar não pode representar o espaço de fala, precisamos estar dispostos a ouvir e a romper com ideias pré-concebidas.

A teórica indígena Linda Tuhiwai Smith (2018), da etnia Maori, da Nova Zelândia, ao explicar a respeito das abordagens de pesquisas nas terras indígenas, reforça que, para os povos indígenas, o termo “pesquisa” está indissociavelmente relacionado ao colonialismo e ao imperialismo europeu. Smith (2018) defende a descolonização das metodologias realizadas com comunidades indígenas. A autora comenta que, por séculos, as abordagens de estudos, realizadas com os povos originários, ocorreram de maneira impositiva e desproporcional, desconsiderando os saberes desses povos.

Na tentativa de não somente observar, mas também de adotar uma nova postura no processo de nossa pesquisa, voltamo-nos, com maior atenção, às pesquisas de caráter sociolinguístico, realizadas com povos indígenas. A intenção é propor quadros comparativos entre essas sociedades, de forma a considerar a proximidade das relações culturais estabelecidas entre as nações indígenas do Brasil. Perante essa ideia, recorreremos a trabalhos nos quais foi verificado o funcionamento da língua indígena, de acordo com o gênero do falante.

Segundo Borges (2004), embora vários estudos comprovem que quase todas as línguas do mundo, em maior ou menor grau, façam distinção entre as falas feminina e masculina, as línguas indígenas são as que demonstram de forma mais categórica essa oposição. A autora referencia o caso da língua Xavante, pertencente à família

linguística Jê, que registra algumas oposições no que refere aos pronomes e advérbios da língua.

Em relação à língua Karajá, umas das famílias do Tronco Macro-Jê, Borges (1997; 2004) ressalta algumas diferenças fonológicas verificadas nas falas feminina e masculina.

Também a respeito da língua Karajá, ao analisar a situação sociolinguística de duas comunidades indígenas dessa etnia, Silva (2001, p.50-52) faz um importante apontamento a respeito da fala das mulheres em relação à fala dos homens.

A língua Karajá possui uma particularidade que convém assinalar: a mulher tem um modo de falar diferente do homem. Essa diferença manifesta-se no nível fonológico. Essa norma é uma convenção consagrada entre esse povo. O homem ou a mulher só pode usar a fala do sexo oposto quando está citando algum comentário de pessoa do outro sexo.

Silva (2001) ainda complementa afirmando que a divisão linguística dos Karajá, marcada de forma fonológica para diferenciar a fala feminina da fala masculina, demarca os espaços e as ações socioculturais das mulheres e dos homens, nas aldeias. Dessa forma, nas relações cotidianas e formais, a língua ressalta os papéis de gênero dentro daquela sociedade indígena.

Este é um dos exemplos que nos fez eleger a variável gênero em nossa pesquisa, considerando que a construção social dos Kaingang está relacionada às práticas ancestrais do grupo. Os filhos aprendem o Kaingang com as mães, pois a criança fica na maior parte do tempo em companhia das genitoras. Os homens também falam a língua materna com os filhos, mas o papel da mulher é extremamente relevante na condução do ensino da língua indígena, visto que, somente na fase escolar, já no fim do Ensino Fundamental I, as crianças passam a ter um maior contato com o português.

No início da coleta de dados, pretendíamos trabalhar com 24 colaboradores, porém, em meio à preparação de nossa possível estadia na aldeia, fomos surpreendidos pela necessidade de isolamento social, como medida de segurança sanitária preventiva, por conta de uma pandemia global.

Tal situação afetou de forma impactante o modo de organização de toda a sociedade, e a ciência não ficou alheia a isso. O momento exigiu uma reestruturação do nosso fazer investigativo; se antes já nos preocupávamos com o fato de adentrar

um espaço habitado por povos tradicionais, de maneira a não nos posicionar de modo invasivo nas relações socioculturais que permeiam a vivência deles, a partir das novas regras sociais, esse cuidado aumentou e, infelizmente, não foi mais possível a nossa permanência na TI-A.

Diante desse cenário, realizamos um número menor de entrevistas; a partir da combinação das variáveis idade e gênero, obtivemos 12 interlocuções dirigidas.

Um esquema resumido do perfil dos participantes entrevistados é apresentado a seguir (itens 1 a 12), considerando-se as seguintes notações: a) para o sexo do participante, letras maiúsculas: 'M' (masculino) e 'F' (feminino) e b) para a faixa etária, algarismos: '1' (faixa etária 1), '2' (faixa etária 2) e '3' (faixa etária 3). Dessa forma, por exemplo, o participante 1 é representado pela sigla '1.M.1', ou seja, trata-se de um homem da faixa etária 1 (14 a 18 anos): O quadro a seguir, resume melhor essas informações.

**Quadro 2:** Perfil Resumido dos colaboradores da pesquisa

<b>1º Grupo 14 a 18 anos</b>	<b>2º Grupo 19 a 30 anos</b>	<b>3º Grupo + de 30 anos</b>
Participante 1: M.1 Participante 2: F.1 Participante 3: M.1 Participante 4: F.1	Participante 5: M.2 Participante 6: F.2 Participante 7: M.2 Participante 8: F.2	Participante 9: M.3 Participante 10: F.3 Participante 11: M.3 Participante 12: F.3

Fonte: A autora.

O Quadro 3 mostra o perfil dos participantes de forma mais detalhada, incluindo dados como a escolaridade e profissão.

**Quadro 3: Matriz dos participantes Kaingang**

Participante	Gênero	Idade	Escolaridade	Profissão	Língua Materna	Língua (s) Que Fala
1 Grupo 1	Masc.	16 anos	Fundamental	Estudante	Kaingang	Kaingang Português
2 Grupo 1	Fem.	14 anos	Fundamental	Estudante	Kaingang	Kaingang Português
3 Grupo 1	Masc.	18 anos	Fundamental	Estudante	Kaingang	Kaingang Português
4 Grupo 1	Fem.	17 anos	Fundamental	Estudante	Kaingang	Kaingang Português
5 Grupo 2	Masc.	26 anos	Médio	Artista visual	Kaingang	Kaingang Português
6 Grupo 2	Fem.	23 anos	Médio	Estudante	Kaingang	Kaingang Português
7 Grupo 2	Masc.	23 anos	Fundamental	Produção de vassouras	Kaingang	Português Kaingang
8 Grupo 2	Fem.	25 anos	Superior	Professora	Kaingang	Português Kaingang
9 Grupo 3	Masc.	32 anos	Ensino Médio	Trabalhador temporário	Kaingang	Português Kaingang
10 Grupo 3 Margarida	Fem.	34 anos	Cursou magistério	Professora bilíngue	Kaingang	Português Kaingang
11 Grupo 3	Masc.	65 anos	Fundamental	Liderança/ Ancião	Kaingang	Português Kaingang
12 Grupo 3	Fem.	47 anos	Não alfabetizada	Artesã	Kaingang	Português Kaingang

Fonte: A autora.

#### 4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO: OS MEIOS E OS MÉTODOS DA PESQUISA

Os métodos escolhidos para uma pesquisa assinalam os objetivos propostos pelo pesquisador. Para fundamentar a coleta de dados, análises e descrições, recorreremos aos pressupostos metodológicos que são comumente empregados numa investigação de cunho sociolinguístico, especialmente no que tange à descrição das atitudes linguísticas observadas entre falantes, num espaço onde ocorre o bilinguismo e, por consequência, a diglossia.

Buscamos nos apoiar em um paradigma de análise favorável para a descrição de um contexto sociolinguístico, relacionado a uma comunidade indígena. Neste

ensejo, consideramos alinhar a visão etnográfica junto com os métodos empreendidos pela sociolinguística, como paradigma para o desenvolvimento deste trabalho.

Compreendemos que um estudo no qual o foco principal volta-se à descrição de um espaço sociolinguístico complexo, observado entre os membros de um grupo etnocultural específico e diferenciado, deve ter em conta o fato de que a língua está intrinsecamente ligada a quesitos socioculturais.

Neste sentido, é importante mencionar as palavras de Benveniste (1989, p.93), quando o autor trata da relação entre língua/linguagem e sociedade.

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra. Pareceria que se pudesse ou mesmo devesse estudá-las em conjunto, uma vez que em conjunto elas nasceram (BENVENISTE, 1989, p.93)

Atentos às palavras de Benveniste, acreditamos que, ao analisarmos a conjuntura linguística dos moradores da Terra Indígena do Apucarantina, estamos também observando os diferentes aspectos socioculturais que perfazem a identidade daquela comunidade de fala.

Por essa razão, nosso trabalho atenta-se aos métodos de análise da etnografia; isso não significa afirmar que as condições de uma pesquisa sociolinguística foram postas em segundo plano, considerando que o nosso foco de descrição repousa sobre a relação entre língua e sociedade. Dessa maneira, ao observarmos os fenômenos linguísticos, também levamos em conta as condições socioculturais que operam no processo de manutenção do bilinguismo com diglossia, na comunidade pesquisada.

O objetivo precípua desta tese é compreender quais os fatores que têm motivado a manutenção do kaingang como primeira língua, na aldeia do Apucarantina, em uma condição na qual a língua portuguesa cada vez mais se faz presente nos territórios indígenas, seja por meio de contato direto com os não indígenas ou por meio dos recursos midiáticos.

Outras indagações, que se juntam a principal, é entender qual é o papel que as línguas Kaingang e portuguesa ocupam na consciência dos falantes e de que forma

está colocada a temática do bilinguismo no espaço da Terra Indígena do Apucarantina.

A partir das perguntas apresentadas, iniciamos a constituição do *corpus* da pesquisa. Nesse sentido, utilizamos de técnicas multifatoriais para a coleta de dados: observação, diário de campo, elaboração de questionário e entrevistas.

No início das observações atentamo-nos, principalmente, ao modo como se dão as interações linguísticas entre os membros da comunidade pesquisada. Nesse primeiro momento, nossa observação ficou contida somente em examinar as práticas cotidianas de alguns moradores da TI; fizemos isso durante 3 dias intercalados, nas ocasiões íamos para a TI e permanecíamos lá durante o dia. Neste tempo, realizamos anotações em nosso diário de campo, com a finalidade de posteriormente analisar os dados em consonância com os demais instrumentos aplicados à pesquisa.

Após esse período de observação passamos a observar de forma sistêmica, ou seja, de forma controlada e planejada. Nesta etapa, propusemos aos nossos colaboradores assuntos mais direcionados para o uso cotidiano das línguas indígena e portuguesa, introduzimos interpelações direcionadas à análise da pesquisa, as interações foram registradas em diário de campo.

Nesse período de observação sistematizada, fomos 3 vezes para a aldeia, em duas dessas ocasiões passamos a maior parte do tempo acompanhando os professores indígenas durante as atividades escolares, depois íamos às casas dos nossos colaboradores da pesquisa. Consideramos que a observação não se tratou somente de uma fase como término estabelecido em nossa pesquisa, mas de um *continuum*, isto porque, mesmo na utilização dos outros métodos empregados para a constituição do *corpus*, colocamo-nos sempre como observadores, com muita cautela, a fim de evitar a interferência da pesquisadora nas ações responsivas dos participantes da pesquisa.

Após as fases de observação, passamos à elaboração de um roteiro para as entrevistas. Em conversas informais com nossos colaboradores, compreendemos que a primeira ideia que tivemos para um questionário trazia questões muito complexas para serem respondidas.

Compreendemos naquele momento que estávamos pensando do nosso lugar de falante de uma língua tida como oficial no país. Essa reflexão deslocou nosso olhar para as peculiaridades que devem ser respeitadas neste trabalho. A principal delas é que não somos falantes da língua nativa dos Kaingang, outra constatação importante

é que os Kaingang são pragmáticos, mesmo quando conversam entre si, portanto um roteiro de entrevista longo e com perguntas abertas não significaria, necessariamente, a obtenção de respostas longas, até mesmo pelo fato de o português ser a segunda língua e, como resultado, a variedade que eles usam com menor frequência.

A partir dessas considerações, passamos a recolher, na literatura da área, sugestões de questionários já aplicados em pesquisas semelhantes às que desenvolvemos. Recorremos ao inquérito aplicado por Braggio (1992) e depois retomado por Silva (2001).

Trata-se de instrumento objetivo composto por 26 questões relacionadas aos conhecimentos que os Kaingang têm sobre a língua indígena e a língua portuguesa, os momentos específicos em que se dá o uso de cada uma das línguas, qual a variedade que os falantes apresentam maior preferência.

O início do questionário traz informações a respeito do participante: nome completo, sexo, idade, escolaridade, profissão e grupo clânico. Apesar de questionarmos os nomes dos entrevistados, essa informação nos serviu apenas como controle dos dados, as identidades dos participantes da pesquisa não foram divulgadas. A parte das inquisições, propriamente voltadas às análises, é composta por 26 perguntas. As 21 primeiras estão divididas pelos eixos: Facilidade linguística no Kaingang; Facilidade Linguística na Língua Portuguesa; Uso da língua nos domínios sociais da aldeia (da família, trabalho, entre os amigos, nos espaços religiosos).

No eixo “Facilidade linguística no Kaingang”, levantamos os seguintes questionamentos: Você pode entender uma conversa em Kaingang? Você fala Kaingang? Você pode ler em Kaingang? Você pode escrever em Kaingang?

A mesma linha de indagações aparece para a sondagem da Facilidade linguística do português: Você pode entender uma conversa em português? Você fala português? Você pode ler em português? Você pode escrever em português?

A utilização do verbo “poder” nas indagações que tratam da facilidade linguística não foi puramente uma escolha lexical; o verbo em questão está associado ao sentido de o falante possuir uma escolha, pois o poder está interligado à liberdade. O poder não é uma capacidade inata, ele vai sendo construído e alcançado a partir das experiências culturais e políticas vivenciadas pelos sujeitos. Compreendemos que o uso do verbo “saber” passaria aos falantes, pelos menos nas interpelações da tese, a noção de que eles necessitariam ter um conhecimento aprofundado sobre as

línguas, de modo a desenvolver oralidade e escrita perfeitas, visão que impactaria nas respostas e nos faria voltar à visão bloomfieldiana de bilinguismo, que sugere um falante ideal, uma noção que não buscamos reforçar na tese.

Entender que as práticas de oralidade, leitura e escrita bilíngues podem ser assimétricas entre si é fundamental ao considerarmos que o falante bilíngue não necessariamente deva possuir um conhecimento perfeito, hermético e definitivo das línguas que usa, até porque as línguas nativa e segunda servem a propósitos diferentes no processo discursivo.

Para entender o espaço de uso das línguas, nos domínios sociais da comunidade, realizamos as seguintes interrogações: Qual a primeira língua que você aprendeu quando era criança? Que língua você mais usa em casa para falar com os adultos? Que língua você mais usa em casa para falar com as crianças? Quando você era criança, em qual língua os velhos falavam com você? Qual a língua que é falada na igreja (culto ou na missa)? Nas reuniões políticas em qual língua as lideranças falam? Qual língua é falada nos rituais e nas festas? Que língua você fala com mais facilidade? Que língua você usa mais em casa para escrever? Que língua você usa no trabalho para falar com seus colegas? Que língua você fala com pessoas que tem sua idade, na aldeia? Qual das línguas é mais falada pelas crianças? Qual a língua é mais falada pelos velhos?

Além desses eixos específicos, inquirimos acerca do uso das línguas no processo de ensino e aprendizagem bilíngue, no domínio da escola (Qual língua deve ser ensinada na escola? Qual língua os professores devem usar nas aulas?) e finalizamos com três perguntas abertas, sobre a valorização das línguas e de outros falantes indígenas (Quem fala melhor o português, os indígenas do Apucarantina ou das outras aldeias? Você tem mais confiança em um indígena que fala a língua Kaingang ou em um indígena que só fala a língua portuguesa? Qual é a língua mais bonita? Por quê?)

Para a aplicação do questionário, estivemos, presencialmente, na aldeia, na data do dia 09 de fevereiro de 2020. Na ocasião conseguimos realizar seis entrevistas. O processo de coleta de dados não se tratou de algo simples, mesmo que tenhamos estreitado os laços de amizade e respeito com os moradores da terra indígena, a abordagem ao participante e a solicitação de respostas específicas demandou tempo e perseverança por parte da pesquisadora.

Esperávamos realizar todas as entrevistas até o final do mês de março do ano de 2020, todavia, em meio a preparação de nossa possível estadia na aldeia, ocorreu a decretação de isolamento social, por conta da pandemia do novo coronavírus.

Retomamos a coleta de dados no segundo trimestre de 2020, ainda em situação de isolamento social, de forma remota, as entrevistas foram coletadas por meio dos aplicativos *Messenger* e *WhatsApp*. Os entrevistados aceitaram colaborar com a pesquisa, respondendo ao questionário nos moldes da interação remota, proporcionada pelo uso das redes sociais.

Cabe mencionar que contamos com a colaboração direta da professora Damaris Kanĩnsãnh Felisbino, que nos auxiliou nesse processo, aplicando os questionários. É importante esclarecer que a professora reside na aldeia e cumpriu o isolamento social junto dos seus familiares, na terra indígena. Dessa forma, não contrariamos em nenhum momento as recomendações sanitárias, impostas pelos órgãos de saúde.

O *corpus* desta pesquisa é composto por: (i) por registros realizados durante nosso processo de observação, na aldeia; (ii) estruturação do instrumento de pesquisa; (iii) coleta dos dados.

Para a transcrição das falas dos colaboradores, consideramos os seguintes registros: i) os intervenientes no inquérito devem ser indicados da seguinte maneira: Pesquisadora e Sigla do Participante ou quando se tratar das narrativas livres: Pesquisadora e Nome (fictício) dos colaboradores; ii) o texto será pontuado com moderação; iii) uso de reticências para hesitações e pausas longas; iv) recursos não verbais empregados pelo participante, entre chaves, v) uso de parênteses para isolar explicações acrescentadas às respostas.

Abaixo, trazemos o trecho de uma das entrevistas, para melhor exemplificar as anotações.

**Pesquisadora:** Qual língua você acha que deve ser ensinada na escola?

**Colaborador:** Na minha opinião temos que aprender as duas línguas o Kaingang e o português, entre outras matérias, ( mas, nesses escolas tem uma semana cultural que é outra aula só de Kaingang que é festa de emĩ que eles faz, e a festa do pãĩ que os alunos descem o rio Tibagi e ficam acampados no beira do rio).

Após a organização e sistematização dos dados da pesquisa, passamos para o processo de análise.

## 5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa, analisamos e descrevemos as atitudes linguísticas dos Kaingang, considerando a condição de facilidade linguística das línguas em uso. Em nossa análise, relevamos a situação sociolinguística da terra indígena, a partir da observância do uso das línguas, nos domínios linguísticos (família e aldeia) acessados pelos falantes indígenas.

### 5.1 AS FACILIDADES LINGUÍSTICAS: O BILINGUISMO NA PRÁTICA DISCURSIVA DOS KAINGANG

Para Grosjean (1994), bilíngues são pessoas que fazem uso de duas ou mais variedades linguísticas em seu cotidiano. Ele pontua que, em situações de contato, é raro que todas as facetas da vida cotidiana requeiram o uso da mesma língua, os falantes bilíngues seguem um arranjo linguístico, melhor dizendo, fazem uso de determinada variedade em um determinado ambiente, enquanto utilizam a outra língua em outros espaços. Heye (2003) pondera que a constituição de um falante bilíngue é específica a cada pessoa; dada a instabilidade do bilinguismo, o falante faz uso das variedades que conhece, de acordo com a funcionalidade que cada uma ocupa em sua vida diária.

Conforme mencionamos na seção que tratamos da metodologia da tese, os participantes desta pesquisa são bilíngues ativos, ou seja, falam as duas línguas. Todos têm o Kaingang como língua materna e tiveram contato com o português em um segundo momento.

Os dados da pesquisa demonstraram que todos os participantes entendem e falam a língua materna, algo que já era esperado, considerando ser essa a variedade que eles primeiro aprenderam no seio da família, além de ser a língua de uso comum nos espaços sociais da aldeia. Conforme mostram os dados.

**Quadro 4:** Facilidade linguística no Kaingang: Você pode entender uma conversa em Kaingang?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1.M.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim
Participante 2: F.1 Sim	Participante 6: F.2 Sim	Participante 10: F.3 Sim
Participante 3: M.1 Sim	Participante 7: M.2 Sim	Participante 11: M.3 Sim
Participante 4: F. Sim	Participante 8: F.2 Sim	Participante 12: F.3 Sim

Fonte: A autora

**Quadro 5:** Facilidade linguística no Kaingang: Você pode falar em Kaingang?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1.M.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim
Participante 2: F.1 Sim	Participante 6: F.2 Sim	Participante 10: F.3 Sim
Participante 3: M.1 Sim	Participante 7: M.2 Sim	Participante 11: M.3 Sim
Participante 4: F. 1 Sim	Participante 8: F.2 Sim	Participante 12: F.3 Sim

Fonte: A autora

Os dados apontam para uma resposta unânime entre os participantes, todos falam e compreendem muito bem o Kaingang. Mas houve variação nas respostas sobre a facilidade linguística concernente a leitura e a escrita na língua materna, o que já esperávamos, tendo em conta o fato de que no **Grupo 3**, que concentra os participantes de idade superior ao 31 anos, temos um participante não alfabetizada, não sendo portanto possível para nossa participante da pesquisa, o desenvolvimento de competência necessárias para a participação efetiva nas práticas sociodiscursivas de escrita e leitura.

**Quadro 6:** Facilidade linguística no Kaingang: Você pode ler em Kaingang?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1.M.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim
Participante 2: F.1 Não	Participante 6: F.2 Sim	Participante 10: F.3 Sim
Participante 3: M.1 Sim	Participante 7: M.2 Sim	Participante 11: M.3 Sim
Participante 4: F.1 Sim	Participante 8: F.2 Sim	Participante 12: F.3 Não

Fonte: A autora.

**Quadro 7:** Facilidade linguística no Kaingang: Você pode escrever em Kaingang?

Resposta Grupo 1	Resposta Grupo 2	Resposta Grupo 3
Participante 1.M.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim
Participante 2: F.1 Pouco	Participante 6: F.2 Sim	Participante 10: F.3 Sim
Participante 3: M.1 Sim	Participante 7: M.2 Sim	Participante 11:M.3 Sim
Participante 4: F. 1 Sim	Participante 8: F.2 Sim	Participante 12: F.3 Não

**Fonte:** A autora.

Entre os colaboradores da faixa etária de 14 a 18 anos, houve uma negativa para a facilidade em leitura do Kaingang; a resposta foi dada por uma adolescente de 14 anos que está cursando a 7<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, a mesma participante afirmou ter dificuldades também na escrita do Kaingang. Dentre os membros do grupo 2 (19 a 30 anos), todos responderam positivamente aos questionamentos que versam sobre a facilidade linguística da escrita e da leitura do Kaingang. Entre os representantes do 3<sup>o</sup> grupo (31 anos ou mais) ocorreram dois padrões de respostas: 3 participantes afirmaram ter facilidade linguística na escrita e na leitura do Kaingang e 1 colaboradora respondeu não ter facilidade alguma com a escrita e tampouco com a leitura da língua Kaingang.

Quanto ao resultado negativo em relação à escrita e a leitura do kaingang, precisamos elucidar alguns pontos consideráveis para a análise. Mesmo que tenha respondido que não possui essas habilidades, a colaboradora do primeiro grupo (mulher, 14 anos), primeiramente nos explicou que sabe ler, mas não consegue entender os enunciados escritos em Kaingang, disse que também escreve um pouco em kaingang. Tal posicionamento da falante aponta para a possibilidade de que essa participante mensure o seu grau de proficiência na língua, partindo dos parâmetros utilizado na escola, em especial apregoados nas aulas de língua portuguesa; em uma idealização do bilingue como um ser perfeitamente capacitado a utilizar a língua de forma plena, tanto nas práticas orais quanto nas escritas.

Grosjean (1994) observou que as pesquisas sobre bilinguismo têm sido, em grande parte, conduzidas do ponto de vista das línguas do bilíngue, individual ou separadamente; diante disso, muitos bilíngues avaliam suas competências linguísticas como sendo inadequadas, esforçam-se para atingir os padrões monolíngues, ou seja, não se percebem como bilíngues, mesmo que, diariamente, usem duas (ou mais) línguas.

Mais uma vez, a educação escolar aparece como uma forte influência na construção simbólica dos educandos, uma vez que devemos considerar o fato de a adolescente estar cursando um período escolar no qual as aulas de português são divididas com as aulas de kaingang e que os textos que circulam com maior visibilidade, nos domínios sociais da terra indígena, são os de língua portuguesa.

Isso coopera para a padronização de níveis de leitura e escrita e para o sentido de que o bilinguismo somente ocorre quando há equiparação dos graus de facilidades linguísticas, entre o português e o kaingang, ou seja, o falante não parte da língua indígena como ponto de análise para as competências linguísticas, mas, do português, em sua variante formal, que é a ensinada na escola. Esse entendimento é ainda mais reforçado no processo educacional institucional, visto que, no ambiente escolar os atos de escrita estão, geralmente, relacionados com a variedade dominante.

Ainda que o ensino bilíngue seja uma realidade para os indígenas da TI-Apucarantina, não podemos ignorar o fato de que pouco se escreve em kaingang fora do domínio escolar; nas redes sociais, por exemplo, um ambiente de interesse e de acesso frequente pelos mais jovens, os atos de escrita, majoritariamente, acontecem em português.

Ainda em relação à leitura, é preciso também considerar a falta de materiais impressos na língua kaingang, as literaturas que circulam na aldeia são, predominantemente, escritas em português (panfletos eleitorais, embalagens com nomes de lojas ou comércios, rótulos de alimentos, livros e materiais didáticos, textos escritos em redes sociais, dentre outros).

A escola continua sendo um espaço onde circula a escrita kaingang, nos anos iniciais do Ensino Fundamental de forma mais preponderante, a partir do momento que se inicia o ensino bilíngue, o português também ganha espaço, não somente nos materiais de leitura direcionados às aulas de língua, mas, também nos materiais didáticos das outras disciplinas da grade curricular.

A negativa da colaboradora em relação ao conhecimento da escrita da língua materna também reflete a superestimação que a língua oficial vem ocupando nos espaços em que convive com as línguas minorizadas. A escrita é um ato de poder; diante disso, o falante pode sugerir, ainda que de forma inconsciente, que, para ter total domínio da escrita, necessariamente deve ter total domínio da fala, o que, como já afirmamos na seção sobre o bilinguismo, é uma falácia.

Frente a essas constatações, compreendemos que nossa colaboradora possui facilidade linguísticas nas práticas discursivas orais do kaingang; entretanto, tal condição não se aplica às práticas de escrita e de leitura da língua. A ideia de leitura que a falante concebe é a de decodificação do código escrito, e não de letramento.

Já para o segundo grupo, todos responderam positivamente para a facilidade linguística com a escrita e a língua Kaingang, algumas considerações são relevantes para a compreensão desses dados.

Nesse grupo de colaboradores estão jovens que possuem representatividade considerável junto à comunidade, principalmente entre os mais novos. Chamou-nos atenção a forma como dois desses participantes interagem em suas mídias sociais; eles, geralmente, fazem postagens em kaingang, com tradução para o português. Essa tendência merece a atenção de nova pesquisa em outro momento. O que constatamos, a partir dos dados, é que os participantes do segundo grupo, reconhecem possuir facilidade linguística na leitura e na escrita do kaingang, apesar de não utilizarem tais habilidades com a mesma frequência que usam a do português.

Para o terceiro grupo, a variação das respostas demonstra a diversidade sociocultural dos colaboradores e comprova o quanto é imprecisa a ideia de nivelar o falante bilingue, partindo do pressuposto de que membros de uma mesma comunidade de fala tendem a se encaixar num mesmo grau de proficiência linguística, dado ao simples fato de partilharem o mesmo espaço físico e pertencerem a um mesmo grupo étnico.

Os quatro colaboradores do **Grupo 3** são moradores conhecidos por todos na terra indígena, dada a representatividade social que cada qual desempenha, algo que para os indígenas não está relacionado ao grau de escolaridade ou conhecimento acadêmico, mas, à sabedoria e aos traços ancestrais que cada um desses sujeitos faz questão de ensinar aos mais jovens. Era esperada uma oscilação nas respostas dadas pelos participantes para as facilidades de escrita e leitura, considerando a questão da escolaridade dos colaboradores, das duas mulheres desse grupo, uma é professora bilíngue (**10: F.3**), enquanto a outra é uma artesã (**12:F.3**), que não foi alfabetizada. Entre os homens, o mais jovem (**9: M.3**), concluiu o Ensino Médio, mas, relatou que pouco faz uso da leitura e da escrita Kaingang, ainda assim, afirmou ter facilidade tanto na escrita quanto na leitura dessa língua. O colaborador mais velho do grupo (**11:M.3**) foi professor alfabetizador, ensinou a escrita e leitura da língua kaingang por anos. Atualmente exerce papel de liderança na aldeia, teve que parar

de lecionar pois não conseguiu realizar um curso superior. Segundo ele nos contou, tentou por algumas vezes iniciar cursos de licenciatura, mas, não se adaptou ao modelo de ensino aplicado nas universidades. Ainda assim, continua a ser um grande colaborador para o ensino da língua kaingang, visto que, mesmo que não seja um professor licenciado, continua a ser um grande conhecedor de sua língua materna.

Na sondagem da facilidade linguística no português, concernente às práticas orais, os dados se apresentaram das seguintes formas:

**Quadro 8:** Facilidade linguística no Português: Você pode entender uma conversa em Português?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1: M.1 Sim Participante 2: F.1 Sim Participante 3: M.1 Sim Participante 4: F.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim Participante 6: F.2 Sim Participante 7: M.2 Sim Participante 8: F.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim Participante 10: F.3 Sim Participante 11: M.3 Sim Participante 12: F.3 Sim

Fonte: A autora.

**Quadro 9:** Facilidade linguística no Português: Você pode falar em Português?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1: M.1 Sim Participante 2: F.1 Sim Participante 3: M.1 Sim Participante 4: F. 1 Sim	Participante 5: M.2 Sim Participante 6: F.2 Sim Participante 7: M.2 Sim Participante 8: F.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim Participante 10: F.3 Sim Participante 11: M.3 Sim Participante 12: F.3 Sim

Fonte: A autora.

Todos os colaboradores da pesquisa consideram-se aptos para as práticas orais na língua portuguesa, os do primeiro grupo destacam as relações na escola como exemplo da condição de falar e entender um diálogo em português. Para as práticas de escrita e leitura, houve variação nos resultados.

**Quadro 10:** Facilidade linguística no Português: Você pode ler em Português?

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
Participante 1: M.1 Sim Participante 2: F.1 Pouco Participante 3: M.1 Sim Participante 4: F.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim Participante 6: F.2 Sim Participante 7: M.2 Sim Participante 8: F.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim Participante 10: F.3 Sim Participante 11: M.3 Sim Participante 12: F.3 Não

Fonte: A autora.

**Quadro 11:** Facilidade linguística no Português: Você pode escrever em Português?

<b>Resposta Grupo 1</b>	<b>Resposta Grupo 2</b>	<b>Resposta Grupo 3</b>
Participante 1: M.1 Sim	Participante 5: M.2 Sim	Participante 9: M.3 Sim
Participante 2: F.1 Pouco	Participante 6: F.2 Sim	Participante 10: F.3 Sim
Participante 3: M.1 Sim	Participante 7: M.2 Sim	Participante 11: M.3 Sim
Participante 4: F. 1 Sim	Participante 8: F.2 Sim	Participante 12: F.3 Muito Pouco

**Fonte:** A autora.

Os dados revelam uma aproximação com a sondagem sobre as facilidades linguísticas no kaingang; novamente, a habilidade nas práticas de leitura e escrita destoam da habilidade das práticas orais. As dimensões sociais ligadas ao processo de ensino e aprendizagem escolar reverberam nos dados: às dificuldades linguísticas, com base nos parâmetros da educação escolar (**Participante 2: F.1**) e o não acesso à educação escolar (**Participante 12: F.3**).

A **Participante 2: F.1** nos relatou ter muitas dificuldades nas aulas de língua, principalmente quando envolve a gramática, tanto do português quanto do kaingang. É necessário considerarmos as diferenças estruturais linguísticas assinaladas entre o português e o kaingang, um fator determinante para explicar as dificuldades de aprendizagem comum entre os alunos de escolas indígenas bilíngues. Percebemos que nossa colaboradora ainda não alcançou, em nível considerável, as competências linguísticas relacionadas à escrita tanto do português quanto do Kaingang.

Quanto à participante **12:F.3** devemos considerar sua condição de não alfabetizada para explicar as dificuldades com as práticas de leitura e escrita tanto do português quanto do kaingang, ainda assim, nossa colaboradora se considera hábil a utilizar linhas de ônibus quando vai até a cidade para realizar a venda de cestarias, ela ainda nos contou que sabe dar preço e receber pelos seus trabalhos. Percebemos que realmente a colaboradora **12:F.3** consegue transitar, ainda que com dificuldades, pelas vias que exigem a decodificação de códigos escritos, mas, não possui as habilidades linguísticas para efetiva participação de práticas de letramento da língua portuguesa e do kaingang.

É importante lembrar que o nível de facilidade linguística com a escrita ou a leitura, seja do português ou do kaingang, não interfere na condição de bilíngue dos moradores da terra indígena. Considerando o caráter dinâmico e gradual de uso funcional das línguas, conforme a necessidade de comunicação do falante bilíngue.

Outrossim, consideramos que as habilidades linguísticas do bilíngue não devem ser avaliadas em termos de padrões monolíngues; conforme Grosjean (1994), o bilíngue não deve ser percebido como a soma de um ou mais monolíngues, completos ou incompletos, mas como um falante-ouvinte específico, inteiramente, competente no uso de uma ou outra variedade, de acordo com a situação linguística.

Perante essas considerações, podemos afirmar que todos os participantes da pesquisa são bilíngues ativos na oralidade, no que tange à escrita, o português é a língua de maior circulação e uso, a língua Kaingang, em sua forma escrita, é acessada apenas em contextos específicos (leitura da bíblia, nas práticas de leitura e escrita escolar, etc.).

## 5.2 COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO NOS DOMÍNIOS FAMILIAR E ALDEIA

Os seguintes tópicos foram contemplados na análise: A língua utilizada mais frequentemente em casa (na fala com as crianças e com os adultos); a língua mais utilizada nas interlocuções (com os vizinhos, com os velhos e entre as pessoas da mesma idade). As respostas constam nos próximos quadros.

### **Quadro 12:** Uso da língua no domínio social da família: Que língua você mais usa em casa para falar com as crianças?

<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Kaingang 3: M.1 Kaingang 4: F.1 Kaingang	5: M.2 Kaingang 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte. A autora.

### **Quadro 13:** Uso da língua no domínio social da família: Que língua você mais usa em casa para falar com os velhos?

<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Kaingang 3: M.1 Kaingang 4: F.1 Kaingang	5: M.2 Kaingang 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte. A autora.

**Quadro 14:** Uso da língua no domínio social da família, Língua falada entre pessoas da mesma idade, na aldeia.

RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Kaingang 3: M.1 Kaingang 4: F.1 Kaingang	5: M.2 Kaingang 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte. A autora.

Todos os participantes revelaram que utilizam o Kaingang não apenas com maior frequência, mas com exclusividade nos ambientes da família. O uso estende-se às relações entre os vizinhos e pessoas de todas as faixas etárias, moradores da aldeia.

Quanto ao comportamento linguístico dos entrevistados, em correspondência aos lugares sociais da família e da aldeia, convém ressaltar duas condições importantes para o entendimento das práticas sociodiscursivas desses falantes.

A primeira delas é o reconhecimento da importância da oralidade para os povos tradicionais. D'Angelis (2017, p.210) reforça que “as narrativas indígenas se sustentam e se perpetuam por uma tradição de transmissão oral”.

Essa afirmação foi confirmada em nossa análise. Os participantes da pesquisa relatam ter aprendido a língua Kaingang com os pais, familiares mais próximos e com os anciões, nas rodas de conversa, contação de histórias, cantos, enfim, nas práticas socioculturais e discursivas da aldeia.

Bruno Ferreira (2020) ressalta a importância da oralidade para os povos indígenas, conforme o teórico, a contação de histórias é realizada pelos mais velhos (Kofá):

[...] os Kofá Kaingang, possuem um papel fundamental. Através de metodologias próprias, ao redor do fogo, nas rodas de conversas entre as pessoas de várias idades da comunidade, nas conta-ação de suas histórias, nos cantos que transmitem para as Gĩr – crianças – e aos Kyrũ e Tytãg – jovens – transmitem os seus conhecimentos, tanto de suas experiências, quanto àqueles que escutaram de outros em sua época de criança e jovem. Deste modo, os conhecimentos são construções vivas, pois vem de experiências transmitidas pela oralidade. Portanto, aprender pelos preceitos da educação Kaingang é saber escutar e experimentar; o processo de aprendizagem Kaingang está encharcado da ancestralidade, dos conhecimentos que foram acumulados ao longo dos tempos espaços de várias gerações, na cosmologia própria. (2020, p.178)

Outra prática oral comum entre os Kaingang é o canto. De acordo com Ferreira (2020), a entoação das melodias promove o reencantamento do mundo Kaingang, o ato de cantar é uma ponte para o equilíbrio do mundo físico e espiritual em um único corpo.

A oralidade é uma das mais poderosas pontes para a comunhão entre os Kaingang, pois aproxima todo o grupo, sobrepujando as limitações de consanguinidade.

Em vista disso, ainda que a escrita circule em todos os domínios da Terra Indígena Apucarantina, é na e pela oralidade que as relações afetivas e interlocuções cotidianas são estabelecidas, não por acaso, acunha-se o termo “língua mãe”, para a variedade apreendida no seio da família. Seguindo essa lógica, consideramos também, em nossa análise, a convivência familiar comum entre os indígenas.

Na visão cosmológica Kaingang, o mundo e tudo o que nele há foi criado pelos irmãos Kanhru e Kamẽ. De acordo com Veiga (2004, p.269), esses heróis míticos personificam a percepção de mundo perfeitamente simétrica, formada por pares opostos e complementares, de modo que a cosmologia Kaingang é aberta para a alteridade.

A visão dual e complementar tem importância na organização social e afetiva dos Kaingang; dado isso, a representação de família supera os laços consanguíneos e avança para as relações sociais entre os membros do grupo.

Certamente, existem conflitos relacionados à convivência, como ocorre em qualquer vínculo social formado na interação entre diferentes sujeitos; mesmo assim, há uma maior abertura para o cuidado e respeito mútuo entre os Kaingang, pois, em essência, “são irmãos”.

Vistos por esse ângulo, os domínios linguísticos da família e da aldeia se imbricam no cotidiano do indígena. Essa hipótese tem sido confirmada nas entrevistas, ou seja, o convívio entre os membros da aldeia é algo sempre reforçado pelo uso da língua Kaingang.

Nesse ensejo, a estreita familiaridade entre os membros da comunidade favorece e reforça a manutenção do Kaingang como primeira língua, empurrando a língua portuguesa para os domínios específicos da escola, posto médico de saúde e alguns cultos religiosos evangélicos. Ainda assim, nesses espaços, a língua portuguesa é usada como instrumento responsivo entre os indígenas e os *fóg* (não indígenas).

Com a finalidade de comparar a frequência de uso da língua entre as crianças e os adultos, realizamos perguntas relacionados ao uso da língua pelas crianças.

Essa abordagem é justificada em pesquisas que sondam o nível de vitalidade das línguas, no que consiste em aferir o grau de ameaça de perda de uma língua em ambientes de bilinguismo com diglossia. Uma língua que ainda é falada pelos jovens e pelas crianças tem a possibilidade de perdurar por mais tempo, em relação a uma língua que é apenas falada pelos adultos (FISHMAN, 1991). A lógica para esse exposto é clara, as novas gerações de falantes tendem a dar continuidade ao uso da língua, influenciado, desse modo, na preservação da variedade tradicionalmente utilizada pelos membros da comunidade.

Na TI-A, a participação dos jovens no processo de manutenção do Kaingang é um fator decisivo para a vitalidade da língua indígena, pois, como já assinalado, em contextos de línguas em contato, uma das principais marcas que resultam na perda de uma variedade linguística é fato de a língua ancestral do grupo tornar-se restrita somente os falantes mais velhos, tendendo, pois, os jovens a perder o interesse no aprendizado e uso da variedade étnica do grupo (FISHMAN, 1991; BRAGGIO, 1992; 2003).

Em função disso, o *status* conferido à língua é também fator decisivo na validação de seu uso entre as crianças e os jovens; a partir dessa perspectiva, assimilamos que uma visão positiva a respeito da língua contribui para a frequência de uso e permanência dela entre os membros de uma comunidade linguística.

Isso posto, o comportamento linguístico dos falantes irá condicionar a vitalidade de uma variedade linguística ou sua substituição parcial ou total.

As respostas foram concordantes entre todos os colaboradores, o Kaingang é a variedade de maior uso entre as crianças e os mais velhos. Todavia, o avanço tecnológico proporcionado pelas redes sociais (internet) tem acelerado o contato das crianças com a língua portuguesa, conforme nos relatou dois dos entrevistados:

[...] quando nós entramos na escola até o nosso primeiro ano até segundo ano, aí que a gente aprende a português e a escrever em português. Mas hoje estamos vendo que as crianças aprendem a falar o português **facilmente** e antes era difícil para mim, mas com o passar do tempo mudou. Até meu irmão (criança pequena), já sabe falar em português. Antes não tinha essas tecnologias." Participante 5. M.2, grifos nosso).

Hoje em dia quase todos indígenas já sabem falar em português. Porque hoje já dentro da cidade, tem indígenas que estão na universidade entre outro. **E com o passar do tempo os indígenas tão apreendendo mais e mais. Isso já é um avanço pra nós indígenas**” (Participante 7: M.2, grifos nosso)

O participante **5:M.2** explica que ele e outros Kaingang da mesma faixa etária adquiriram a língua portuguesa na escola. O modelo de ensino bilíngue aplicado no Apucarantina é o de transição, firmado por uma política indigenista integracionista. Como já explicamos, nesse paradigma educacional, o ensino da língua portuguesa começa a ser posto em prática a partir do 4<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental. Antes desse período, as crianças quase não tinham contato direto com o português.

A escolha lexical do colaborador, pelo uso do advérbio *facilmente*, remete ao discurso da dificuldade existente no processo de aquisição do português como disciplina ministrada na escola, enquanto a aquisição fora desse domínio social, por meio midiático, aparentemente, tem se mostrado menos complexa.

O colaborador **7: M.2** releva os contatos interétnicos propiciados pela circulação dos indígenas na cidade como importantes para o aprendizado da língua portuguesa entre os Kaingang da terra indígena, considera um avanço a possibilidade de seus amigos e parentes estarem alcançando espaços fora da aldeia, a partir da proficiência na língua portuguesa.

Apesar da constatação de que o kaingang continua sendo a língua utilizada nas relações entre familiares e demais membros da comunidade, o falante apresenta atitude positiva ao fato da aquisição precoce da língua portuguesa, vista por ele como um “avanço”.

Essa ideia de avanço está diretamente ligada a uma maior facilidade, ao já mencionado, processo de ensino-aprendizagem bilíngue. Esse discurso é reforçado pela fala de outra participante:

Apreendi o português na escola, entendo sim o português, só que as vezes tem algumas palavras que eu não entendo, o português era novidade pra gente, só sabia dele na escola, agora tá mais fácil falar, pros outros”. (Participante 6.F.2).

Na visão de nossa colaboradora, a possibilidade de aquisição da fala do português, antes do ensino escolar, é um ponto positivo no processo de aprendizagem da escrita e da leitura, na referida língua.

Evidentemente, há uma mudança em curso na organização social do uso da língua nas aldeias do Apucarantina. O sinal de alerta surge quando os colaboradores mencionam que as crianças pequenas estão entrando em contato com o português, mais precocemente.

A despeito disso, a força identitária e sociopolítica que a língua Kaingang carrega vem favorecendo a sua manutenção linguística na comunidade pesquisada.

Observamos que há em comum, entre os participantes da pesquisa, a valorização do uso da língua materna nos domínios da aldeia, entre família e amigos. Consoante a Weinreich (2011, p.145), a atitude positiva do falante contribui para a fidelidade linguística e por desdobramento: “as pessoas empenham a si mesmas e os outros falantes conscientemente e explicitamente a resistir a toda mudança.”

Ainda na observação dos espaços das línguas na TI-A, verificamos que as práticas sociodiscursivas cotidianas reforçam o prestígio da língua Kaingang. Sinalizamos essa possibilidade em um artigo (DOMINGUES, 2021), no qual tratamos a respeito das atitudes linguísticas dos jovens Kaingang em suas relações pessoais; com pessoas de idade aproximada, adultos e crianças.

Em algumas de nossas incursões à aldeia pudemos verificar que a variedade indígena se configura como principal em momentos habituais na comunidade de fala, como um banho de rio ou reuniões para roda de conversa. Descrevemos algumas dessas cenas:

### **Cena 1 - O banho na represa**

Chegamos na aldeia para observar o uso das línguas indígena e portuguesa nas práticas cotidianas dos Kaingang. Fomos convidadas por uma de nossas colaboradoras para passar o dia com ela e seus familiares. O ponto de encontro foi a represa que fica na entrada da reserva indígena. A nossa colaboradora está acompanhada de outras mulheres, sendo três jovens e uma senhora de meia idade, todas cuidam das crianças que brincam na água. Elas falam entre si em kaingang, nós as cumprimentamos em português, elas responderam também em português e continuaram falando entre si, em kaingang. As crianças pequenas brincam próximas

a nós, são advertidas pelas mulheres porque avançaram para uma parte mais profunda da represa.

Toda a interação é feita com uso exclusivo da variedade indígena, o português é falado somente nos momentos em que perguntamos algo ou tecemos algum comentário diretamente a alguma delas.

Ainda assim, nossa colaboradora faz a mediação dos diálogos, mesmo que as outras mulheres entendam o que falamos, primeiramente, repetem nossas dúvidas em entre elas na língua kaingang como se validassem entre o grupo a resposta a ser dada, e, posteriormente, respondem nossas interrogações. Algumas vezes, pedem para nossa parceira de pesquisa ajudar com as respostas.

## **Cena 2 - O encontro com os participantes da pesquisa e outros jovens**

Reunimo-nos no pátio externo da casa de uma das nossas colaboradoras da pesquisa. Estão presentes a dona da casa, o filho adolescente e mais três amigos da mesma faixa etária, nossos colaboradores diretos também se juntam a nós. Toda a conversa é feita em kaingang, o português é a língua utilizada somente com a pesquisadora *fóg* (não indígena). Perguntamos a um dos participantes da pesquisa, o que ele mais gosta de fazer quando não está na escola ou no trabalho, ele nos responde: “Conversar com amigos”. Seguimos questionando se ele utiliza o português em algumas dessas conversas, ele balança a cabeça como sinal positivo, mas, em seguida esclarece: “só pra postar alguma coisa no *face*” (referindo-se a uma rede social).

Analisando as duas cenas, confirmamos que é comum o uso do Kaingang entre os moradores da aldeia, em diferentes momentos interacionais. Nessas circunstâncias, o português é a variedade utilizada, somente, em situações pontuais, como meio de comunicação com os *fóg* ou nas práticas de escrita em redes sociais.

Os participantes da pesquisa sinalizam para a importância da língua portuguesa como instrumento para situações comunicativas nos domínios onde a língua Kaingang não é falada. O português atende, então, as perspectivas de uma língua instrumental.

A tensão linguística estabelecida na TI-A, motivada pelo quadro diglótico e pela imposição da língua oficial brasileira em alguns espaços institucionais, nos levou a supor que o português seria a variedade mais valorizada entre os mais jovens, entretanto o que comprovamos contradiz essa suposição, o kaingang ainda ocupa

lugar de prestígio entre os falantes de diferentes faixas etárias, mantendo-se em alto nível de vitalidade.

### 5.3 COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO NO DOMÍNIO RELIGIÃO

Nos primeiros contatos com a sociedade não indígena os Kaingang já foram alvos da catequização religiosa cristã. Entre os anos de 1626 a 1630 nas reduções jesuíticas do Guairá era notável o interesse da Igreja Católica em introduzir as normas religiosas nos territórios habitados pelos indígenas.

Após a expulsão dos jesuítas pelo governo do Marques de Pombal, em 1759, os Kaingang acabaram perdendo o contato mais direto com a religião católica, retomando-o a partir de 1843 com as missões dos capuchinhos, uma decisão estratégica do governo, que visava à pacificação dos indígenas, para a colonização da região Sul do país.

Almeida (2004) observa que, a partir de 1950, nota-se uma presença de diferentes missões nos aldeamentos Kaingang, com predominância das protestantes. Na TI Apucarantina, a Igreja Assembleia de Deus iniciou suas atividades, a partir da década de 1960, com a consolidação de um templo em 1999.

Outra denominação religiosa que ampliou as missões na TI-Apucarantina foi a Igreja do Cristianismo Decidido. Iniciando seus trabalhos com os indígenas daquela localidade na década de 1970, inaugurando, ao final dos anos de 1980, o templo onde até os dias de hoje acontecem as atividades religiosas da Igreja Kaingang, dissidente da Igreja do Cristianismo Decidido. Almeida ressalta que

Pode-se perceber, portanto, que desde o princípio do processo de contato com os colonizadores até hoje, a aproximação dos Kaingang com algum tipo de missão é constante. Por isto, a prática religiosa cristã não está desvinculada do universo social e cultural indígena, mas pertence à sua própria história. (ALMEIDA, 2004, pg.29)

De fato, observando os registros documentais que tratam do contato dos Kaingang com os não indígenas, verificamos a insistente presença das religiões de matriz cristã em diferentes momentos. As frentes missionárias apresentam uma constância nas investidas sobre os povos indígenas; não podemos desconsiderar que a língua portuguesa entrou nos territórios dos povos originários, pela ação religiosa. No caso dos Kaingang, destacam-se dois momentos distintos para a mesma prática

de contato. O primeiro, em períodos anteriores aos aldeamentos, com predominância das missões católicas e, após a consolidação dos espaços demarcados como reservas indígenas, notou-se uma crescente aproximação das igrejas evangélicas ou as “igrejas dos crentes”, como os indígenas costumam dizer.

Nesse segundo momento, a presença da missão protestante é fortemente marcada pela atuação do Summer Institute of Linguistics (SIL), uma organização religiosa empenhada na realização de trabalhos linguísticos, tal como a descrição de línguas indígenas, com a finalidade de tradução da bíblia. Essas atividades, apesar de sugerir empenho na documentação de línguas ágrafas, está estreitamente relacionada à intenção de catequizar. O SIL teve uma atuação robusta nas terras Kaingang, na TI Apucarantina até os dias de hoje, a figura da missionária Ursula Wiesemann é muito respeitada.

Acerca do contato entre religiões, Tommasino (1995) defende que as práticas religiosas atuais podem ser pensadas como possibilidade de ampliação do universo sociocultural Kaingang:

Desenvolveram laços de amizade e compadrio, passando a constituir um grupo social mais amplo. Nas principais festas da reserva e fora dela, nos jogos de futebol e nos bailes, tem-se a sua materialização e visibilidade. Muitas famílias aderiram às religiões pentecostais ou católica e freqüentam cultos e missas. Portanto, pode-se dizer que os Kaingáng, através desses laços de reciprocidade construídos ao longo de sua história, transbordaram os limites para além de suas fronteiras territoriais através da assunção de novas categorias sociais como compadre/comadre, padrinho/madrinha, afilhado, através dos quais o espaço social Kaingáng se viu ampliado para dentro da sociedade nacional. Através dessas categorias interpessoais é que se concretiza a nova territorialização indígenas. (TOMMASINO, 1995, p.283-28)

Na TI-Apucarantina as designações católico/crente é bem marcante, para diferenciar os que seguem o catolicismo daqueles que frequentam os cultos protestantes. Ainda assim, nota-se um respeito mútuo entre os adeptos das diferentes práticas religiosas.

Pensando a cultura sob um modo teológico, como um “sistema de crenças” a que os indivíduos aderem, por assim dizer, religiosamente (VIVEIROS DE CASTRO, 1992), compreendemos que o espaço da religião na TI-Apucarantina não se restringe às igrejas, mas se estende aos demais espaços sociais, nas práticas de rituais e comemorações próprias do povo Kaingang.

Almeida (2004) arrazoa que a cosmologia Kaingang não está baseada em uma divindade criadora, mas na complementaridade. Os irmãos Kamê e Kanhrú, a partir de uma relação assimétrica, criaram os seres vivos. A assimétrica de sol e lua é observada no controle das forças naturais como calor/frio, dia/noite.

A união entre as duas diferentes partes é o ponto principal da cosmologia Kaingang; como já mencionamos, essa visão se manifesta em, praticamente, todas as esferas culturais, inclusive na língua.

Ferreira (2020) enfatiza que a reciprocidade é uma característica dos Kaingang, vista como princípio regulador da vida comunitária. A reciprocidade engloba elementos culturais, sociais e políticos e também está presente na maioria dos gestos cotidianos, perpassando as formas de produção ao consumo e socialização dos bens.

Com base nessas observações, entendemos que o espaço da religião não se restringe ao templo, fisicamente construído na aldeia. As práticas religiosas dos Kaingang também ocorrem em outros espaços sociais, por exemplo, na mata ou no pátio de festas.

Firmada nessa conceituação, nossa análise buscou verificar o uso das línguas na religião não indígena (de matriz cristã/evangélica) e na religião Kaingang. Abordamos na análise a Igreja Evangélica Kaingang, pensando-a não pelo viés institucional, mas como um espaço social de convívio e de práticas religiosas.

**Quadro 15:** Uso da língua no domínio social da religião não indígena.

<b>Qual a língua que é falada na igreja: culto ou na missa?</b>		
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Kaingang 3: M.1 As duas 4: F.1 Kaingang	5: M.2 Não frequenta 6: F.2 Kaingang 7: M.2 As duas 8: F.2 As duas	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte: A autora.

Dos colaboradores da pesquisa apenas um rapaz do segundo grupo (**Participante 5:M.2**) afirma não frequentar os cultos evangélicos; por sua vez, ele é um grande representante na organização das cerimônias culturais Kaingang na terra indígena, consideramos então que este participante é adepto da religião originária de seu povo.

Os demais participantes da pesquisa assinalaram que nos cultos religiosos evangélicos que eles frequentam a língua usada com maior predominância é o

kaingang. Para essa interpelação houve duas assertivas para o uso das línguas portuguesa e kaingang nos cultos evangélicos, isso se explica pelo fato de que as duas mulheres (**3: M.1 e 8:F.2**) e o homem do segundo grupo (**7: M.2**) participam de cultos em igrejas diferentes, não se filiando a apenas um lugar de ritos religiosos.

Em diversas igrejas presentes na aldeia (a maioria de origem neopentecostal), o culto também conta com a presença de pastores ou dirigentes não indígenas. Já na Igreja Evangélica Kaingang, assim denominada como meio de sugerir a independência indígena na condução os trabalhos religiosos, todo o ritual é realizado na língua indígena.

A igreja Evangélica Kaingang está ramificada na Igreja do Cristianismo Decidido; desde a sua fundação na terra indígena, conta com a participação efetiva dos Kaingang nas atividades religiosas: oração, pregação, louvor. O espaço da igreja mencionada é muito acessado pelos moradores da aldeia, além de atrair visitantes de outras localidades, interessados em participar do culto na língua indígena, justamente pelo fato de se tratar de uma igreja que persiste na manutenção da língua Kaingang como a variedade de uso exclusiva nos cultos.

### **Cena 3: O culto na Igreja Kaingang**

Fomos convidados para assistir a um culto especial na Igreja Kaingang, no dia da celebração fomos recebidos na porta por dois indígenas que nos conduziram para os nossos lugares. A igreja estava bem cheia, haviam pessoas até do lado de fora do templo, acompanhando o culto pelas janelas laterais.

No início dos trabalhos, os presentes realizaram uma oração conjunta, as vozes se somaram e logo o espaço foi tomado pelas diferentes entonações dos fiéis. As mulheres mais velhas são as que realizam a oração num tom mais elevado, os homens parecem mais tímidos em suas petições.

Em seguida, um grupo de homens realizou a parte do louvor, convidando os praticantes a entoar os cânticos religiosos, as músicas, como nos contou uma das colaboradoras, são composições próprias, consideram que esse é um meio de manter a língua indígena como variedade predominante nas celebrações da igreja.

A língua portuguesa foi usada em apenas um momento do culto, durante as apresentações das coreografias dos grupos de dança da igreja. Esses grupos são organizados de acordo com a faixa etária dos participantes, a divisão é também feita por gênero, o grupo das moças e o grupo dos moços. Ao se apresentarem utilizam-se

de músicas gospel cantadas em português. Apesar disso, não entoam as canções, elas servem somente para direcionar o ritmo das danças.

Achamos conveniente acrescentarmos a cena do culto na análise para pontuarmos que embora a Igreja Kaingang tenha se estabelecido como um diferencial, justamente por privilegiar o uso da língua indígena em seus cultos; o português começou a adentrar esse espaço pela iniciativa dos mais jovens de tornar mais modernas as celebrações. Esse ponto em especial reflete, ao nosso ver, a tensão latente entre as línguas em conflito; ao mesmo tempo em que há uma valorização da língua materna nesse ambiente religioso, a língua portuguesa não deixa de estar à espreita, aguardando o momento de dividir ou ocupar o espaço da língua kaingang, a qual, especificamente nesse espaço, é a variedade de maior prestígio.

Para o questionamento voltado à sondagem de qual língua é falada na religião Kaingang houve unanimidade na resposta, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Quadro 16:** Língua usada na religião indígena: rituais e festas

<b>Qual língua é falada nos rituais e nas festas Kaingang?</b>		
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Kaingang 3: M.1 Kaingang 4: F. Kaingang	5: M.2 Kaingang 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte: A autora.

A religião Kaingang é formada por um conjunto de ideias e valores pautados na alteridade, na comunhão das metades que juntas trazem equilíbrio e fortalece a vida. As práticas rituais acontecem de forma conjunta, organizando-se mutuamente entre os participantes dos rituais.

Observamos o uso da língua em dois momentos específicos, na composição da dança e do canto e na Festa do *Pãri* (pesca artesanal com uso de armadilhas).

Os indígenas da TI Apucarantina estão cada vez mais empenhados em revitalizar costumes que estavam sendo deixados de lado; a dança é uma dessas manifestações culturais que tem se destacado entre os moradores da aldeia.

Para tanto, os mais jovens buscam consultas com os mais velhos, na intenção de retomar os cantos tradicionais. A cerimônia é de extrema beleza e a língua Kaingang é a variedade exclusiva utilizada em tais celebrações.

A professora Jaciane Goj Tėj Kuitá Fideles (2020), em seu trabalho de conclusão de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, trata da importância da dança para o fortalecimento das práticas de oralidade da língua kaingang; a pesquisadora enfatiza a atuação de um tradicional grupo de dança da aldeia, o *Nĕn Gá*<sup>9</sup>, um coletivo formado por jovens e adultos da Terra Indígena Apucarantina, que desde o ano de 2012 vem trabalhando para o fortalecimento e para a revitalização de práticas e conhecimentos Kaingang que estavam sendo esquecidas.

Fideles (2020) relata que na época de formação do grupo, seus integrantes não tinham tanto conhecimento sobre as práticas de danças e dos cantos tradicionais Kaingang, nessa situação, o papel dos mais velhos foi fundamental para a retomada e divulgação de costumes tradicionais da nação Kaingang, novamente as interações sociodiscursivas sustentada na oralidade se mostram como uma ferramenta de extremo valor para o processo de revitalização de crenças e costumes seculares.

O grupo *Nĕn Ga* é um importante representante cultural da TI-Apucarantina; há também na aldeia outras formações de canto e dança de igual importância para a divulgação da tradição Kaingang, o grupo Guerreiro é outra formação comunitária de bastante representatividade na terra indígena.

A oralidade, presente nos cantos e nas contações de história, é uma expressão da religião Kaingang, Fideles narra como se dá essa conexão, entre a língua e o sagrado, nos rituais.

Quando anoitece, os membros do *Nĕn Ga* se preparam para mais um ritual. Eles fazem uma grande fogueira no centro do acampamento e dançam em volta: esse momento é bem importante, pois se trata de um momento de profunda conexão entre nossos ancestrais e nós. Nesse ritual eles cantam e dançam em volta da fogueira pedindo proteção e sabedoria aos nossos encantados. Após da dança os jovens sentam-se em volta da fogueira para a contação de histórias, geralmente esse papel é direcionado aos mais velhos, que relatam várias histórias sobre os Kaingang. As pessoas ficam até de madrugada ouvindo mitos e lendas e histórias reais também, é um momento de descontração, pois alguns jovens também fazem relatos sobre o nosso povo. Os mais velhos ensinam técnicas de pesca e caça aos mais jovens para que no futuro também repassem esse conhecimento. **Assim são repassados os conhecimentos de geração em geração através da oralidade.** (FIDELES, 2020, p.38, grifos nossos)

---

<sup>9</sup> O termo “*Nĕn Ga*” pode ser traduzido como “donos da mata” ou “bichos da mata” (FIDELIS, 2020, p.35). *Nĕn* é termo antigo para mata. O termo atual é *vãnh*. A escolha da utilização do termo antigo foi justamente para reforçar a tradição dos mais velhos.

A festa do *Pãri* acontece todos os anos na terra indígena, dura pelo menos uma semana; nesse período, toda a aldeia segue para as margens dos rios Apucarana e Tibagi, a fim de realizar o ritual da pesca com armadilha. A preparação para tal celebração requer o envolvimento de todos, os homens abrem os espaços para a montagem do acampamento, as mulheres se juntam no preparo dos alimentos e no cuidado com as crianças menores. O evento já consta como atividade extracurricular no Projeto Político Pedagógico das escolas da aldeia; assim, é possível que os professores não indígenas também acompanhem seus alunos. Durante a festa há a preparação de comidas típicas dos Kaingang e são realizados jogos e brincadeiras, cantorias e danças.

Fideles (2018) descreve importantes momentos ritualístico ocorridos durante a festa do *Pãri*.

Durante a realização do evento da festa do *Pãri*, que se estende ao longo de uma semana, os jovens praticam seus rituais regularmente, desde o momento que acordam até antes de dormirem. De manhã, eles começam preparando o material para as pinturas corporais de acordo com as metades *Kamê* e *Kanhru*. Esta tinta é preparada com dois tipos de materiais diferentes. Um deles é o *Ójor ján* (cipó de anta), o outro é o *Kóvejo* (sem tradução para o português), ambos são queimados até o ponto de carvão e depois socados no pilão até ficarem como um pó de pigmentação preta, essa tinta é temporária, lavável apenas com água, diferente da fruta do jenipapo, que permanece por dias e que também é muito utilizado pelos membros do grupo. A partir de todo esse processo de preparação, eles começam seus rituais com cantos danças. Trata-se de um momento de pedido de proteção e sabedoria para os *Jave* e os *Jagrê*. Os *JAVE* são os guias espirituais, os *JAGRÊ* são guias auxiliares dos *Kujá* (Xamãs Kaingang). Os *Jagrê* não são apenas pessoas, podem ser animais, plantas e elementos da natureza. (FIDELES, 2020, p.37).

Por acreditar que as danças acessam o mundo espiritual, é realizado durante a festa um ritual que consiste em servir uma bebida, preparada com uma erva específica, o *Kóvejo*, capaz de espantar os maus espíritos; a mistura é também passada nas cabeças daqueles que buscam proteção e limpeza espiritual, o ritual todo é feito na língua Kaingang.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Não atestamos, nas literaturas pertinentes, se essa é uma prática comum entre os Kaingang das diferentes terras indígenas, nem encontramos referências que tratem desse momento como parte específica na celebração do *pãri*, as afirmações que realizamos foram baseadas no documentário “Vida Kaingang” de Nelson Akira Ishikaw (2014), filmado, inteiramente, na Terra Indígena Apucarantina. O filme exibe a preparação e a realização da Festa do *Pãri*, na terra indígena.

Apesar da presença dos *fóg* na festa do *pãri*, o kaingang é a língua de predominância em todas as atividades; o português é utilizado somente para a comunicação com os não indígenas.

A análise das atitudes linguísticas dos Kaingang no domínio da religião aponta para a valorização da língua indígena com predominância na religião indígena e destacada em parte considerável das celebrações na religião não indígena. Todavia, nossos colaboradores, em maioria, frequentam os cultos da Igreja Kaingang, diferenciada por fazer uso exclusivo da língua kaingang num contexto que se esperava o uso da língua portuguesa, visto se tratar de uma religião de orientação cristã.

Por isso, os dados apontam para a maior predominância de uso da língua indígena, no espaço da religião. Isso não significa excluir a possibilidade de uso do português nos espaços institucionais das igrejas, levando em conta a diversidade de denominações evangélicas que já adentraram na terra indígena.

Não obstante, de maneira específica, a Igreja Evangélica Kaingang é evidentemente um espaço de poder para a língua indígena, dando conta de favorecer o prestígio da língua kaingang na aldeia e fora dela. Quanto à religião indígena, percebemos um contínuo esforço para a valorização do Kaingang como a língua principal na condução dos ritos e na negativa para a entrada do português nesse espaço.

#### 5.4 ATITUDES EM RELAÇÃO AO USO DA LÍNGUA

As atitudes linguísticas refletem as atitudes psicossociais, pois as línguas carregam sentidos sociais; destarte, é natural que sejam avaliadas de acordo com a realidade social dos falantes (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998, p. 179).

Ao observarmos uma comunidade bilíngue, corremos o risco de, equivocadamente, julgar a situação sociolinguística como estável, deixando de perceber que, na realidade, estamos diante de um conflito diglósico (HAMEL, 1988).

Em ambientes diglósicos, a eleição de uma língua como a variedade de maior preferência de uso pelos falantes é um posicionamento favorável para a manutenção do uso de tal variedade linguística. No caso específico das línguas indígenas, esse é um importante passo para a revitalização de línguas ancestrais, de marca e de identidade etnolinguística.

Em uma situação de conflito diglótico, a escolha pelo uso de uma língua é influenciada por fatores sociais, estritamente ligados ao poder político que tal língua expressa.

Nessa linha de raciocínio, compreendemos a importância de analisar a preferência de uso linguístico de nossos colaboradores, em um espaço de poder institucional de tradição não indígena; em tal caso, consideramos a escola com um espaço de representação de poder da língua majoritária.

Em nossa tese, não priorizamos uma análise mais aprofundada sobre a educação escolar indígena na TI-Apucarantina; preferimos observar o conflito entre as duas línguas no espaço da escola, entendendo ser necessário estabelecer a compreensão de como os falantes organizam o arranjo linguístico, no ambiente de ensino formal da aldeia. Ao descrever esse ponto esperamos subsidiar pesquisas vindouras que focalizem na elaboração de propostas para a educação escolar bilíngue.

As práticas discursivas de escrita circulam no espaço escolar com maior frequência do que nos outros espaços da aldeia, onde predominantemente as interações linguísticas sustentam-se nas práticas orais. Além desse fato, a escola é um braço da sociedade ocidental em território indígena; mesmo que fisicamente ela esteja acomodada na aldeia, as práticas educacionais estão historicamente pautadas numa visão etnocêntrica, carregando resquícios de um ideal integracionista que por séculos foi empreendido pelo Estado.

A pretensão de aniquilar a cultura indígena esteve no centro das propostas educacionais escolares desde o Brasil colonial, num percurso envolvendo duas poderosas representações políticas, o governo e a igreja, primeiro com a atuação dos missionários católicos e depois com as missões religiosas protestantes.

Entre os Kaingang, a escrita alfabética adentra os territórios indígenas, a partir do estabelecimento de relações permanentes com a sociedade luso-brasileira. Nas suas relações com o poder político regional ou nacional é que os Kaingang começam a utilizar a escrita como meio de expressar suas reivindicações (cf. D'ANGELIS, 2002 p.115).

A experiência dos Kaingang com o modelo da escola integracionista teve impacto direto na língua indígena, muitos deixaram de falar a língua ancestral e passaram a usar o português. Essa situação não pode ser vista de forma isolada, mas como uma condição imposta pelo momento político e histórico em que as ações

ocorreram. A ideia do indígena civilizado, integrado à sociedade brasileira, juntada à visão de abandono ao paganismo, sustentaram-se num discurso muito bem articulado pela Igreja e o Estado.

Nesse contexto, a educação escolar levada aos Kaingang não lhes ofertou possibilidades de emancipação e autonomia, mas o apagamento de práticas culturais fundamentais para a marcação da identidade indígena, dentre elas a língua. Conforme destaca Ferreira (2020): “as línguas, as tradições, os conhecimentos, os valores indígenas foram negados pela escola”.

A respeito desse modelo pedagógico excludente, D’Angelis (2002) pontua que a escola primária, presente em diversas comunidades Kaingang pelo menos desde a década de 1930 e amplamente generalizada nas décadas de 50 e 60 do século passado, tornou-se um eficiente instrumento de pressão contra a manutenção da língua indígena. Isso porque a proposta de escola bilíngue não buscava viabilizar a manutenção da língua indígena, mas, aos poucos, substituí-la pela língua portuguesa. O reflexo negativo dessa convivência não tardou a trazer malefícios para os indígenas.

Depois de levar os grupos indígenas ou parte deles a deixar a língua materna e quase todas as manifestações externas de sua cultura própria, os não-índios passam a pedir o loteamento das terras indígenas, alegando sempre que “ali não tem mais índios” e que “ninguém ali fala a língua indígena”, e outras coisas assim (D’ANGELIS, 2002, p.114).

As pressões externas da sociedade majoritária despertaram nos Kaingang o desejo de lutar pela sua existência enquanto nação indígena. Conforme postula D’Angelis (2002), mais ou menos a partir de 1975 os Kaingang começam a se articular com indígenas de outras etnias, a fim de reivindicar uma nova consciência sobre seus direitos e uma nova posição na sociedade brasileira.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 abandona a postura integracionista, que por anos foi empreendida pelo estado na tentativa de assimilação dos indígenas à sociedade não indígena. Ao contrário do que estava posto até então nos documentos legais brasileiros, os indígenas passam a ser reconhecidos como integrantes na constituição do povo brasileiro, bem como a terem reconhecidos o modo como se organizam socialmente, incluindo os costumes, as línguas, crenças e tradições, além de garantia de direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (BRASIL, 1988).

Nesse ensejo, a educação escolar indígena ganha um novo capítulo, passando a ter diretrizes específicas para a oferta de ensino nas terras indígenas, conferindo autonomia para as escolas planejarem a melhor forma de organização para o funcionamento da educação formal.

Realizamos esse breve apanhado histórico a respeito do histórico da educação escolar indígena para comprovar o quanto o discurso político é crucial para a tomada de posição frente ao uso da língua, nos ambientes diglóticos das comunidades linguísticas indígenas.

Para Fishman (1995), a escolha de uma língua para uso em certos domínios sociais não é um fato isolado e não se trata da preferência individual de um falante, mas a eleição de uma língua é guiada por fatores de controle.

Voltando à temática da escola Kaingang da TI-Apucarantina, compreendemos que, nesse momento, o discurso político está voltando ao fortalecimento de uma escola realmente diferenciada e capaz de atender às particularidades de um ensino capaz de contemplar os modos de ver e sentir dos alunos Kaingang. Fazemos essa afirmação pensando no atual quadro político brasileiro, o qual tem caminhado para o desmonte das políticas públicas voltadas aos povos originários, um momento ameaçador para os direitos indígenas e para o projeto de uma educação escolar diferenciada. A escola como espaço institucional pode ser considerada como lugar de poder e legitimação, seja dos direitos à diversidade ou à negação da identidade.

Para verificar a preferência linguística na escola perguntamos aos participantes da pesquisa:

**Quadro 17:** Avaliação de qual língua deve ser ensinada na escola

Qual língua deve ser ensinada na escola? Kaingang/Português/Ambas?		
RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
1.M.1 Ambas 2: F.1 Ambas 3: M.1 Ambas 4: F. Ambas	5: M.2 Ambas 6: F.2 Ambas 7: M.2 Ambas 8: F.2 Ambas	9: M.3 Ambas 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Ambas 12: F.3 Ambas

Fonte: A autora.

Para essa indagação os colaboradores, em sua grande maioria, defendem que seja ensinada a língua Kaingang e a língua portuguesa na escola. Excetuando a participante **10: F.3**, trata-se de uma professora bilíngue, a qual ministra as aulas de kaingang para os alunos. Pergunto a ela o que a faz pensar que somente o kaingang deve ser ensinado na escola. Ela disse que acredita que o português já é conhecido

entre os falantes da terra indígena, por essa razão seria importante priorizar o ensino da língua materna, pois os alunos estariam desinteressados nas aulas da própria língua.

O relato da participante demonstra a crença de que o ensino escolar pode fortalecer determinada língua; isso nos leva a refletir sobre a esfera de poder que a língua ocupa na perspectiva modeladora da escola. A professora acredita que, se o kaingang for colocado como língua principal de ensino na escola, os alunos poderão se mostrar mais interessados ao aprendizado das regras linguísticas de sua língua materna.

Para o questionamento sobre qual língua deve ser ensinada na escola, obtivemos as seguintes respostas:

**Quadro 18:** Avaliação de qual língua os professores devem usar nas aulas

<b>Qual língua os professores devem usar nas aulas? Kaingang/Português/Ambas?</b>		
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Ambas 2: F.1 Ambas 3: M.1 Ambas 4: F. Ambas	5: M.2 Ambas 6: F.2 Ambas 7: M.2 Ambas 8: F.2 Ambas	9: M.3 Ambas 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Ambas 12: F.3 Ambas

Fonte: A autora.

As respostas correspondem às mesmas do quadro anterior; **10: F.3** insistiu no kaingang como única língua que deveria ser usada na escola, questiono então como isso seria possível dado o fato de a escola contar com um número significativo de professores não indígenas, ela diz não saber responder.

O fato é que, ao protagonizar a língua kaingang nas respostas do questionário, a participante denuncia sua preferência, a valorização da língua materna e da identidade indígena está nas respostas. A insistência em eleger o kaingang para o ensino formal valida a predileção pela língua indígena.

Fishman (1995) afirma que no processo de conscientização etnolinguística, os falantes pertencentes a uma minoria étnica passam a agir a favor da língua materna reivindicando o seu uso numa dimensão moral e política, defendendo-se da intromissão da língua dominante.

Como já indicamos, a TI-Apucararinha tem investido em ações que favorecem a vitalidade da língua Kaingang; na escola, o discurso pela valorização da língua é pauta permanente entre os professores.

Dentre os que acreditam que os professores devem usar as duas línguas durante as aulas, o participante **9: M.3** faz uma interessante defesa:

**Pesquisadora:** Em qual língua você acha bom que seja falada nas aulas, pelos professores o Kaingang ou português, ou as duas?

**Participante 9: M.3:** As duas. Porque não são todos alunos que entendem muito bem português.

Quando o colaborador diz que acha que as duas línguas devem ser usadas durante as aulas, ele está, na verdade, mais pretendo à defesa dos alunos, demonstrando a necessidade de adequação linguística para as aulas, tendo em vista a dificuldade dos que “não entendem muito bem o português”.

Essa noção está relacionada ao fato de muitas disciplinas da grade curricular serem ministradas por professores não indígenas, falantes do português.

Os dados sugerem um equilíbrio na preferência entre o uso do português e do kaingang; os colaboradores defendem a continuidade do ensino bilíngue na aldeia, entendem que a língua portuguesa é uma importante ferramenta para a luta por direitos e, por outro lado, a língua kaingang reforça a identidade indígena. Igualmente, apoiam o trabalho com os professores não indígenas, pois julgam ser importante essa relação intercultural. Ferreira (2020) reforça que:

A interculturalidade como uma ferramenta de diálogo a partir do patrimônio de conhecimentos dos povos indígenas e das sociedades ocidentais. A escola, neste sentido, poderá ser o espaço para refletir a vida dos povos indígenas, com as contradições que, em geral, permeiam as relações de diferentes sociedades (FERREIRA, 2020, p.119).

As palavras de Ferreira tomam um efeito ainda mais fortalecedor na defesa de um ensino escolar indígena intercultural como ponte de diálogo entre os conhecimentos indígenas e ocidentais, desde que essa relação coloque os diferentes povos e culturas e pé de igualdade.

O julgamento de valor sobre a língua pode se manifestar no discurso que o falante faz dela, notavelmente as crenças que se têm a respeito de uma variedade linguística estão atravessadas pelo contexto sociocultural. Em razão disso, as atitudes não expressam, apenas, o olhar individual de uma falante; de igual modo, refletem a

visão geral de, pelo menos, uma parte considerável dos falantes de uma mesma comunidade linguística.

Seguindo na avaliação das atitudes, perguntamos aos nossos colaboradores qual é a língua que eles acham mais bonita. Recebemos as seguintes respostas.

**Quadro 19: Avaliação da língua mais bonita**

Qual língua você acha que é mais bonita? Kaingang ou Português?		
RESPOSTAS GRUPO 1	RESPOSTAS GRUPO 2	RESPOSTA GRUPO 3
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Português 3: M.1 Kaingang 4: F. Kaingang	5: M.2 Kaingang 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Kaingang 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Kaingang 12: F.3 Kaingang

Fonte: A autora.

Para essa interpelação, notavelmente a participante do primeiro grupo **2: F.1** afirma achar a língua portuguesa mais bonita. A falante em questão apresenta dificuldades com as práticas de leitura e escrita das línguas Kaingang e portuguesa. Ao ser interpelada do porquê de achar a língua portuguesa mais bonita, obtivemos a seguinte resposta:

**Pesquisadora:** Por que você acha o português mais bonito?

**Participante 2: F.1:** Porque é mais difícil de falar.

Observamos que a atitude da participante demonstra uma valorização em relação à língua portuguesa, baseada nas próprias dificuldades escolares, e não por não saber falar a língua, tendo em vista que a participante faz uso da língua portuguesa de forma satisfatória para as práticas sociodiscursivas pautadas na oralidade. Na verdade, as práticas de escrita e leitura da língua, trabalhadas na escola, são modelares para a concepção do “saber a língua” para nossa colaboradora.

A predominância na declaração da língua indígena como sendo a mais bonita aponta para a valorização da cultura Kaingang, conferindo prestígio à língua ancestral.

Para buscar compreender o discurso dos moradores da TI-Apucarânia em relação aos falantes Kaingang que não falam mais a língua indígena, as seguintes interpelações foram colocadas:

**Quadro 20:** Percepção dos Kaingang sobre outros falantes indígenas que usam o português nas práticas sociodiscursivas.

<b>Quem fala melhor o português, os indígenas do Apucarantina ou das outras aldeias?</b>	
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	
Participante 1.M.1	Acho que os outros que não falam mais a língua.
Participante 2. M.1	Acho que os outros
Participante 3: M.1	Falam igual
Participante 4: F. 1	Falam igual
<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	
Participante 5: M.2	Falam igual
Participante 6: F.2	Falam igual
Participante 7: M.2	Falam igual
Participante 8: F.2	Falam igual
<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>	
Participante 9: M.3	Acho que os que só falam português, fala melhor.
Participante 10: F.3	Os outros falam mais tempo que nós, mas a gente se entende bem.
Participante 11: M.3	Falam igual
Participante 12: F.3	Falam igual

Fonte: A autora.

Apesar da variação nas respostas, a maioria dos colaboradores acreditam que tanto os indígenas bilíngues quanto os falantes somente do português falam bem a língua não indígena.

As afirmações de que os falantes monolíngues falam melhor foram observadas entre participantes do **Grupo 1** e do **Grupo 3** evidenciando percepções comuns entre pessoas de faixas etárias diferentes, os mais jovens e os mais velhos.

Nas práticas discursivas entre os falantes Kaingang bilíngues e os não bilíngues, transparecem as nuances do bilinguismo, por isso há quem acredite que fala tão bem quanto o falante monolíngue e os que discordam, assumindo não se sentirem tão proficientes nas interações. O tópico dos níveis de gradação do bilinguismo discorridos na parte teórica aparece nos dados, comprovando a dificuldade do bilíngue em entender qual o nível de conhecimento que ele possui em relação às línguas das quais faz uso.

Para mais, as práticas de uso das línguas são determinantes para o autojulgamento do falante; basta lembrarmos que a maioria deles afirmou saber falar e entender uma conversa em português; ainda assim, há os que consideram que a condição de monolíngue favorece a habilidade linguística dos “parentes” de outras terras.

Por fim, interpelamos nossos colaboradores a respeito do que pensam sobre os outros indígenas que não falam mais o Kaingang:

**Quadro 21:** Avaliação dos Kaingang em relação aos indígenas que só falam a língua portuguesa

<b>Você tem mais confiança em um indígena que fala a língua Kaingang ou em um indígena que só fala a língua portuguesa?</b>		
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>
1.M.1 Kaingang 2: F.1 Em ambos 3: M.1 Kaingang 4: F. 1 Kaingang	5: M.2 Em ambos 6: F.2 Kaingang 7: M.2 Kaingang 8: F.2 Kaingang	9: M.3 Em ambos 10: F.3 Kaingang 11: M.3 Em ambos 12: F.3 Kaingang

Fonte: A autora

As repostas demonstram que a maioria dos participantes afirmam ter mais confiança em um Kaingang que mantém o uso da língua indígena. Na tentativa de melhor entender a distribuição das respostas dos colaboradores, cujas as respostas foram para ambas as línguas, perguntamos de maneira mais direta o motivo para tal asserção. A explicação de todos convergiu o motivo da confiabilidade tanto nos que falam a língua quanto nos que não a falam e se justifica pelas relações de amizade, as quais não deixaram de ser positivas por conta da língua.

De acordo com Corbari (2013), a atitude não é meramente um resultado, mas um processo, envolvendo um complexo sistema de crenças, juízos de valor, emoções, reações e comportamentos. A tendência para certo tipo de ação se torna, nessa perspectiva, o produto, o resultado final desse confronto: é o momento em que as crenças e os valores afetivos se transformam em intenções comportamentais.

Ao analisarmos as atitudes dos Kaingang em relação às línguas em uso na aldeia, é possível perceber a valorização da língua indígena entre os membros da comunidade linguística. A vitalidade do kaingang é o resultado do posicionamento político dos falantes da TI-Apucarantina, em manter a língua ancestral; as ações que têm legitimado o uso preferencial dessa língua são realizadas de maneira conjunta e colaborativa entre os Kaingang de diferentes idades. Um fator contundente nesse processo é a participação dos jovens na empreitada de manter viva a língua que representa seu povo, sua nação indígena. O envolvimento dos mais novos no processo de fortalecimento de uso da língua favorece a vitalidade dela por mais tempo.

## 5.5 O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA

Durante o andamento desta tese, foi possível atestarmos a valorização dos Kaingang pela sua língua ancestral. Assinalamos as respostas usadas pelos participantes para justificar o motivo de eles considerarem a língua Kaingang a mais bonita.

### Quadro 22: Avaliação da língua mais bonita

<b>Por que você acha que a língua Kaingang é a mais bonita?</b>	
<b>RESPOSTAS GRUPO 1</b>	
Participante 1.M.1	Porque os <i>fóg</i> não sabe quando a gente xinga eles.
Participante 3: M.1	Porque é a língua do meu povo.
Participante 4: F. 1	Porque é a minha língua
<b>RESPOSTAS GRUPO 2</b>	
Participante 5: M.2	Acho que porque sou Kaingang
Participante 6: F.2	Sim Porque é a língua que nos comunicamos.
Participante 7: M.2	É mais bonita porque é do meu povo
Participante 8: F.2	É a língua que eu sei desde pequeno.
<b>RESPOSTA GRUPO 3</b>	
Participante 9: M.3	Desde sempre essa era nossa língua.
Participante 10: F.3	Essa é a língua falada pelos nossos antepassados
Participante 11: M.3	Porque é a língua do meu povo, dos indígenas.
Participante 12: F.3	Porque é a língua que me faz ser quem sou, uma Kaingang

Fonte: A autora.

As reiteraões indicam valorização da língua Kaingang como meio de afirmação identitária. Para **1.M.1** é a língua que o permite verbalizar, de forma segura, sentimentos ligados à reprovação ao comportamento do outro; nesse caso, alguém que não vai compreender o que está sendo dito a seu respeito.

Para os demais colaboradores a língua Kaingang expressa pertencimento, identificação e tradição.

Comparamos esses dados com algumas entrevistas realizadas com professores bilíngues da TI-Apucarantina e divulgadas pela professora Magali Cecili Surjus Pereira (2000) e verificamos que os discursos se encontram, apesar de terem sido enunciados em dois momentos diferentes.

Pereira (2000, p.66) relata que seu contato com os professores indígenas Kaingang teve início em 1986 e decorreu de uma solicitação das próprias lideranças indígenas do Norte do Estado do Paraná, as quais reivindicavam o desenvolvimento

de projetos que estivessem articulados com a busca de soluções ou construção de alternativas para os problemas ligados às condições de vida dos Kaingang.

Partindo dessa relação, a pesquisadora realizou trabalhos relacionados à identidade dos Kaingang. Cotejamos nossos dados com algumas das falas apresentadas por alguns professores Kaingang da TI-Apucarantina, na ocasião da pesquisa realizada por Pereira (2000).

A pesquisadora (2000) tratou do tema *identidade Kaingang* sob o enfoque das políticas de identidade, a partir dos dados obtidos com a colaboração de professores indígenas, com os quais ela trabalhava. Os dados, conforme a autora, foram estabelecidos a partir de composições livres elaboradas pelo grupo de professores, cujo o tema sempre era: “O que é ser Kaingang hoje?”.

O trabalho comparativo dos nossos dados com os apresentados na pesquisa de Pereira, especialmente no que diz respeito à visão que os Kaingang de ambas as pesquisas têm acerca da língua indígena, pareceu-nos interessante, por se tratar da possibilidade de incluirmos na análise o olhar a respeito do kaingang num espaço de pouco mais de duas décadas, o primeiro com os levantamentos realizados por Pereira, a partir da década de 1990 e o segundo com a nossa investigação.

Selecionamos algumas respostas que relacionam a língua como ponto para a identidade indígena.

### **Trechos de Relatos de homens Kaingang**

“Só a nossa língua pode manter a gente unido, sem ela não somos nada” (excerto da entrevista realizada com um homem de 26 anos, p.73).

“É manter o costume da língua, foi o que restou para o nosso povo e as comidas que quase já não comemos.” (excerto da entrevista realizada com um homem de 33 anos, p.72).

“É falar a nossa língua, a única coisa que restou para nós. A coisa mais marcante da nossa cultura. Com ela a gente pode conversar entre a gente para se fazer entender sem que o branco entenda e assim resolver as coisas do nosso jeito.” (excerto da entrevista realizada com um homem de 42 anos, p.73).

### **Trechos de Relatos de mulheres Kaingang**

“Ser Kaingáng é falar a língua Kaingáng, preservar a minha linguagem para ser conhecida como Kaingáng.” (excerto da entrevista realizada com uma mulher de 14 anos, p.81).

“Só ficou a nossa língua e a escola com o ensino bilingue tem que ajudar muito a preservá-la.” (excerto da entrevista realizada com uma mulher de 24 anos, p.76-77).

“Os nossos costumes já se perderam todos através desses anos e o que restou de mais importante foi a nossa língua. (excerto da entrevista realizada com uma mulher de 32 anos, p.75).

Os trechos das entrevistas apontam para a proximidade de visões entre os Kaingang que participaram da pesquisa de Pereira (2000) e os dados coletados por nós (2020-2021) para esta tese. Essa particularidade demonstra que o discurso sobre a língua Kaingang vem se fortalecendo durante as duas décadas que separam as propostas das pesquisas.

Um ponto interessante para a análise é considerar que alguns dos entrevistados da primeira pesquisa, também colaboraram com este trabalho; eles ainda são grandes representantes na luta pela vitalidade do kaingang, na TI-Apucarânia.

Ao contrapor os dados, percebemos o discurso positivo sobre a língua atestado em duas situações sociopolíticas diferentes, a primeira pode ser vista como uma tomada de consciência em favor da preservação da língua ancestral, num momento de fortalecimento da educação escolar indígena na aldeia; por meio da formação dos professores indígenas bilíngues que naquele tempo já expressavam seus anseios pela construção de um Projeto Político Pedagógico voltados às especificidades da escola indígena.

Para o segundo momento, temos alguns colaboradores que foram alunos dos participantes da primeira pesquisa (PEREIRA, 2000) atuando também como professores nas escolas da aldeia, assim verificamos que a educação escolar indígena ocupa um lugar político de privilégio, é uma ferramenta para o fortalecimento da língua e dos costumes indígenas; outrossim, é um espaço de possibilidades de

acesso à cultura ocidental, uma ponte para lugares sociais nos quais os indígenas precisam circular, em busca de fazer valer os seus direitos, dentre eles, o de existirem como povos de crenças e costumes diferenciados.

Isto posto, demonstra que as medidas direcionadas à melhoria do espaço da educação escolar indígena, tais como o incentivo à formação continuada para os professores bilíngues, a melhoria de políticas públicas tanto para o acesso quanto para a permanência do indígena na universidade, dentre outras ações, são de extrema relevância para o processo de fortalecimento das escolas indígenas, de modo a ampliar as possibilidades da construção de um ensino escolar diferenciado e agregador da cultura Kaingang, ainda que num espaço institucionalizado pelo Estado.

Na comparação dos dados, constatamos um discurso em prol da continuidade da língua Kaingang e a crença de que ela é parte importante na constituição da identidade dos moradores da TI-Apucarânia.

De igual maneira, não poderíamos deixar de ressaltar o papel da mulher Kaingang para a manutenção da língua ancestral, elas estabelecem uma ligação profunda com as crianças, os momentos de afetividade são realizados com o uso da língua indígena. Pereira (2020) traz uma interessante fala acerca do envolvimento da mulher Kaingang, ao afirmar que recai sobre as Kaingang a responsabilidade pela preservação da língua indígena; são elas que ensinam a criança, garantindo uma identidade social ao seu povo.

Fideles (2020), sendo uma mulher e mãe Kaingang, reforça o exposto ao dizer:

De acordo com os costumes e vivências do povo Kaingang a qual chamamos de *jykre*, existem várias formas e linguagens para expressar ou comunicar os saberes. Essas várias formas de comunicação se desenvolvem desde nossa infância até a terceira idade. Essa transmissão se dá a partir do momento que em que iniciamos o caminho de formação como indígena Kaingang. Durante a nossa infância temos uma forma de expressão, recebemos uma linguagem diferente. **Chamo de “linguagem de afeto” a todas as formas de comunicação entre a rede feminina familiar e os kanhgág sí, que são as crianças. São falas, gestos, ações que transmitem os ensinamentos e ao mesmo tempo fortalecem os vínculos entre o bebê e a família. Como ensinar a falar, a pensar, a agir e a estimular o seu desenvolvimento como criança kaingang** (FIDELES, 2020, p.32, grifos nossos).

Por fim, somamos a essas observações a nossa experiência como pesquisadora muito atenta à atuação das mulheres, em relação ao uso e a divulgação da língua Kaingang, nosso relato já exposto sobre o encontro na represa do Apucarantina demonstra a força da língua materna na relação entre as Kaingang e os pequenos, elas amparam, não somente seus filhos, mas todas as crianças da terra indígena, os afagos são na língua materna, as broncas também. Durante a produção de cestarias as mulheres falam o tempo todo com as crianças que as observam, toda a conversa é em kaingang.

Com base nas observações apresentadas, não podemos deixar de registrar nesta tese o protagonismo feminino na luta pela vitalidade da língua Kaingang, as mulheres privilegiam a língua ancestral em todos os momentos que dividem com as crianças, despertando a possibilidade de que a língua seja falada, desde a mais tenra idade até a fase adulta. Línguas que são ensinadas e faladas por crianças e que tem uso persistente entre os jovens, tendem a ser mantidas por mais tempo (BRAGGIO, 2003).

Para finalizar essa seção ponderamos alguns itens: esclarecemos que nossa intenção não foi medir ou analisar, de forma mais aprofundada, o grau de bilinguismo dos falantes da localidade abordada nesta pesquisa, nossa pretensão antes disso foi tentar compreender quais as consequências da diglossia para o futuro da língua Kaingang, ainda que numa pequena perspectiva.

Afinal, estamos tratando na tese de apenas um quadro sociolinguístico; seria interessante a possibilidade de abordagem de todas as comunidades de fala Kaingang, porém a impossibilidade de que isso ocorra em uma pesquisa de doutoramento nos coloca na torcida para que haja aumento de investigações que busquem mapear a situação da língua Kaingang nas diferentes terras indígenas.

Finalizando a parte da análise e descrição dos dados da pesquisa, passamos para as considerações finais deste trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos levantar questões relevantes acerca condição sociolinguística de diglossia da Terra Indígena Apucarantina, onde duas línguas estão em conflito, o Kaingang e o Português.

Para empreender essa investigação, realizamos uma pesquisa de cunho etnográfico, interdisciplinar. Linguisticamente falando, nosso principal aporte teórico foi a Sociologia da Linguagem, somamos às discussões propostas por Fishman (1972, 1995) as de outros pesquisadores de igual importância (GROSJEAN, 1982; HAMEL, 1988; BRAGGIO, 2003). Observamos também as discussões teóricas realizadas por pesquisadores Kaingang (CLAUDINO, 2013; FERREIRA, 2020; FIDELES, 2020).

Na localidade pesquisada, Terra Indígena do Apucarantina, os moradores são quase todos bilíngues, falantes nativos da língua indígena Kaingang e adquiriram o português como segunda língua. Em relação ao uso das línguas, o Kaingang é a variedade mais falada nos espaços sociais da aldeia.

Os Kaingang privilegiam o uso da língua indígena, utilizando o português apenas em situações de comunicação específica (em conversas com não indígenas ou com outros indígenas que não falam o Kaingang). A língua portuguesa circula nos lugares sociais institucionais (escola, posto médico, algumas igrejas).

Quanto as práticas de leitura e escrita verificamos a predominância do uso da língua portuguesa, contudo, como mencionamos na pesquisa, a oralidade é uma marca importantíssima para os Kaingang, sendo, à vista disso, aconselhável que a escola a aborde com prioridade, no processo de levar os seus alunos ao desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura. Ao tratar da relação da sociedade ocidental com os Kaingang, Claudino (2013) afirma que não há o entendimento por parte dos não indígenas a respeito do poder que a oralidade possui para os Kaingang, ela é a veiculadora de ideias e princípios, os indígenas estão voltados à aprendizagem, a partir da oralidade e da coletividade.

O caso da oralidade é refletido nas práticas escolares, os alunos mostram dificuldade com as aulas de língua portuguesa, na pesquisa pudemos verificar que para além do espaço escolar, essa situação é sentida no próprio julgamento que o falante faz sobre a sua condição bilíngue. Ao que parece, o modelo escolar ocidental

é utilizado como uma régua niveladora para testar o nível de proficiência linguística do falante bilíngue, desconsiderando as características socioculturais dos Kaingang.

No domínio social da religião, observamos o interesse dos Kaingang na revitalização da religião indígena, a partir de danças, cantos e comemorações tradicionais do povo, em tais momentos, a língua indígena é muito prestigiada. Enfatizamos o papel fundamental dos falantes mais jovens nesse processo de reencontro com as tradições religiosas Kaingang.

Entre as religiões não indígenas, destacamos a condição do culto da Igreja Evangélica Kaingang, onde os rituais litúrgicos são realizados na língua indígena. A igreja diferencia-se por insistir no uso da língua ancestral, enquanto em outros espaços da religião cristã (católica/evangélica) é comum o uso do português.

Apesar de seguirem um ritual relacionado a uma religião diferente da tradicional do povo, o fazem com uso da língua kaingang. Esse fato traz um questionamento importante a ser retomado em trabalhos vindouros: Estamos diante de um ato de assimilação a uma vertente religiosa não indígena, de orientação litúrgica totalmente diferenciada das religiões indígenas?

Contudo, por outra perspectiva, notamos forte resistência, por parte dos indígenas desta instituição religiosa, em assimilar a língua portuguesa no espaços dos cultos.

Por ora, entendendo a língua como modeladora num espaço de poder, talvez haja aí um recado implícito, de afirmação ao direito de professar uma fé diferente, mas, não abrindo mão de fazê-la na língua kaingang.

Acreditamos que o espaço da religião tem influência direta na manutenção linguística do Kaingang na terra indígena, mesmo porque, as reuniões atraem visitantes de diferentes localidades, por isso, manter a língua indígena é também um meio de assegurar o prestígio aos rituais, prestígio esse que acaba sendo levado à comunidade de fala como um todo.

As atitudes linguísticas dos participantes da pesquisa em relação ao uso das línguas portuguesa e kaingang no espaço da escola apontaram para o interesse pelo modelo de ensino bilíngue, desde que sejam respeitadas as particularidades dos alunos Kaingang, dentre elas o uso frequente da língua materna em suas relações sociais. A educação escolar indígena é um instrumento importante para a defesa da língua kaingang, em função disso, é necessária a adesão de práticas de ensino pensadas pelos próprios indígenas, como forma de garantir os pressupostos de uma

escola indígena diferenciada, que coloque em ação projetos voltados à valorização da identidade dos alunos Kaingang que frequentam as aulas.

Nesse processo, os estudos sociolinguísticos são importantes para apontar os conflitos que estão ocorrendo na escola, pois, a partir da identificação deles será possível intervir, com a elaboração de projetos que focalizem na revitalização das línguas indígenas, sem deixar de lado as individualidades socioculturais e linguísticas, relacionadas ao processo de ensino aprendizagem.

A relação assimétrica que se cristaliza na oposição língua dominante e língua dominada não se estabelece somente nas mesmas práticas discursivas. Um aspecto fundamental, constitutivo dessa relação, se mostra no conjunto de valores e representação que existe a respeito da língua (HAMEL, 1988).

Diante disso, o juízo de valor do bilíngue sobre as línguas das quais faz uso evidencia a importância que cada variedade linguística possui na concepção do falante e da sua comunidade linguística. Em relação à preferência linguística dos participantes da pesquisa, o kaingang ocupa espaço de valor maior do que o português. A relação de fidelidade com a língua está alicerçada na tradicionalidade que ela carrega, na capacidade da marcação da identidade do falante como pertencente a uma nação indígena.

Em comparação com trechos de entrevistas coletadas por Pereira (2000), em um trabalho em que autora discute o tema da identidade política dos Kaingang, a partir do olhar dos participantes da pesquisa sobre o sentido do que lhes constitui como Kaingang, foi possível encontrarmos correlações entre língua e identidade, do mesmo modo que verificamos nos dados da nossa tese.

Cotejar os dados da nossa tese com as entrevistas coletadas por Pereira (2000) nos levou a perceber a proximidade entre os discursos positivos sobre a língua kaingang, relacionando-a como um traço de identidade da condição indígena, em dois momentos distintos, de uma constante no processo de valorização e fortalecimento da língua indígena, a partir da visão que os falantes de diferentes gerações têm dela.

A atitude positiva dos Kaingang em relação à língua se justifica pelo fato dela marcar a identidade dos indígenas, como membros de uma nação socialmente estruturada e moldada em práticas sociodiscursivas de linguagem, sobretudo na oralidade. A fala que ao mesmo tempo enuncia, também anuncia quem está falando e de qual posição ele fala, no caso de nossos colaboradores, falam do lugar da resistência.

Por fim, temos a consciência de que esta tese é um pequeno ponto marcado no complexo desafio de auxiliar na manutenção e revitalização das línguas indígenas, num quadro que envolve a necessidade da elaboração de mais estudos sociolinguísticos, que coloquem no centro os conflitos diglóticos, comum nas aldeias indígenas. É importante entendermos o conflito, para assim levantar as possibilidades para a sua mediação. Esperamos que esta tese, ao cumprir os objetivos propostos no projeto inicial, possa contribuir para as pesquisas da área e que possa favorecer o fortalecimento de políticas linguísticas voltadas ao povo e a língua Kaingang.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.1, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-47.
- ALMEIDA, Ledson Kurtz de. *Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang baseada na Etnografia, na Cosmologia e Dualismo*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.
- AMARAL, Fátima Trindade do. *O Protagonismo Kaingang no Espaço da Escola Indígena*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. 2013.
- ARACIL, Luis. *Conflit linguistique et normalisation linguistique dans l'Europe nouvelle*. Nancy, s. éd. (Version catalane, Barcelone, 1982
- BENVENISTE, Èmile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.
- BORGES, Mônica Veloso. *As falas feminina e masculina no Karajá*. Dissertação. (Mestrado em Letras e Linguísticas). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.1997.
- BORGES, Mônica Veloso. Diferenças entre as falas feminina e masculina no Karajá e em outras línguas brasileiras: aspectos tipológicos. *Revista LIAMES*. Campinas. v.4. n.1 p. 103-114. Campinas. 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. A Importância dos Estudos de Crenças e Atitudes para a Sociolinguística. *In: Revista SIGNUM*. n. 18/1, p. 102-131. Londrina. 2015
- BRAGGIO, Sílvia Lúcia Bigonjal. O papel da sociolinguística em Projetos de Educação, Vitalização de Língua e Cultura: Relatos sociolinguísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu. *In: Revista LIAMES*, v 3. p. 113-134. Campinas. 2003.

BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. Situação sociolinguística dos povos indígenas do Estado do Tocantins: Subsídios Educacionais. In: *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia: UFG, v.1, nº1. 1992

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1988.

BRIGHT, Willian. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Estela V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1964. p. 41-47.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: Uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara JR*. UCHÔA, Carlos Eduardo (org). Versão revisada e ampliada. Rio de Janeiro. Editora Lucerna. 2004.

CLAUDINO, Kley Zaqueu *A Formação da Pessoa nos Pressupostos da Tradição Educação Indígena Kaingang*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

COELHO, Izete Lehmkuhl. *Sociolinguística*. Florianópolis: UFSC, 2010

CORBARI, Clarice. *Atitudes Linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia. 2013

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Aprisionando sonhos. A educação escolar indígena no Brasil*. Editora Curt Nimuendajú, Campinas. 2017

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Kaingáng: Questões de língua e identidade. In: *Revista LIAMES*. Campinas. v.2. n.1 p. 115-128. Campinas. 2002

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. In: *ENCONTRO MACRO-JÊ*, 3, 2003, Brasília.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. 2008. *Pensar o Proto-Jê Meridional e visitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana*. Relatório Acadêmico. 2008. (Estágio Pós-Doutoral em Linguística Histórica). Universidade de Brasília, 2008.

DOMINGUES, Gislaine. O papel da mulher na manutenção da língua Kaingang na Terra Indígena Apucarantina. In: *Revista Latino Americana de História. Unisinos*. São Leopoldo. v.10, n.26, p.135-148, 2021.

FERGUSON, Charles Albert. *Diglossia*. Word.1959.

FERREIRA, Bruno. *Educação Kaingang: Processos Próprios de Aprendizagem e Educação Escolar*. Dissertação. 2014. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

FERREIRA, Bruno. *Ũn si ag tũ pẽ ki vẽnh kajrãnrãn fã: o papel da escola nas comunidades kaingang*. 2020. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2020

FIDELES, Jaciane Goj Téj Kuitá. *Expressões Corporais Kaingang Como Forma De Transmissão De Saberes Na Terra Indígena Apucarantina: O Nen Ga*. 2020. Monografia (Licenciatura Intercultural Indígena). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

FISHMAN, Joshua. The Relationship between Micro- and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When. In: PRIDE, John Bernard; HOLMES, Janet. *Sociolinguistics*. Australia: Penguin Books, 1972.

FISHMAN, Joshua. *Advances in language planning. (Contributions to the Sociology of Language 5)*. The Hague: Mouton, 1974. Pp. 590.

FISHMAN, Joshua. *A Sociologia da Linguagem*. Trad. de Álvaro Cabral In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 30-45.

FISHMAN, Joshua. *Reversing language shifting Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 1991.

FISHMAN, Joshua. *Sociología del Lenguaje*. (Trad. Ramón Sarmiento y Juan C. Moreno). Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

FLORIANA, Frei Mansueto B. de Val. *Dicionários Kainjgang–Portuguez e Portuguez–Kainjgang*. Curitiba: Museu Paranaense, 1920

FLORIANA, Frei Mansueto B. de Val. Ensaio de grammatica kainjang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10, p. 531-563, 1918.

GROSJEAN, François. Individual Biligualism. *In: The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Pergamon Press, 1994.

GROSJEAN, François. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. Estudos sobre a língua Caingangue. Notas histórico-comparativas: dialeto de Palmas e dialeto de Tibagi – Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 2, p. 97-178, 1942.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. O Xokrén é idioma Caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 4, p. 321- 331, 1945.

HAMEL, Rainer Enrique. La política del lenguaje y el conflicto interétnico – Problemas de investigación sociolingüística. *In: ORLANDI, Eni. Política Lingüística na América Latina*. Campinas- São Paulo. Editora Pontes, 1998.

HAMEL, Rainer Enrique. SIERRA, Maria Teresa. Diglossia y conflicto intercultural. La lucha por um concepto o la danza de los significantes *in Boletim de Antropologia Americana*, nº8, p.89-110. Instituto Panamericano de Geografia. 1983.

HANKE, Wanda. Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de 10s Cainganges de la 'Serra de Apucarana'. Paraná, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 8, p. 65-146, 1950.

HAUGEN, Einar. *The Norwegian language in America: A study of bilingual behavior Philadelphia*. University of Pennsylvanina. Pennsylvanina. 1953

HEYE, Jürgen. Línguas em contato: considerações sobre bilinguismo e bilingüidade. *In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

HEYE, Jürgen. Sociolingüística. *In: PAIS, Cidmar Teodoro; BARBOSA, Maria Aparecida; PONTES, Eunice; RECTOR, Monica; WITTER, Geraldina Porto; HEYE, Jürgen; NEIVA JR., Eduardo. Manual de Linguística*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/indigenas/index.htm](http://www.ibge.gov.br/indigenas/index.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução de Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAMBERT, Willian Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. *Psicologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LÓPEZ-MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1993.

MACKEY, William Francis. The Description of Bilingualism. *In: Li Wei, The Bilingualism Reader*. London; New York: Routledge, 2000

MOLLICA, Maria Cecilia BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de Sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel S. A, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

NASCIMENTO, Márcia. *Evidencialidade em Kaingang descrição, processamento e aquisição*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. 2017.

NASCIMENTO, Márcia. *Tempo, Modo, Aspecto e Evidencialidade na língua Kaingang*; Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. 2013.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo*. Tese (Doutorado-Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, 2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

NINYOLES, Rafael Luís. *Conflicte lingüistic valencia. substitució lingüística i ideologies diglòssiques*. Editora Barcelona. Barcelona. 1969.

NOLETO, Rafael da Silva; ALVES, Yara de Cássia. 2015. Liminaridade e communitas - Victor Turner. *In: Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner>. Acesso em 21 fevereiro de 2022

NOVAES, Sylvia Caiuby. Pensando o Brasil, Desafio Constituinte. Nações Indígenas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Vol. 2, n. 2, São Paulo, setembro de 1985. Disponível em: <http://bit.ly/2PdgYdq>. Acesso em: 11 set. 2021.

PEREIRA, Magali Cecili Surjus. *Política de identidade: um estudo de caso com Kaingáng*. Editora UEL. 2000.

QUEIROZ, Elisangela Wilchak. *Levantamento Linguístico na Terra Indígena de Mangueirinha/Pr a partir da perspectiva Kaingang: um trabalho em co-labor*. 2020. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2020.

RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. *Série Antropologia*. Brasília: V 147, p. 2-10, DAN/UnB. 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R.M.W. & AIKHENVALD, A.Y. (Org.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 164-206.

SCHMIDT-ROHR, Georg. *Die Sprache als Bildnerin der Völker*. Jena. Eugen Diedrichs, 1932.

SIGUÀN, Miguel; MACKEY, William Francis. *Educación y bilingüismo*. Madrid: Santillana, 1986.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. *A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel e Fontoura*. Brasília: FUNAI/DEDOC/2001.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Tradução de Roberto G Barbosa. Editora UFPR, Curitiba. 2018.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. In: *Revista virtual em Estudos da Linguagem ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade

de São Paulo, São Paulo

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Carlos Cid. *Povos indígenas no Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 04/02/2019

VEIGA, Juracilda. *Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco e nominação em uma sociedade Jê Meridional*. 1994. 221 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VEIGA, Juracilda. *Os Kaingáng e Xoklém no panorama dos Povos Jê*. Revista Liames. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Volume 4. Páginas 59-70. Ano 2004.

Vida Kaingang. Direção de Nelson Akira Ishikawa. PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura - Secretaria Municipal de Cultura de Londrina). Londrina, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qZt8fy6YZBw>. Acesso em 24/04/2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sob a inconstância da alma selvagem. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP. V 35, p.21-74.1992

WEINREICH, Uriel. *Language in contact. Linguistic Circle & The Hague, Mouton*. New York. 1953.

WIESEMANN, Ursula. *Kaingang–Português Dicionário Bilingüe*. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados: Questionário para Teste  
Atitudes Linguísticas

1. Você pode entender uma conversa em Kaingang? Sim Um pouco Não
2. Você fala Kaingang? Sim Um pouco Não
3. Você pode ler em Kaingang? Sim Um pouco Não
4. Você pode escrever em Kaingang? Sim Um pouco Não
5. Você pode entender uma conversação em Português? Sim Um pouco Não
6. Você pode falar Português? Sim Um pouco Não
7. Você pode ler em Português? Sim Um pouco Não
8. Você pode escrever em Português? Sim Um pouco Não
9. Qual a primeira língua que você aprendeu quando era criança? Kaingang Português
10. Que língua você mais usa em casa para falar com os adultos? Kaingang Português As duas
11. Que língua você mais usa em casa para falar com as crianças? Kaingang Português As duas
12. Quando você era criança, em que língua os velhos falavam com você? Kaingang Português As duas
13. Qual a língua que é falada na igreja (culto ou na missa)? Kaingang Português As duas
14. Nas reuniões políticas em qual língua as lideranças falam? Kaingang Português As duas
15. Qual língua é falada nos rituais e nas festas? Kaingang Português As duas
16. Que língua você fala mais facilidade? Kaingang Português As duas
17. Que língua você usa mais em casa para escrever? Kaingang Português As duas
18. Que língua você usa no trabalho para falar com seus colegas? Kaingang Português As duas
19. Que língua você fala com pessoas que tem sua idade, na aldeia? Kaingang Português As duas
20. Qual das línguas é mais falada pelas crianças? Kaingang Português As duas
21. Que língua os mais falada pelos velhos? Kaingang Português As duas
22. Qual língua deve ser ensinada na escola?

Kaingang	Português	As duas
23. Qual língua os professores devem usar nas aulas?		
Kaingang	Português	As duas
24. Quem fala melhor o português, os indígenas do Apucarantina ou das outras aldeias?		
25. Você tem mais confiança em um indígena que fala a língua Kaingang ou em um indígena que só fala a língua portuguesa?		
26. Qual é a língua mais bonita? Por quê?		
Kaingang	Português	